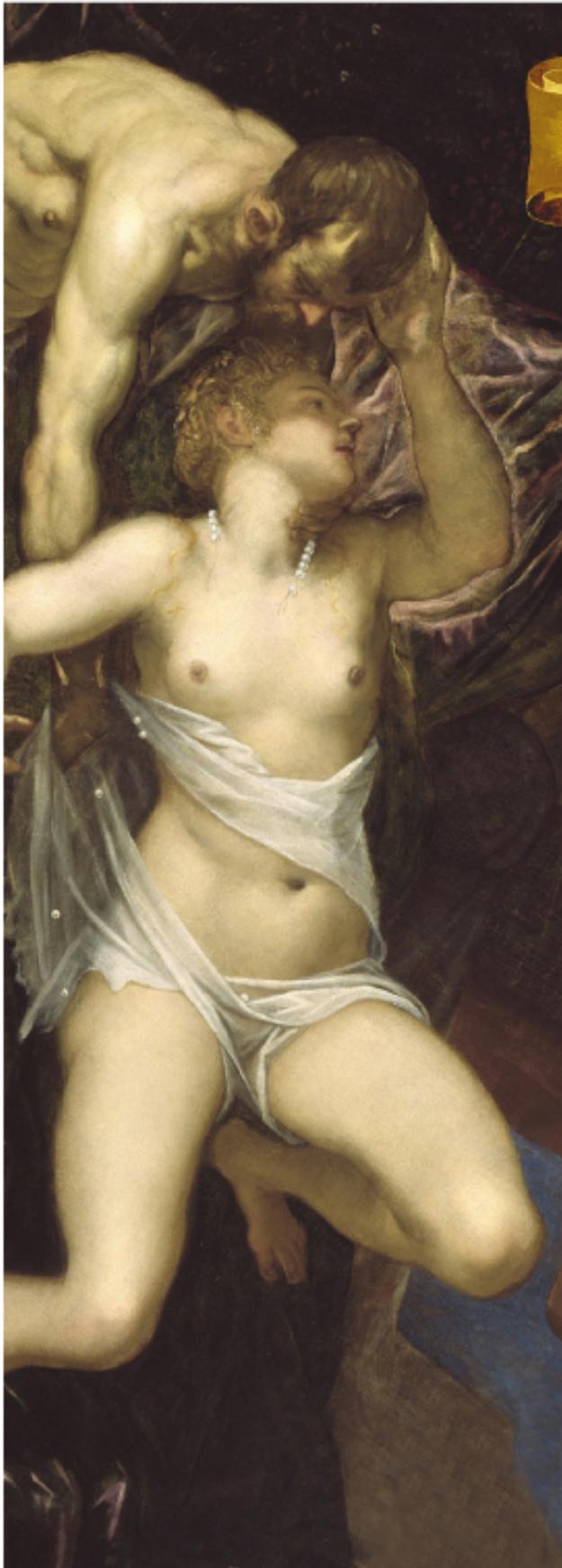


a sephallus



a sephallus

Volume VII, Número 14
mai. a out. / 2012



Revistado Núcleo SEPHORA
de Pesquisa sobre o Moderno
e o Contemporâneo / UFRJ

ISSN 1809 - 709 X



aSEPHallus

Revista eletrônica do ISEPOL - INSTITUTO SEPHORA DE ENSINO E PESQUISA DE ORIENTAÇÃO LACANIANA

ISSN 1809-709X

Volume VII, N. 14 –mai. a out./2012

EDITORA

Tania Coelho dos Santos / Presidente do ISEPOL

EDITORES ASSOCIADOS

Serge Maurice Cottet

Prof. Dr. Titular do Département de Psychanalyse da Universidade de Paris VIII (Paris, França)

Ana Lydia Bezerra Santiago

Profa. Dra. Adjunta do Mestrado em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG (Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil)

Adriana Rubistein

Professora da Faculdade de Psicologia da Universidade de Buenos Aires (Buenos Aires, Argentina)

CONSELHO EDITORIAL

Dr. Alberto Murta

Professor Adjunto da Faculdade de Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo/UFES (Vitória, Espírito Santo, Brasil)

Dra. Ana Beatriz Freire

Professora do Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de Psicologia, Departamento de Psicologia Geral e Experimental da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ (Rio de Janeiro, Brasil)

Dra. Analicea Calmon

Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ (Rio de Janeiro, Brasil)

Dra. Andrea Martello

Doutora em Teoria Psicanalítica - Universidade Federal do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, Brasil); Pós-doutoranda do Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica (FAPERJ) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, Brasil)

Dr. Antonio Márcio Ribeiro Teixeira

Professor Associado da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG (Minas Gerais, Brasil)

Dra. Angélica Rachid Bastos Grinberg

Professora do Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de Psicologia, Departamento de Psicologia Geral e Experimental da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ (Rio de Janeiro, Brasil)

Claudia Maria de Sousa Palma

Doutora em Saúde Mental pela F.M.U.S.P (Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil); Professora Adjunta do Departamento de Psicologia e Psicanálise da Universidade Estadual de Londrina (Londrina, Paraná, Brasil)

Dra. Daniela Sheinckman Chatelard

Professora adjunta da Pós-graduação em Psicologia, da Faculdade de Psicologia, da Universidade de Brasília/UNB (Brasília, Distrito Federal, Brasil)

Dra. Fernanda Costa Moura

Professora do Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de Psicologia, Departamento de Psicologia Geral e Experimental da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ (Rio de Janeiro, Brasil)

Dra. Fernanda Otoni de Barros-Brisset

Professor adjunto III da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais/PUC-MG (Minas Gerais, Brasil)

Dra. Hebe Tizio

Professora da Faculdade de Educação, da Universidade de Barcelona (Barcelona, Espanha)

Dra. Heloísa Caldas

Professora do Instituto de Psicologia, Departamento de Psicologia Clínica, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro/UERJ (Rio de Janeiro, Brasil)

Dra. Ilka Franco Ferrari

Professora do Mestrado em Psicologia, da Faculdade de Psicologia, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais/PUC-MG (Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil)

Dr. Jésus Santiago

Professor adjunto do Mestrado em Filosofia e Psicanálise, da Faculdade de Psicologia, da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG (Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil)

Dr. José Luis Gaglianone

Doutor pelo Département de Psychanalyse, da Universidade de Paris VIII (Paris, França)

Dra. Laéria Bezerra Fontenele

Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará / UFCE (Fortaleza, Ceará, Brasil); Professora Adjunta da Universidade Federal do Ceará / UFCE (Fortaleza, Ceará, Brasil)

Dra. Leny Magalhães Mrech

Livre-docente do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade de São Paulo/USP (São Paulo, Brasil)

Dra. Marcela Cruz de Castro Decourt

Profissional autônomo; Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ (Rio de Janeiro, Brasil)

Dra. Márcia Maria Rosa Vieira

Coordenadora da Especialização em Psicologia da Faculdade de Psicologia, do Centro Universitário do Leste de Minas Gerais/UNILESTE (Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil)

Dra. Márcia Mello de Lima

Professora adjunta do Programa de Pós-graduação em Pesquisa e Clínica em Psicanálise, do Instituto de Psicologia, do Departamento de Psicologia Clínica, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro/UERJ (Rio de Janeiro, Brasil)

Dr. Marcus André Vieira

Professora adjunta do Programa de Pós Graduação em Psicologia Clínica, da Faculdade de Psicologia, do Departamento de Psicologia Clínica, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/PUC-RJ (Rio de Janeiro, Brasil)

Dra. Margarida Maria Elia Assad

Professora aposentada como adjunto da Universidade Federal da Paraíba/UFPB, participando como professora voluntária do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Paraíba/UFPB (Paraíba, Brasil)

Dra. Maria Angélica Teixeira

Professora do Curso de Especialização em Teoria Psicanalítica, da Faculdade de Psicologia, da Universidade Federal da Bahia/UFBA (Salvador, Bahia, Brasil)

Dra. Maria Cristina da Cunha Antunes

Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ (Rio de Janeiro, Brasil)

Dra. Maria José Gontijo Salum

Professora do Instituto de Psicologia/PUC-MG (Minas Gerais, Brasil)

Dra. Marie-Hélène Brousse

Professora Maître de conférence, do Département de Psychanalyse da Universidade de Paris VIII (Paris, França)

Dra. Marta Regina de Leão D'Agord

Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional e do Departamento de Psicanálise e Psicopatologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRS (Rio Grande do Sul, Brasil)

Dr. Maurício José d'Escragnolle Cardoso

Doutor em Ciências da Linguagem da Universidade Paris X (Nanterre, França); Professor Adjunto 1 do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Paraná/UFPR (Curitiba, Paraná, Brasil)

Dr. Ram Avraham Mandil

Professor do Programa de Pós-Graduação em Letras, da Faculdade de Letras, da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG (Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil)

Dra. Rosa Guedes Lopes

Professora da Faculdade de Psicologia da Universidade Estácio de Sá/UNESA (Rio de Janeiro, Brasil); Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ (Rio de Janeiro, Brasil)

Dr. Sérgio Chagas de Laia

Professor Titular da Faculdade de Ciências Humanas, da Fundação Mineira de Educação e Cultura/FUMEC (Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil)

Dra. Sílvia Elena Tendlarz

Doutora pelo Département de Psychanalyse, da Universidade de Paris VIII (Paris, França)

LINHA EDITORIAL

A Revista eletrônica **aSEPHallus** é uma publicação semestral do Instituto Sephora de Ensino e Pesquisa de Orientação Lacaniana (ISEPOL), cuja missão de contribuir para o desenvolvimento do ensino e da pesquisa em psicanálise de orientação lacaniana. Devota-se, por conseguinte à divulgação artigos originais, nacionais ou estrangeiros, tais como: relatos de pesquisa em psicanálise pura e aplicada, ensaios sobre a formação do psicanalista e do pesquisador em nossa área de atuação, relatos de casos clínicos aprovados pelo comitê de ética da instituição de origem do pesquisador, resenhas e textos relativos à atualidade da teoria, clínica e política de orientação lacaniana.

PERIÓDICO INDEXADO NA BASE DE DADOS:

- QUALIS (Nacional B2 EM Psicologia; B3 em Educação) – www.periodicos.capes.gov.br
- INDEX-PSI Periódicos - www.bvs-psi.org.br
- LILACS/BIREME – Literatura Latino-Americana e do Caribe das Ciências da Saúde, da Organização Pan-americana da Saúde (OPAS) e da Organização Mundial da Saúde - www.bvs.br

Esta revista é divulgada por meio eletrônico para todas as bibliotecas da Rede Brasileira de Bibliotecas da Área de Psicologia – ReBAP: <http://www.bvs-psi.org.br/rebap/telas/bibliotecas.htm>

Publicação financiada com recursos da FAPERJ.

HOMEPAGE: <http://www.isepol.com/asephallus>

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Ana Lydia Bezerra Santiago
Andréa Martello

COMISSÃO EXECUTIVA

Fabiana Mendes
Marcela Cruz de Castro Decourt
Rosa Guedes Lopes

TRADUÇÃO

Catarina Coelho dos Santos
Flávia Lana Garcia de Oliveira
Tania Coelho dos Santos (revisor técnico)

REVISÃO DE PORTUGUÊS

Flávia Lana Garcia de Oliveira
Rosa Guedes Lopes

REVISÃO GERAL

Andréa Martello
Rosa Guedes Lopes

REVISÃO FINAL

Rosa Guedes Lopes

PROJETO GRÁFICO

Vianapole Design e Comunicação Ltda.

NOMINATA

O Conselho Editorial da REVISTA *aSEPHallus* agradece a contribuição dos seguintes professores doutores na qualidade de pareceristas:

Alberto Murta – UFES (Espírito Santo, Brasil)
 Anderson de Souza Sant’ Anna - FUNDAÇÃO JOÃO CABRAL (Minas Gerais, Brasil)
 Antônio Márcio Ribeiro Teixeira – UFMG (Minas Gerais, Brasil)
 Fernanda Costa Moura – UFRJ (Rio de Janeiro, Brasil)
 Fernanda Otoni de Barros – UFMG (Minas Gerais, Brasil)
 Glacy Gorski – UFPB (Paraíba, Brasil)
 Heloísa Caldas – UERJ (Rio de Janeiro, Brasil)
 Ilka Franco Ferrari – PUC-MG (Minas Gerais, Brasil)
 José Luís Gaglianone - Paris VIII (Paris, França)
 Leny Magalhães Mrech – USP (São Paulo, Brasil)
 Lúcia Grossi dos Santos – FUMEC-MG (Minas Gerais, Brasil)
 Márcia Maria Vieira Rosa – CEFEM-MG (Minas Gerais, Brasil)
 Marcus André Vieira – PUC-Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, Brasil)
 Maria Cecília Galletti Ferretti – USP (São Paulo, Brasil)
 Ram Avhram Mandil - Letras/UFMG (Minas Gerais, Brasil)
 Serge Maurice Cottet - Paris VIII (Paris, França)
 Sérgio Chagas de Laia – FUMEC-UFMG (Minas Gerais, Brasil)

FICHA CATALOGRÁFICA:

aSEPHallus / Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia. Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica. Núcleo Sephora de pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo. - VOLUME VII, n. 14, (mai a out./2012). – Rio de Janeiro : Ed. Sephora, 2005- .

Semestral.

Modo de acesso: http://www.isepol.com/asephallus/numero_14/index.htm

ISSN 1809-709X

1. Psicanálise – Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia. Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica. Núcleo Sephora de pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo.

CDD 150.195

Sumário

<u>Editorial</u>	12
Qual é o lugar certo onde colocar o desejo do analista na era dos direitos Tania Coelho dos Santos	
<u>Artigo 1</u>	14
O lugar certo onde colocar o desejo do analista na era dos direitos Tania Coelho dos Santos	
<u>Artigo 2</u>	27
A toxicomania como paradigma do entorpecimento pulsional Thales Siqueira de Carvalho Márcia Maria Rosa Vieira	
<u>Artigo 3</u>	43
Os transexuais e o sexo para chamar de seu Marina Caldas Teixeira	
<u>Artigo 4</u>	74
Sobre a avaliação pericial do psicótico infrator: contribuições da psicanálise de orientação lacaniana Romina Moreira de Magalhães Gomes	
<u>Artigo 5</u>	86
A criança e seus pais: alguns interrogantes sobre as funções parentais na atualidade Andrea Gabriela Ferrari Milena da Rosa Silva Tagma Schneider Donelli	
<u>Artigo 6 / Seção clínica</u>	97
Práticas psicanalíticas de regulação em urgências subjetivas no hospital Patrícia Matos Rodrigues	
<u>Artigo 7 / Seção clínica</u>	106
O traumático na infância e a passagem adolescente: cenas de uma infração Aline Guimarães Bemfica Andréa Máris Campos Guerra	
<u>Artigo 8 / Seção clínica</u>	120
Os adolescentes desinseridos e seus sintomas nas instituições socioeducativas Maria José Gontijo Salum Ana Lydia Santiago	

<u>Atualidades 1</u>	131
Quando os desejos se tornam direitos Jacques-Alain Miller	
<u>Atualidades 2</u>	134
III Simpósio do Instituto Sephora de ensino e pesquisa de orientação lacaniana: "O lugar certo onde colocar o desejo"	
<u>Resenha</u>	136
Sobre as relações entre ler, escrever e publicar Valéria Wanda da Silva Fonseca	

Contents

<u>Editorial</u>	12
What is the right place to put the analyst's desire in the age of the rights Tania Coelho dos Santos	
<u>Article 1</u>	14
The right place to put the analyst's desire in the age of rights Tania Coelho dos Santos	
<u>Article 2</u>	27
Drug addiction as a paradigm of the numbness by drive Márcia Maria Rosa Vieira Thales Siqueira de Carvalho	
<u>Article 3</u>	43
The transsexuals and the sex to call their own Marina Caldas Teixeira	
<u>Article 4</u>	74
What Lacan orientated psychoanalysis has contributed to the evaluation of the psychotic offender Romina Moreira de Magalhães Gomes	
<u>Article 5</u>	86
Some questions about the parental functions in current days Andrea Gabriela Ferrari Milena da Rosa Silva Tagma Schneider Donelli	
<u>Article 6 /Clinical section</u>	97
Psychoanalytic regulation procedures for subjective emergencies during inpatient care Patrícia Matos Rodrigues	
<u>Article 7 / Clinical section</u>	106
Childhood trauma and adolescent changes: background for an offense Aline Guimarães Bemfica Andréa Máris Campos Guerra	
<u>Article 8 / Clinical section</u>	120
Deviant adolescents and their symptoms in correctional facilities Maria José Gontijo Salum Ana Lydia Santiago	

<u>Current events 1</u>	131
When the wishes turn rights Jacques-Alain Miller	
<u>Current events 2</u>	134
III Symposium of the Sephora Institute of teaching and research of lacanian orientation: "the right place to put the desire"	
<u>Review</u>	136
On the relations between reading, writing and publishing Valéria Wanda da Silva Fonseca	

Table des matières

<u>Éditorial</u>	12
Quel est le bon endroit où placer le désir de l'analyste à l'ère des droits Tania Coelho dos Santos	
<u>Article 1</u>	14
La place du désir de l'analyste à l'ère des droits Tania Coelho dos Santos	
<u>Article 2</u>	27
La toxicomanie comme paradigme de l'engourdissement pulsionnel Márcia Maria Rosa Vieira Thales Siqueira de Carvalho	
<u>Article 3</u>	43
Les transsexuels et leur sexe à eux Marina Caldas Teixeira	
<u>Article 4</u>	74
Contributions de la psychanalyse d'orientation lacanienne à l'évaluation du délinquant psychotique Romina Moreira de Magalhães Gomes	
<u>Article 5</u>	86
L'enfant, ses parents et quelques interrogations sur les fonctions parentales dans l'actualité Andrea Gabriela Ferrari Milena da Rosa Silva Tagma Schneider Donelli	
<u>Article 6 / Section clinique</u>	97
Pratiques psychanalytiques de regulation dans les urgences subjectives à l'hôpital Patrícia Matos Rodrigues	
<u>Article 7 / Section clinique</u>	106
Le trauma dans l'enfance et le passage adolescent: scènes d'une délinquance Aline Guimarães Bemfica Andréa Máris Campos Guerra	

Article 8/ Section clinique	120
Les adolescents déviants et leurs symptômes dans les établissements correctionnels. Maria José Gontijo Salum Ana Lydia Santiago	
Actualités 1	131
Quand les désirs deviennent des droits Jacques-Alain Miller	
Actualités 2	134
III Colloque de l'Institut Sephora de formation et de recherche d'orientation lacanienne : "le bon endroit où mettre le désir"	
Compte-rendu	136
Sur les relations entre lire, écrire et publier Valéria Wanda da Silva Fonseca	

Qual é o lugar certo onde colocar o desejo do analista na era dos direitos

Tania Coelho dos Santos

No III Simpósio do ISEPOL, em junho deste ano, nós nos perguntávamos: ter um desejo é a mesma coisa que ter o direito de realizá-lo? Realizá-lo é a mesma coisa que alcançar a satisfação esperada? Se nada do que se busca é da ordem do que se encontra, é porque a única lei que determina o desejo é o vazio, sua causa. É preciso indagar qual é a relação entre a era dos direitos e o progresso da ciência. À medida que a ciência assegura a transposição de antigos limites, cresce a potência da demanda de usufruir de satisfações inéditas. O campo do direito, desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), não cessa de promover o direito ao desejo de cada um, muitas vezes em detrimento do direito de todos. A velha máxima – a liberdade de cada um termina onde começa a do outro – está francamente caduca. Recebemos contribuições excelentes para este debate e que reunimos neste número.

Andrea Gabriela Ferrari, Milena da Rosa Silva e Tagma Schneider Donelli abordam as mudanças na operação das funções materna e paterna trazidas pelas configurações familiares atuais, considerando as possíveis implicações nos processos de constituição subjetiva. Começam por um breve apanhado a respeito dos caminhos clássicos dessa constituição, servindo-se de autores lacanianos. Posteriormente questionam, à luz da teoria da constituição do sujeito, os efeitos das transformações dos papéis exercidos tradicionalmente pela mãe e pelo pai. A concepção da infância é reconsiderada a luz dos efeitos constitutivos do exercício parental na atualidade.

Thales Siqueira de Carvalho e Marcia Rosa abordam o trabalho clínico com pacientes toxicômanos, ressaltando os impasses que comprometem o progresso do tratamento, como, por exemplo, a indiferença frente aos riscos de morte, pouquíssima aderência ao tratamento e a prevalência do ato em detrimento às palavras. Para além de tais manifestações, o objeto deste artigo é a relação autoerótica do sujeito toxicômano com o corpo, tomando-a como paradigma da estrutura viciante própria da pulsão. Assim, o crescente número de casos de adições compulsivas, especificamente as toxicomanias, apresenta-se em nossa contemporaneidade marcado pela permissividade ao gozo desmedido como um paradigma do caráter entorpecente e extasiante próprio da pulsão.

Marina Caldas resume a problemática dos transexuais, pessoas que são compelidas a dizer que seu sexo não é seu e que reclamam o direito de mudar de sexo civil e fisicamente. Considerando a abordagem laciana do *sinthoma* e da *sexuação* como opção de identificação sexuada, o artigo discorre sobre o gozo transexualista que termina por conduzir à cirurgia de mudança de sexo e aos hormônios, assim como sobre o talento de alguns transexuais para alcançar um sexo para chamar de seu a despeito da função fálica, proeza que em alguns casos, mantém o sujeito

ligado à realidade, conectado ao semelhante e, fixado na ideia de si como um corpo que tem peso.

Aline Bemfica e Andréa Máris Campos Guerra, com base no caso clínico de adolescente em cumprimento de medida privativa de liberdade em função de ato infracional, abordam a incidência do infantil e do traumático na construção adolescente, face ao encontro com o real da puberdade. Partem da teoria psicanalítica e das referências ao trauma, ao complexo de Édipo e ao embaraço do não se saber fazer com o real sexual nesse tempo lógico da passagem adolescente. A discussão clínica do caso lhes permite verificar como a posição subjetiva do adolescente pôde ser balizada pelo trabalho psicanalítico, o que lhe possibilitou outra inscrição no campo do Outro, ressignificando suas experiências infantis. Assim, reordena sua posição desejante, através da dialetização de seu lugar de objeto no circuito pulsional.

Romina Magalhães Gomes recupera o processo de constituição da ordem social a partir da ideia de perigo atribuída ao psicótico infrator desde o início do século XIX. Esta ideia deu lugar às avaliações periciais e constituiu mecanismos de segregação. Retoma, a seguir, a tese de Lacan sobre a responsabilidade para leva-la às últimas consequências como um elemento fundamental que pode definir a humanidade do ser falante e que permite oferecer um contraponto aos dispositivos do biopoder. Para a autora, são estas contribuições lacanianas que permitem oferecer um modo de tratamento ao problema da segregação.

Patrícia Mattos demonstra como a urgência subjetiva é uma experiência de angústia extrema que impele o sujeito a passar ao ato em situações de grave crise existencial. O sofrimento psíquico emergencial eclode como puro ato e ao analista cabe resignificar esses momentos com a escuta, a palavra e o convite para a continuidade do tratamento. Com a apresentação de um caso clínico acompanhado pela analista em uma instituição psiquiátrica, verificamos como um sujeito neurótico obsessivo grave que se identifica como alcoolista e que, após um ato que colocou em risco sua própria vida, pôde renomear seu sintoma, promovendo, assim, uma abertura do inconsciente. A intervenção de um analista na instituição psiquiátrica pode produzir efeitos de regulação do excesso pulsional, reinserindo o sujeito no campo da fala e lhe restituindo sua relação com o inconsciente.

São pontos de vista diversos, ancorados todos eles no real da clínica na contemporaneidade que nos permitem tomar em relação à época do direito ilimitado ao gozo, uma perspectiva genuinamente psicanalítica.

A todos os autores o meu muito obrigada.

O lugar certo onde colocar o desejo do analista na era dos direitos¹

Tania Coelho dos Santos

Pós-doutorado no Departamento de Psicanálise de Paris VIII (Paris, França)
Professor Associado, nível IV no Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica/ UFRJ (Rio de Janeiro, Brasil)
Pesquisadora do CNPQ nível 1 C (Brasil)
Presidente do Instituto Sephora de Ensino e Pesquisa de Orientação Lacaniana / ISEPOL (Rio de Janeiro, Brasil)
Psicanalista Membro da École de La Cause Freudienne, da Escola Brasileira de Psicanálise e da Associação Mundial de Psicanálise
Membro da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental (Brasil)
E-mail: taniacs@openlink.com.br

Resumo

Ter um desejo é a mesma coisa que ter o direito de realizá-lo? Realizá-lo é a mesma coisa que alcançar a satisfação esperada? Se nada do que se busca é da ordem do que se encontra, é porque a única lei que determina o desejo é o vazio, sua causa. É preciso indagar qual é a relação entre a era dos direitos e o progresso da ciência. À medida que a ciência assegura a transposição de antigos limites, cresce a potência da demanda de usufruir de satisfações inéditas. O campo do direito, desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), não cessa de promover o direito ao desejo de cada um, muitas vezes em detrimento do direito de todos. A velha máxima – a liberdade de cada um termina onde começa a do outro – está francamente caduca.

Palavras-chave: psicanálise, era dos direitos, desejo do analista, direito ao gozo.

O real no século XXI

Ter um desejo é a mesma coisa que ter o direito de realizá-lo? Realizá-lo é a mesma coisa que alcançar a satisfação esperada? Se, como ensina Lacan em seu seminário sobre a ética da psicanálise, nada do que se busca é da ordem do que se encontra, é porque a única lei que determina o desejo é o vazio, sua causa. O real, deste ponto de vista, é o que retorna no mesmo lugar. O inconsciente é o retorno daquilo que nos causa, nos determina e se reapresenta sob novas roupagens metafóricas e metonímicas. Existiu, portanto, um “saber no real”. Saber que reclama a interpretação, que o aborda de forma sempre assintótica, não podendo jamais reproduzi-lo, somente traduzi-lo. O último ensino de Lacan, diferentemente, vem situar no coração da experiência analítica o encontro com um “real sem lei”, que desarranja nossa convicção de o inconsciente se reduza ao retorno do recalado. Miller (2012), diz que é preciso renovar a prática da psicanálise no mundo reestruturado pela aliança de dois discursos, o do capitalismo e o da ciência. A dominação combinada destes dois discursos rompeu com os fundamentos mais profundos da tradição.

O desarranjo da ordem simbólica cuja pedra angular é o Nome-do-Pai revelou a “inexistência da relação sexual” na espécie dos seres vivos que falam. Esta função chave – agora reduzida a penas um sintoma entre outros – servia para suplementar este furo. O rebaixamento da função do Nome-do-Pai à categoria de um sintoma entre outros, abala os fundamentos da diferença entre a neurose e a psicose. Sem a função chave do Nome-do-Pai, não existe mais uma garantia da ordem simbólica, não há mais Outro do Outro. A grande desordem no real é a consequência de que a natureza não é mais o nome do real. A ordem humana, a família como formação social não se inspira mais na natureza. Desde quando?

“Com o universo infinito da física matemática, a ideia de natureza desaparece; com os filósofos do século XVIII, ela se torna apenas uma instância moral. Com o universo infinito, a natureza desaparece e o real começa a desvelar-se” (Miller, 2012, p. 14).

Gostaria agora, aqui diante de vocês, de lançar Miller contra ele próprio. Ele argumenta que a ideia de natureza é consubstancial à tese lacaniana de que “há saber no real”. Mas, ele conclui, contraditoriamente consigo próprio, que quando há saber no real há uma regularidade que o discurso científico permite prever. Ora, se o avanço da ciência desvela o real sem lei, como sustentar a tese de que o discurso científico se baseia na ideia de natureza e de que há saber no real? Ou uma coisa ou a outra. Ou o saber da ciência destrói a ideia de natureza e revela o real sem lei. Ou o discurso

científico supõe saber ao real e ainda se alimenta da ideia galileana de que o livro da natureza está escrito com caracteres matemáticos.

Miller reconhece que o princípio da incerteza probabilística ameaça o sujeito suposto saber. Também na física subatômica os níveis de matéria se multiplicam e a matéria não equivale mais ao real. Miller insiste na tese de que o real inventado por Lacan não é o real da ciência. De que ciência? A física galileana ou a mecânica quântica? Miller deveria ter concluído – é preciso interrogar por que é que ele não o fez - que também no campo da ciência, o Outro não existe mais. Não há mais o Outro do Outro. Logo, a desordem no real é efeito do discurso da ciência que destruiu a ideia de natureza. O real sem lei de Lacan é apenas a tradução no campo da psicanálise da concepção mais atualizada de real já antecipada pelo progresso da própria ciência. Lacan não inventou, propriamente falando, o real sem lei. Lacan atualizou a concepção do real na psicanálise freudiana à luz da ciência contemporânea.

De acordo ainda com Miller, os testemunhos do passe são relatos da elucubração da fantasia de alguém e exprimem como um ser falante refaz a experiência analítica para reduzi-la a um núcleo, a um pobre real, que se apaga como o puro encontro de lalíngua e seus efeitos no corpo.

“Ele se apaga como um puro choque pulsional. O real entendido desse modo não é um cosmos, não é um mundo, nem uma ordem: é um pedaço assistemático separado do saber ficcional que se produz a partir de um encontro” (Miller, 2012, p. 16).

Que esse encontro não corresponda a nenhuma lei prévia, que seja definido como contingente e perverso, não estamos aí simplesmente no terreno da perversão polimorfa da pulsão? Não são as pulsões parciais que desviam do “gozo que deveria ser”? O que há de novo em tudo isso? O que mais existe sob o saber ficcional da fantasia senão o objeto *a*, objeto parcial, contingente e perverso polimorfo?

Segue-se a questão que me interessa discutir. A dos efeitos colaterais da concepção psicanalítica do real sem lei, nesta época do direito ilimitado ao gozo. Tempo em que as individualidades e minorias tomam a forma de movimentos sociais que engrossam a reivindicação generalizada de ser tratado como exceção. Cada vez menos é possível sustentar qualquer ficção de uma ordem simbólica para todos. Temos uma pluralidade de ordens simbólicas localizadas e de nomes do pai ou de objetos *a* sob medida para cada uma delas.

Que estratégia clínica adotaremos frente aos efeitos do progresso da ciência e do capitalismo de desvelamento de um real sem lei. Ainda de acordo com Miller, nossa

clínica deverá centrar-se na desmontagem da defesa, desordenar a defesa contra o real sem sentido e sem lei. Como interpretar essas afirmações? O que há de novo nesta perspectiva da prática do psicanalista? Ela é nova? Se tomamos a prática como a construção e o atravessamento da fantasia, concepção lacaniana do final dos anos 1960, ela não é definitivamente nova. Ao final de uma análise, atravessada a fantasia resta o objeto *a*, pedaço assistemático do real, efeito do encontro contingente e perverso do corpo com a língua. Nada menos que os conceitos de sintoma ou de pulsão. Ao final da análise, a fantasia devém pulsão.

Desmontar as defesas não é justamente o que a ciência tem produzido como efeito de seu progresso? Afinal, toda a ordem simbólica inspirada na imitação da natureza vem sendo destruída, - como Miller mesmo reconhece - pelo desvelamento do real sem lei. Ao término de uma análise, sabemos disso há muito tempo, a desmontagem da fantasia desvela o real sem lei da pulsão.

Durante muitos anos eu me dediquei a estudar os efeitos da difusão da psicanálise. Queria saber, a meu modo, acerca dos efeitos colaterais de uma prática de interpretação do inconsciente que terminava com a instalação de um novo discurso: o discurso analítico. O matema deste discurso coloca o objeto *a*, objeto da pulsão no lugar do agente. É uma tarefa árdua distingui-lo do discurso da sociedade de consumo, também ele orientado pelo objeto da pulsão e avesso à soberania dos ideais. Tendência na civilização que a desmontagem das defesas só faria acentuar.

A pulsão e a civilização: perversão e sublimação

Em outubro do ano passado (2012), durante a assembleia de membros da École de la Cause, Jacques-Alain Miller, com seu estilo provocador e polêmico, propôs que a escola discutisse a questão: ter um desejo é ter um direito?

Somente alguns meses depois percebi que essa pergunta tinha sua fonte nas proposições do capítulo final do *Seminário VI*, de Lacan: o desejo e sua interpretação, que acaba de ser lançado em Paris. Ela foi suscitada com o objetivo de motivar a organização de um evento² sobre o tema dos desejos e dos direitos. De acordo com Lacan (1958-59), a cultura perpassa a sociedade, desagregando-a. Existe entre a sociedade e a cultura uma relação entrópica, isto é, disjuntiva. A cultura deixa aberto o mesmo vazio, no interior do qual situamos a função do desejo. Neste sentido, a perversão é um protesto contra a identificação ao padrão de comportamento que instaura, regula e ordena as normas de estabilização social das diferentes funções.

COELHO DOS SANTOS, T. Quando os desejos se tornam direitos. *Revista ASEPHallus*, Rio de Janeiro, vol. VII, n. 14, mai. a out. 2012, p. 14-26. Disponível em http://www.isepol.com/asephallus/numero_14/artigo_01.html

Instala-se uma dinâmica circular entre o conformismo às normas sociais e a atividade cultural. Esta última se aproxima da perversão, pois eleva à dimensão do desejo a relação do sujeito ao ser vazio de sentido. Aqui se inscreve a sublimação que é a forma que toma o desejo esvaziado de sua relação a um objeto determinado. O desejo fica assim reduzido apenas à pulsão sexual, ao puro jogo de significantes. Na sublimação, que é um dos destinos da pulsão, o desejo equivale à letra e resiste - tal como a perversão - a toda forma de normalização, padronização, homogeneização.

É preciso indagar qual é a relação entre a era dos direitos e o progresso da ciência. À medida que a ciência assegura a transposição de antigos limites, cresce a potência da demanda de usufruir de satisfações inéditas. O campo do direito, desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), não cessa de promover o direito ao desejo de cada um, muitas vezes em detrimento do direito de todos. A velha máxima - a liberdade de cada um termina onde começa a do outro - está francamente caduca. Assistimos impotentes aos efeitos da tolerância da justiça com os criminosos. O crime de homicídio é punido com penas tão pífias que vale à pena, ao sair da cadeia, matar de novo e mais uma vez. Os direitos humanos de uns - os assassinos - implicam em grave desrespeito ao direito humano de outros, suas vítimas. A luta antimanicomial que prometia livrar o doente mental do jugo da internação compulsória e por prazo indeterminado - luta meritória e muito aplaudida pelos defensores dos direitos humanos do doente mental - produziu o efeito perverso de jogar nos ombros das famílias a obrigação de conter, medicar, controlar indivíduos psicóticos. A situação dos drogados não é diferente. Enquanto dezenas de organizações de direitos humanos enviavam uma carta à O.E.A. para pedir aos líderes do continente que discutam a descriminalização do uso de drogas, exigindo que o usuário seja considerado um doente, uma questão de saúde pública, muitas famílias vivem indefesas sob o jugo da violência do viciado. Este não hesita, muitas vezes, em agredir seus familiares, roubá-los e arrastá-los até a exaustão. O direito de uns, se paga com o não direito de outros. Ter um desejo é ter um direito? Nas situações que elencamos aqui, trata-se ainda do direito à perversão própria ao desejo, em detrimento do conformismo às normas que sustentam os laços sociais?

Seria este o caso, eu pergunto outra vez, dos indivíduos que reivindicam mudar de sexo? Trata-se da perversão própria ao desejo? Hoje, em muitos países, para mudar de sexo, não é preciso nem submeter-se a uma cirurgia. Trata-se aí da perversão que caracteriza o desejo e a atividade cultural? A clínica psicanalítica nos ensina que muitas vezes trata-se de psicose. Não se trata de questionar o desejo de novos direitos, mas

de interrogar, mais profundamente, como é possível que o corpo em sua realidade anatômica não desempenhe nenhuma função no processo de identificação. Para ser uma mulher, basta vestir-se de mulher? O hábito faz o monge? Ou será que o direito tornou-se o nome de um desejo decidido que exige ser realizado, encenado, sem que entre em jogo a divisão do sujeito, o inconsciente? A Corte suprema do Nepal, em 2007 – graças à ação política de uma atriz transgênero –, reconheceu um terceiro sexo. Estão incluídos nesta categoria, homossexuais, bissexuais, transgêneros e intersexuais. 500 000 nepaleses se declararam “trans”.

E o que dizer dos indivíduos que desejam casar-se com pessoas do mesmo sexo e adotar filhos? Estranhei muito o título desta intervenção de Miller – “Mariage homosexuel: oublier la nature” – publicada na conhecida revista parisiense intitulada *Le Point* (03/01/2013). Reproduzo, para introduzir minha questão, uma pequena parte: “A natureza cessou de ser digna de crédito. Desde que passamos a saber que ela é escrita em linguagem matemática, aquilo que ela diz, conta cada vez menos [...]. O ideal da justa medida não é mais operatório. “Eu me pergunto: trata-se de esquecer a natureza? Argumento que a natureza é da ordem do semblante. Dizer, depois de Freud, que “a anatomia é o destino” é o mesmo que dizer que só se pode abordá-la pela via do fantasma. Fantasma de quem? Fantasma do religioso? Fantasma do cientista? Fantasma do neurótico? Em apoio à minha posição, recordo as palavras de Lacan, no *Seminário XVIII* (1970-71, p. 31): a identidade de gênero não é senão o destino dos seres falantes de se repartirem, na idade adulta em homens e mulheres. Para o rapaz, trata-se de bancar o homem, agente da corte tal como esta é definida no nível animal. O comportamento sexual humano consiste numa certa manutenção deste semblante animal. Entre os humanos, este semblante, é o discurso sexual que o transmite. O discurso sexual é a passagem do real enquanto impossível de imaginar. Para alcançar o outro sexo, é preciso não tomar o órgão masculino pelo real, pois ele somente se funda como instrumento da cópula por meio do arranjo significativo. A posição do psicótico ignora que a natureza não é o real, pois ela é o semblante. O que o transexual não quer mais, por exemplo, é o significativo. Somente graças aos efeitos do significativo, aquilo que está escrito no corpo como anatomia pode ser lido como destino. Para fazê-lo como convém, é preciso que a gente se engane pela via do “erro comum” que é o de crer à natureza.

A aliança do capitalismo com a ciência incidiu sobre o corpo e o laço social na redistribuição a sexuação, dissolvendo sua ancoragem na ideia de natureza. Eis porque a anatomia não é mais “o destino” senão de alguns e de algumas. Na civilização

contemporânea, a experiência da discordância entre a identificação simbólica e a anatomia - que eu defino como a percepção imaginária, mas também a experiência real do corpo - não é mais uma exceção à regra. Ninguém é considerado um psicótico porque não acredita na nomeação simbólica que seu corpo recebeu do Outro. É perfeitamente aceitável, nos dias de hoje, que um homem desacredite do valor fálico de seu órgão anatômico. O fato de ser portadora de uma vagina e de um útero pode não valer absolutamente nada para uma mulher que acredita ser um homem. Eles não fazem a menor questão de imitar a natureza! Mesmo assim, nos dias de hoje, querem se casar e ter filhos imitando os amantes da natureza. A luta pelo casamento para todos mostra que o movimento gay não reivindica mais o direito à exceção homossexual. Nos anos 1970, o discurso gay recusava o sonho naturalista de felicidade familiar com seus papéis *ready-made*: marido, mulher, papai, mamãe, bebês. Ele representava o máximo de liberdade pulsional. Ao longo dos anos, este discurso demonstrou-se incapaz de produzir novos semblantes. O discurso gay contemporâneo propõe que se pode casar dois maridos ou duas esposas e ter filhos com papai-papai e mamãe-mamãe. Basta dar uma olhadinha nas séries americanas para verificar que é assim que as coisas se passam. Os significantes mestres produzidos pelo fantasma da natureza agora são reivindicados por todos, neuróticos ou não. A única coisa que triunfa em nossos dias, aparentemente, é a vontade dos antigos rebeldes de ser igual a todo mundo. Onde está a perversão que caracteriza o desejo e a atividade cultural?

O progresso da ciência, atividade cultural por excelência, permite que nos rebelemos contra as leis da natureza. Também, a morte não é mais a consequência natural da decadência do corpo. Avanços no campo da farmacologia e da tecnologia aplicada à medicina permitem prolongar a vida muito além do ponto em que ainda existiria um sujeito habitando o corpo. Georges Canguilhem já se perguntava se, sem ter escolhido nascer, cada um tem o direito de escolher o momento de morrer. Médicos e psicanalistas testemunham que a síndrome do deslizamento acomete os pacientes terminais que viram as costas aos familiares e aos cuidadores. Hoje, a maioria da população apoia o direito à morte assistida. De um lado, a ciência prodigaliza os cuidados paliativos e do outro muitas pessoas acreditam que a vida, depois de um certo patamar de sofrimento, não vale à pena e temem ou se angustiam diante de uma morte em condições inaceitáveis de sofrimento. Na França, a Lei Leonetti reforça a interdição de prover o suicídio assistido ou a morte não razoável, mas considera o direito a cuidados paliativos como a supressão de toda consciência por meio da

sedação e também a suspensão de intervenções destinadas ao prolongamento da vida, quando este for o desejo do paciente. O poder de intervir no próprio corpo em benefício do valor estético já não nos surpreende mais. Estamos acostumados às próteses de silicone que introduzem o pedaço de corpo que falta. Os poderes da cirurgia plástica também nos permitem suprimir tudo que nos parece em excesso. Ao corpo se acrescenta a parte que aumenta o mais-de-gozar ou se retira aquela parte que produz o gozo-a-menos. Não é novidade. Mas, há alguns dias a mídia sacudi os corações e mentes das mulheres com a inquietante notícia de que Angelina Jolie – conhecida atriz de notória beleza e companheira do não menos famoso astro, Brad Pitt – decidira efetuar uma mastectomia radical preventiva, temendo a ameaça de vir a desenvolver um câncer fatal. Portadora de um gene defeituoso, Angelina tem 87% de chances de morrer de câncer como sua mãe e sua tia. A decisão da atriz nos levou a perguntar mais uma vez: até onde os cálculos de probabilidade, baseados em evidências científicas, devem orientar nossas decisões sobre nossas vidas e nossos corpos?

O desejo de ter filhos distancia-se progressivamente das práticas heterossexuais de reprodução natural. O progresso das tecnologias de reprodução assistida tornou desnecessário que este desejo submeta-se às atribulações do ato sexual para obter sua satisfação. Casais assexuados, homossexuais, transgêneros, podem valer-se das novas tecnologias para produzir um bebê. Graças a estes procedimentos a noção de família humana está em vias de ser profundamente redefinida. O que dizer, então, dos significantes homem e mulher, pai e mãe? O que significarão ao longo do século XXI?

Por que considero que esta questão é essencial para as relações entre o campo da psicanálise e a era do direito ilimitado ao gozo?

Porque vivemos sob os efeitos da Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948). A igualdade e a liberdade entre os homens nunca reinam absolutas, mesmo quando a escola faz o seu trabalho de homogeneizar os indivíduos, reduzindo as diferenças relativas ao seu nascimento. A igualdade absoluta é impossível porque cada indivíduo é um sujeito do inconsciente e dá provas disso por meio de um sintoma, que é singular. O discurso da medicina, por exemplo, que hoje é veiculado nos meios de comunicação, tenta nos fazer pensar o contrário. Fala dos sintomas psíquicos como se fossem doenças que afetam grupos de indivíduos: obesidade, anorexia, bulimia, fobia, pânico, depressão, compulsão, drogadicção. Esse discurso oculta o sentido singular que o sintoma tem para cada indivíduo. O sintoma não é como uma doença. As causas de

uma doença podem ser as mesmas para todo mundo. A causa do sintoma psíquico não. Do mesmo modo o direito não cessa de reconhecer a nomeação de categorias monossintomáticas. Cresce a idéia de que é preciso regulamentar, criar estatutos especiais para reger os direitos dessas minorias ou exceções.

O sintoma de um indivíduo é um resto de suas relações infantis com seus pais que não pode ser apagado pela sujeição à ficção jurídica de que todos os homens nascem livres e iguais. Uma criança não é nunca livre e igual a um adulto. Os homens nascem pequenos, dependentes, e somente sobrevivem se o adulto os adota e cuida deles com amor. Uma criança, desejada ou indesejada, é sempre produto de uma relação amorosa entre um homem e uma mulher. Se toda criança tem origem no desejo de um homem por uma mulher, existe uma desigualdade que não podemos suprimir entre os seres humanos. Os desejos entre homens e mulheres não são idênticos. As crianças constroem fantasias diferentes sobre sua origem. A ficção de que todo homem nasce livre e igual é limitada pela inscrição de cada criança numa família particular.

Durante seus primeiros anos de vida, cada criança viverá na dependência de um pai e de uma mãe, tenha irmãos ou não. A mãe vai lhe dispensar um cuidado particular, pois seu amor por essa criança não é genérico. Não é a mesma coisa ser criado por sua mãe ou pela mãe de outra criança. O pai, na medida em que escolhe uma mulher e faz dela objeto de seu prazer, transmite a cada um dos seus filhos uma lição sobre a causa do desejo. Essa lição contraria a ficção de que todos os homens são livres e iguais. O desejo de cada um não é igual ao de nenhum outro. O desejo de cada um distingue os homens entre si. Perante seu desejo, ninguém é livre. O desejo nos determina, causa e impele.

Todo mundo pensa que um pai é o representante das normas e regras sociais. Lamentamos o declínio da função paterna e denunciemos, entre seus efeitos mais nocivos, o comportamento sem limites de muitas crianças de hoje. O pai não é um modelo genérico. Toda criança é marcada pela particularidade do modo pelo qual seu pai encarna essa função. O que a maioria das pessoas não sabe é que é preciso - para aceitar as normas de comportamento civilizado e para aceitar ser tratado como igual a todo mundo - ter vivido a experiência de ser um sintoma para seus pais. É preciso ter feito a experiência de acrescentar alguma coisa que contribui para uni-los. A criança como sintoma de seus pais e o sintoma da criança são o modo pelo qual se enlaçam as pulsões e as exigências da civilização.

Os sintomas não se adaptam nunca completamente à civilização. Quando as crianças crescem e são submetidas às exigências coletivizantes dos processos educativos tornam-se mais parecidas com as outras crianças. Apesar disso, toda criança submetida ao processo educativo, distingue-se das demais por meio do seu sintoma. O sintoma é a prova da existência do inconsciente. Quando se chega à vida adulta não se elimina completamente o resíduo da dependência infantil. São dois aspectos fundamentais que persistem como modos de satisfação inconscientes: o modo particular como uma criança foi amada por sua mãe e, também, o modo pelo qual o pai exerceu sua função.

Essa argumentação destina-se a retificar a ilusão dos antropólogos – ainda que bem intencionada – que acreditam excessivamente nessa ficção jurídica na qual se funda o pacto social moderno. A liberdade e a igualdade são um ideal e não podem realizar-se completamente. Sonhamos com elas. Deveríamos tentar atingi-las oferecendo às crianças educação pública e gratuita. Entretanto, há um resto da ligação de cada criança ao seu contexto familiar que não pode ser eliminado. Isso é arcaico e irredutível. Precisamos desse arcaísmo para continuar gerando homens e mulheres capazes de transmitir a outros homens e mulheres o enigma da diferença sexual e da dissimetria entre as gerações. O enigma do sexo e da morte habita as profundezas do inconsciente. Por essa razão, não seremos jamais completamente modernos.

A universalidade da estrutura do inconsciente não deveria animar os psicanalistas a desprezar os efeitos do fracasso da universalização da educação pública e gratuita no nosso país. A escolarização é um processo essencial à constituição desse sujeito universal, inventado pela ciência do direito. Quando a imensa maioria dos brasileiros não acredita e não se comporta de acordo com esse ideal, o que nós psicanalistas podemos esperar? Haverá sujeito do inconsciente? Será possível interpretá-lo?

Notas

1. Este texto foi apresentado na conferência de abertura do III Simpósio do ISEPOL - Instituto Sephora de ensino e pesquisa de orientação lacaniana: "O lugar certo onde colocar o desejo", no dia 08/06/2013, no Auditório do Hospital Copa D'Or, no Rio de Janeiro.

2. Sobre o evento citado, ver o seguinte endereço eletrônico:
<http://www.causefreudienne.net/uploads/document/6678051611b5cb4b34b4cc92f0e2bffc.pdf>

Referências bibliográficas

- ALBY, V.J. (2013) Je veux un enfant à tout prix, c'est mon droit! in: Passerelles numero 17 disponível em www.lacan-université.fr/passerelles/uforca
- COELHO DOS SANTOS, T. Lá onde o inconsciente falassério, o real morre de rir, in **Opção Lacaniana**. São Paulo: Eólia, v. 58, outubro/2010, p. 147-159.
- COELHO DOS SANTOS, T. A dimensão real da inserção na ordem simbólica, in **aSEPHallus** (Online), v. VI, n. 11, nov. 2010 a abr. 2011, p. 1-17. Disponível em www.isepol.com/asephallus
- COELHO DOS SANTOS, T. A materialidade da letra e o realismo da estrutura na psicanálise de orientação lacaniana, in LO BIANCO, A.C. (org.) **A materialidade da psicanálise**. Rio de Janeiro: Editora Contracapa, 2011, p.81-100
- COELHO DOS SANTOS, T. Existe uma nova doutrina da ciência na psicanálise de orientação lacaniana?, in COELHO DOS SANTOS, T. MARTELLO, A. SANTIAGO, J. (orgs.) **De que real se trata na clínica psicanalítica? Psicanálise, ciência e discursos da ciência**. Rio de Janeiro: Cia de Freud Eds., 2012, p. 35-61.
- DE GEORGES, P. (2013) Sujet de droit, in: **Passerelles** numero 2 disponível em www.lacan-université.fr/passerelles/uforca
- FREUD, S. (1915) Os instintos e suas vicissitudes, in **ESB**. Rio de Janeiro: Imago, 1974, vol. XIV, p. 137-189.
- LACAN, J. (1958-59) **Le Seminaire. Livre VI: le désir e son interprétation**. Paris: Seuil, 2013.
- LACAN, J. (1970-71) **Le Seminaire. Livre XVIII: pour un discours qui ne serait pas du semblante**. Paris: Seuil, 2006.
- LACAN, J. (1971-72) **Le Seminaire. Livre XIX: ou pire....** Paris: Éditions du Seuil, 2011.
- LACAN, J. (1971-72) **O saber do psicanalista**. Publicação do Centro de Estudos Freudianos de Recife.
- LACAN, J. (1974-75) **Le Seminaire. Livre XXII: R.S.I.** Paris: Éditions de La Association Freudienne Internationale.
- LACAN, J. (1975-76) **Le Seminaire. Livre XXIII: le sinthome**. Paris: Édiitons du Seuil, 2005.
- LACAN, J. (1977-78) **Le Seminaire. Livre XXV: le moment de conclure**. Paris: Éditions de La Association Freudienne Internationale.
- LA SAGNA, P. (2013) Droit au bonheur et loi sexuelle, in: **Passerelles** n. 2 disponível em

www.lacan-université.fr/passeralles/uforca

LACAZE-PAULE, C. (2013) L'habit fait le moine?, in **Passeralles** n. 12, disponível em www.lacan-université.fr/passeralles/uforca

LACOMBE, X. (2013) Note sur le rapport Sicard, in: **Passeralles** n. 1, disponível em www.lacan-université.fr/passeralles/uforca

MILLER, J.-A. (2013) Quand les désirs deviennent des droits. Disponível em: <http://www.causefreudienne.net/uploads/document/6678051611b5cb4b34b4cc92f0e2bffc.pdf> acesso em maio/2013.

MITELMEN, M. (2013) Le droit de choisir as mort, in: Passeralles numero 1, disponível em www.lacan-université.fr/passeralles/uforca

O.N.U. (1948) Declaração Universal dos Direitos do Homem. Disponível em http://unicrio.org.br/img/DeclU_D_HumanosVersoInternet.pdf.

VACHER-VITASSE, C. (2013) Clinique ordinaire de l'AMP: l'asexualité dans le melting pot du désir d'enfant, in: **Passeralles** n. 12, disponível em www.lacan-université.fr/passeralles/uforca

Resumos

The right place to put the analyst's desire in the age of rights

Is having a desire is the same as having the right to carry it out? Will its realization achieve the expected satisfaction? If nothing that we seek is exactly what we find, is because the only law that determines the desire is the emptiness that causes it. The form in which the age of rights and the progress of science relate must be an object for research. As science surpasses its former boundaries, the power of the demand to enjoy unprecedented satisfaction grows. The field of law, since the Universal Declaration of Human Rights (1948), continues to promote the rights of each to desire, often at the expense of the rights of all. The old adage - One's freedom ends where another's begins - is expired.

Keywords: psychoanalysis, rights era, the analyst's desire, the right to enjoyment.

La place du désir de l'analyste à l'ère des droits

Est-ce avoir un désir la même chose qu' avoir le droit de le réaliser? Sa realization procurer-t-elle le degré de satisfaction attendu? Si rien de ce que nous cherchons est de l'ordre de ce que l'on trouve, c'est parce que la seule loi qui détermine le désir est le vide, sa cause. Vous devez vous demander quelle est la relation entre l'ère de l'homme et le progrès de la science. Tandis

que la science transpose ses anciennes frontières, augmente la demande de satisfaction sans précédent. Le domaine de la loi, depuis la Déclaration universelle des droits de l'homme (1948), continue de promouvoir le droit de chacun au désir, souvent au détriment du droit de tous. Le vieil adage - la liberté de chacun s'arrête là où commence celle de l'autre - est franchement expiré.

Mots-clés: l'ère des droits de la psychanalyse, le désir de l'analyste, le droit à la jouissance.

Citação/Citation: COELHO DOS SANTOS, T. Quando os desejos se tornam direitos. *Revista aSEPHallus*, Rio de Janeiro, vol. VII, n. 14, mai. a out. 2012. Disponível em www.isepol.com/asephallus

Editor do artigo: Tania Coelho dos Santos.

Recebido/Received: 08/06/2013 / 06/08/2013.

Aceito/Accepted: 10/06/2013 / 06/10/2013.

Copyright: © 2012 Associação Núcleo Sephora de Pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo. Este é um artigo de livre acesso, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte sejam citados/This is an open-access article, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the author and source are credited.

A toxicomania como paradigma do entorpecimento pulsional¹

Thales Siqueira de Carvalho

Psicólogo
Psicanalista
Especialista em Teoria Psicanalítica pela UFMG
Mestre em Investigações Clínicas em Psicanálise pela UFMG
E-mail: siqueiracarvalho@hotmail.com

Márcia Maria Rosa Vieira

Professora Adjunta no Departamento de Psicologia / UFMG (Minas Gerais, Brasil)
Doutora em Letras / UFMG (Minas Gerais, Brasil)
Pós-Doutorado em Psicanálise / UFRJ (Rio de Janeiro, Brasil)
Pós-Doutorado em Psicanálise / UFMG (Minas Gerais, Brasil)
E-mail: marcia.rosa@globocom.com

Resumo

No trabalho clínico com pacientes toxicômanos, somos colocados constantemente diante de impasses que comprometem o progresso do tratamento, como, por exemplo, a indiferença frente aos riscos de morte, pouquíssima aderência ao tratamento e a prevalência do ato em detrimento às palavras. Para além de tais manifestações, escolhemos, como objeto deste artigo, a relação autoerótica do sujeito toxicômano com o corpo, tomando-a como paradigma da estrutura viciante própria da pulsão. Assim, o crescente número de casos de adições compulsivas, especificamente as toxicomanias, apresenta-se em nossa contemporaneidade marcado pela permissividade ao gozo desmedido como um paradigma do caráter entorpecente e extasiante próprio da pulsão.

Palavras-chave: psicanálise, toxicomania; autoerotismo; narcisismo; entorpecimento pulsional.

“É extremamente lamentável que até agora esse lado tóxico dos processos mentais tenha escapado ao exame científico” (Freud, 1930, p.97).

“Ya se puede pressentir que el verdadero tóxico — el que nos ocupa en una clínica psicoanalítica — no es probablemente la droga como tal!”² (Sylvie Le Poulichet (2005, p.86)

A toxicomania é uma modalidade de uso de drogas que se torna um hábito excessivo e desmensurado, do qual o indivíduo usuário apresenta grande dificuldade de abster-se. Nela, os outros e os ideais parecem excluídos da mira do sujeito. Além disso, fica notável a relação autoerótica do toxicômano com o corpo, tomando-a como paradigma da estrutura viciante própria da pulsão presente em todos os sujeitos, porém em graus diferentes e, a nosso ver, potencializada pela configuração social contemporânea.

O fechamento dos sujeitos em si mesmos é uma marca de nossa época. Com o passar dos dias, cada vez mais, vemos indivíduos inacessíveis aos contatos e encapsulados em um gozo solitário ininterrupto. Na nossa configuração social atual, os espaços, as faltas e os intervalos estão cada vez mais suprimidos. As exaltações do gozo, um após outro, em um encadeamento sem fim, marcam o empuxo desenfreado à morte, em detrimento da causa de desejo. Naparstek alerta-nos para as práticas festivas do *after and after*³, em uma espécie de “empuje a una fiesta permanente con un intento de hacer desaparecer el resto”⁴ (Naparstek, 2009, p. 13).

Laurent apresenta como um marco da toxicomania a possibilidade de “gozar sem o fantasma” (Laurent, 1995, p. 19). Para Naparstek, em termos de modalidade de gozo, na “toxicomanía se trata de un goce autoerótico”⁵ (Naparstek, 2010, p. 49). Seguindo esta articulação, porém em contexto clínico, ressaltamos o que certo paciente responde ao ser perguntado sobre sua repetição rotineira do uso da droga: “você fica acostumado... viciado na situação”. Neste sentido, Le Poulichet afirma que, não só há uma postura isolada de autodestruição, mas também, na toxicomania, “vemos surgir la perspectiva de una operación esencialmente conservadora que protege a una forma de narcisismo”⁶ (Le Poulichet, 2005, p.69).

O “vício na situação”, a dificuldade de abrir mão do “acostumado” ao uso, dito por um paciente em tom de desespero, e o apontamento teórico de Le Poulichet nos leva ao que Freud (1914) formula no texto “Sobre o narcisismo”. Ele nos fala de um período da constituição do sujeito, o narcisismo primário, em que a libido não está lançada ao mundo, às pessoas e às coisas, justamente por existir um interesse preso ao investimento pulsional em si mesmo. Neste texto, colhemos a afirmação freudiana de que o narcisismo é algo encontrado “em muitas pessoas que sofrem de outras

perturbações”, embora tal processo também faça parte do “curso regular do desenvolvimento sexual humano” (Freud, 1914, p. 89). Nessa direção, Miller aponta que “Freud inventa um narcisismo primário, para dizer que o lugar primário do gozo é o eu e o interesse erótico que ele dedica a si mesmo” (Miller, 2005, p. 133).

Para Freud, o narcisismo é “o complemento libidinal do egoísmo da pulsão de autopreservação, que, em certa medida, pode justificavelmente ser atribuído a toda criatura viva” (Freud, 1914, p. 90). Ao exemplificar situações onde podemos perceber a presença de um narcisismo primário, Freud apresenta os pacientes que ele denomina de “parafrênicos” em alusão aos casos clínicos de demência precoce ou esquizofrenia. Ele formula que o parafrênico é marcado por um narcisismo que o impede de seguir no tratamento psicanalítico. Desse modo, tal paciente apresenta “desvio do interesse do mundo externo – de pessoas e coisas [...] sem substituí-las por outras na fantasia” (Id., Ibid.). Ele afirmará ainda que a mais marcante diferença entre as afecções parafrênicas e as neuroses de transferência é que “nas primeiras, a libido liberada pela frustração não permanece ligada a objetos na fantasia, mas se retira para o eu” (Id., p.102). Isto é, a libido permaneceria fixada ao modo de funcionamento do narcisismo primário. Tal situação nos leva a indagar se haveria alguma aproximação possível entre o funcionamento do paciente compulsivo pelo recurso à intoxicação crônica e o parafrênico, por sua retirada do investimento no mundo externo.

Com relação ao narcisismo, vale ressaltar que o uso dessa palavra é introduzido no campo clínico das psicopatologias por Havelock Ellis e Paul Näcke, respectivamente em 1898 e 1899, conforme o próprio Freud nos diz nos textos “Sobre o narcisismo” (1914) e “Além do princípio do prazer” (1920).

O termo narcisismo se origina da cultura grega, precisamente no mito de Narciso. Tal personagem é assim denominada na mitologia grega em alusão à palavra *nárke*. No vocabulário grego, de acordo com Brandão, tal termo significa “entorpecimento, embotamento” (Brandão, 1992, p. 155) de onde se derivou a palavra *narcótico*. O termo *nárke* pode ser entendido também como “torpor” (Brandão, 2005, p. 173). Para os gregos, Narciso simbolizava a insensibilidade, a indiferença pelo mundo a sua volta, visto que era entorpecido por si mesmo e/ou embotado em si mesmo. Conforme Spinelli, “o mito de Narciso representa (senão para os gregos ao menos para nós) o drama da individualidade” (Spinelli, 2010, p.99).

Para Miller, ao tomarmos contato com a noção freudiana de narcisismo, somos remetidos ao que inicialmente se designa pela:

“atitude do indivíduo na qual ele toma seu corpo próprio como objeto libidinal e o erotiza, dedicando-lhe cuidados semelhantes aos que ele dedica

ao corpo de um objeto desejado. Eis, no fundo, o lugar primordial do narcisismo: a erotização do corpo próprio.” (Miller, 2005, p.132).

Podemos pensar que o narcisismo é responsável pelas formas de se viver nas quais o contato com o Outro é rechaçado, seja pela via da droga ou de práticas diversas de consumo. Contudo, Naparstek ainda nos alerta que o que a clínica com toxicômanos e alcoolistas nos mostra é a perspectiva autônoma dos novos sintomas:

“[...] es esta perspectiva del síntoma auto: que el síntoma toxicómano no precisa del Otro, es más, muchos de los pacientes son sustraídos del entorno y muchas veces dicen: ‘Yo no sé porque me traen, yo sé lo que estoy haciendo, sé que me voy a morir pero la paso fantástico. No tengo ningún problema’”⁷ (Naparstek, 2010, p. 68).

Se formos às atas da reunião das quartas-feiras coordenadas por Freud e frequentadas pelos primeiros psicanalistas em Viena, podemos colher algo interessante, principalmente na reunião do dia 20 de janeiro de 1909 destinada à apresentação do trabalho “Neurosis and toxicosis”⁸ do Dr. Hitschmann. Além do relator do dia, a presente reunião contou com a participação de Freud, Adler, Bass, Federn, Heller, Rank, Stekel e Wittels. Na época, a reunião levanta a ideia sobre uma possível toxidade do organismo influenciando o funcionamento psíquico ou até mesmo a formação de psicopatologias. Os membros da reunião chegam a comparar o adoecimento psíquico aos adoecimentos orgânicos autoimunes, como por exemplo, as doenças endócrinas. Na ata, Hitschmann diz:

“For Freud himself, the insight was not closed of that the anxiety neurosis and neurasthenia will one day have to be conceived of as toxicosis; indeed he himself points to the great similarity between anxiety neurosis and Basedow's disease”⁹ (Hitschmann, 1909, p. 108).

A discussão dos membros da reunião gira em torno da questão sobre a existência de alguma toxidade própria das doenças psíquicas, assim como adoecimentos derivados de distúrbios de glândulas do próprio organismo, no caso, a glândula tireóide, doença descoberta por Robert Graves em 1835 e denominada, na época, de doença de Basedow-Graves. A ideia introduzida aqui se referencia no fato de a neurose possuir ou não, em seu funcionamento, a mesma lógica das doenças orgânicas autoimunes. Freud, na mesma reunião, ao argumentar o comentário de Hitschmann, levanta a questão sobre o adoecimento psíquico ser um problema de ordem quantitativa, ou seja, por “effects of deficiency or accumulation”¹⁰ (Hitschmann, 1909, p. 114) de alguma substância no organismo. Freud faz ainda duas comparações:

“Neurasthenia which is caused by a process of impoverishment, has the greatest clinical resemblance to intoxications; anxiety neurosis, which is caused by insufficient discharge, has the greatest resemblance to symptoms of abstinence”¹¹ (Hitschmann, 1909, p. 114).

Em vista dos comentários acima, podemos pensar haver certa toxidade inerente à pulsão? Se estivermos certos disso, ao basearmos tal hipótese nas discussões de Freud ao longo de sua obra, somos levados a entender a toxicomania como fruto de uma acentuação ou agudização de um entorpecimento pulsional que já é próprio do funcionamento psíquico. O próprio Freud chega a ratificar a ideia trazida desta reunião clínica de 20 de janeiro de 1909, ao afirmar que os adoecimentos psíquicos são “estados oriundos de um excesso ou falta relativa de certas substâncias altamente ativas, quer produzidas no interior do corpo quer nele introduzidas de fora; em suma, são distúrbios da química do corpo, estados tóxicos” (Freud, 1925[1924], p. 267).

No texto “Projeto para uma psicologia científica”, Freud falava dessa tendência à descarga pulsional – quando o aparelho psíquico encontra-se fixado em fontes de prazer – que pode ser conhecida como “princípio da inércia neuronal: os neurônios tendem a se livrar de Q [...] essa descarga representa a função primária do sistema nervoso” (Freud, 1950[1895], p.316). Vale ressaltar que Q é a sigla usada por Freud para representar a quantidade de magnitude no aparelho mental, a qual exige descarga. Podemos entender que este termo, pertencente ao ponto de vista econômico do aparelho psíquico, veio auxiliar a formulação do conceito de pulsão na obra de Freud.

Além disso, no funcionamento psíquico, há também uma recusa em adiar a descarga pulsional, algo sob a ordem do princípio da constância ou inércia neuronal, diferentemente de saídas que incluiriam o uso do pensamento, dos recursos simbólicos e das conciliações com o mundo externo (princípio de realidade). Segundo Freud, “o pensar foi dotado de características que tornavam possível ao aparelho mental tolerar uma tensão aumentada de estímulo, enquanto o processo de descarga era adiado” (Freud, 1911, p.281). Porém, esse pensar exige “a transformação de catexias livremente móveis em catexias vinculadas” (Id.). Ora, esse seria o empenho no qual todo sujeito estaria implicado, de alguma forma ao viver em sociedade. Tal esforço em nome da comunidade é aquilo com o que o toxicômano não quer se haver. Isto é, ao entorpecer-se, ao se deixar à mercê do princípio do prazer (processo primário), o toxicômano não abre mão do gozo do corpo, produzindo, portanto, um curto circuito em si mesmo. Ao fazer o uso da substância química, fechando-se em si mesmo, em uma postura pulsional auto entorpecedora, o toxicômano exerceria uma quebra na

vinculação que a pulsão poderia ter com qualquer modo de contorno e destino, a partir do princípio da realidade.

Para fundamentar ainda mais nossa linha de pensamento, vale lembrar a fala de outro paciente: “a bebida é igual um curto circuito, quando bate, pega fogo. Você toma uma e quer duas, toma duas quer quatro, toma quatro e quer um litro... e assim vai... não para”.

Freud (1908), no texto “Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna” afirma existir uma “natureza tóxica” (p. 191) própria nos distúrbios sintomáticos das neuroses. Para Naparstek (2010), essa indicação freudiana aponta para o impasse que encontramos na contemporaneidade com relação aos chamados novos sintomas — marcados pela atuação com o corpo e pouco uso dos recursos simbólicos —, pois se enquadram pelo aspecto da “falta de mecanismo psíquico, falta de sentido y se presentan directamente con su cara tóxica”¹² (p. 26). De acordo com o mesmo autor, nos novos sintomas:

“[...] hay una toxicidad en el núcleo mismo del síntoma y se ve que es el núcleo duro de roer de ese síntoma [...] hoy en día nos enfrentamos de lleno con esa toxicidade del síntoma sin pasar por el sentido que hacía del síntoma una formación de inconsciente”¹³ (Naparstek, 2010, p.25).

A intoxicação, por meio de substâncias químicas externas, seria uma estratégia catalizadora de um processo que subsiste de forma latente no próprio funcionamento psíquico do ser falante, no caso, uma narcose pulsional de tendência mortífera. Nesse sentido, Sinatra (2010) alerta que “la toxicidad real es la de la pulsión de muerte”¹⁴ (p. 13-14). Freud (1930), já levantara uma observação a respeito dessa toxidade inerente ao psiquismo:

“[...] é possível que haja substâncias na química de nossos próprios corpos que apresentem efeitos semelhantes, pois conhecemos pelo menos um estado patológico, a mania, no qual uma condição semelhante à intoxicação surge sem administração de qualquer droga intoxicante. Além disso, nossa vida psíquica normal apresenta oscilações entre uma liberação de prazer relativamente fácil e outra comparativamente difícil, paralela à qual ocorre uma receptividade, diminuída ou aumentada, ao desprazer. É extremamente lamentável que até agora esse *lado tóxico dos processos mentais* tenha escapado ao exame científico” (Freud, 1930, p. 97, *itálicos* nossos).

É sobre essa indicação levantada por Freud que assentamos nossa construção teórico-clínica. Isto é, o caráter tóxico próprio do funcionamento psíquico, tributário da

montagem pulsional de tendência entorpecente, extasiante e narcótica, que nos casos de toxicomania encontra satisfação direta no corpo. Não sem razão, apontamos a precisa indicação de Naparstek (2010) para quem “el único veneno es la pulsión de muerte”¹⁵ (p.42). Complementando de forma instigante, Le Poulichet (2005) esclarece que “ya se puede pressentir que el verdadero tóxico – el que nos ocupa en una clínica psicoanalítica – no es probablemente la droga como tal!”¹⁶ (p.86).

O que diferencia os sujeitos que não seguem caminhos de entrega à intoxicação pulsional daqueles que conhecemos por adictos, seria uma questão que pode ser respondida se levarmos em consideração as falhas ou inoperâncias dos aparelhos e/ou formações psíquicas que tratam a pulsão e sua exigência por satisfação. No processo de montagem pulsional, alguns sujeitos lançariam mão de recursos que dariam destinos diferentes daqueles de uma ligação direta à satisfação no corpo. O entorpecimento pulsional estaria posto para todos, e a empreitada para lidar com isso dependeria dos caminhos que o sujeito tomaria pela fase edípica, e pela castração, incluindo aqui seu laço fantasmático com o falo.

A toxicomania, portanto, seria uma manifestação do caráter narcoentorpecente da pulsão que, por outros meios, não pôde ser contornada ou enlaçada. Há, a partir do modo como cada sujeito lida com sua pulsão, uma diferença que marca o fato de uns se tornarem adictos compulsivos e outros não, de uns ficarem à mercê da imperativa exigência pulsional desmedida e de outros conseguirem meios de atenuar esta tendência ao gozo encapsulado, fechado em si mesmo, que a pulsão engendra a partir disso que do corpo foi não todo assimilado. Sendo assim, valendo-nos de Le Poulichet:

“Cuando el cuerpo ya no se oye en la palabra y en el sueño, el tóxico puede surgir en su dimensión de ‘prótesis psíquica’ [...] la figura del tóxico ha sido neutralizada por la del sueño, empero se manifiesta un retorno del tóxico cuando el modelo del sueño ya no cumple su función. Se puede pensar que el tóxico consuma un tratamiento de la ‘máquina’ cuando el cuerpo no se ha perdido”¹⁷ (Le Poulichet, 2005, p.96).

Sendo assim, o sujeito toxicômano denuncia a debilidade de nossos recursos psíquicos para lidar com o real da pulsão. Ou seja, o apego à satisfação pulsional, engendada pelo recurso à intoxicação crônica, mostra a ineficácia do fantasma, do complexo de Édipo e, conseqüentemente, a inoperância do sintoma (na formação clássica freudiana como formação de compromisso) para dar vasão à excitação pulsional, traumática por essência, desde os primórdios do *infans*. Etimologicamente, *infans* vem do Latim: *in*, prefixo negativo, e *fari*, verbo falar. Portanto, *infans* = não falante ou o que não fala.

Em Lacan, no texto de 1949 "O estádio do espelho como formador da função do eu", o termo *infans* designa a criança indiferenciada do outro cuidador, ou seja, trata-se do bebê em seu estado pré-verbal, ainda sem a constituição do eu, portanto imaturo em termos de recursos simbólicos e de articulação imaginária; trata-se de uma pura presença do corpo gozante sem o aparato/amparo da linguagem. Quando optamos pelo uso do termo *infans*, é justamente para dizer deste período infantil do sujeito não abarcado pelo trabalho civilizatório, por ainda ser o corpo biológico não captado pelo sentido simbólico que exercerá influência na dinâmica da vida psíquica futura. É do *infans* que se trata quando abordamos o momento anterior à operação fantasmática sobre a invasão pulsional, sempre traumática. Assim também o é nos casos de toxicomania ou nos casos marcados pelo apego à compulsão tóxica, confirmando uma fixação ao gozo que se mantém preso ao corpo que resta inabitado pelos recursos sofisticados em torno do real pulsional, e que exige satisfação, muito além de qualquer tentativa de dominação ou conciliação.

Para Lacan, o que vem diferenciar o sujeito do ser *infans* é o estádio imaginário com relação ao Outro, por onde "o sujeito encontra o material significante de seus sintomas. E é do tipo de interesse que nele desperta o eu que provem as significações que dele desviam seu discurso" (Lacan, 1955, p. 428), ou seja, as montagens pulsionais articuladas na vida psíquica são determinadas pela construção fantasmática que se inicia no estádio do espelho, tirando o sujeito de seu aprisionamento na condição de puro ser do corpo que goza.

Contudo, as inoperâncias de nossos recursos frente à pulsão de morte apresentam-se mais claramente nos casos de toxicomania, e até mesmo em outras patologias compulsivas de nossa cena hipermoderna. Os casos, denominados na contemporaneidade de *novos sintomas*, marcados pela compulsão desmedida, assinalados também por Rabinovich (2004, p.18) como *patologias do ato*, são a representação paradigmática de que há um *infans* impossível de ser acalentado por detrás das formações que levam em conta o uso do fantasma. Para Rabinovich as patologias do ato compõem uma peculiar categoria psicopatológica da contemporaneidade, em que os casos apontam para um gozo que transcende o princípio do prazer e, por isso mesmo, rompem os laços com o Outro ou trazem o Outro como inconsistente. Um exemplo radical dessa compulsão desmedida seriam casos de toxicomania, para os quais, segundo Le Poulichet "es preciso suplir sin cesar la claudicación de una instancia simbólica"¹⁸ (Le Poulichet, 2005, p.123).

A não saturação das aparelhagens psíquicas sobre a montagem pulsional denunciaria o que há de inoperante no funcionamento de todo sujeito ao lidar com o corpo, inoperância que, nos casos de entrega à compulsão pela droga, se tornaria mais

evidente. Tal debilidade constitutiva, posta a todos nós, é problematizada por Soler, quando diz que ao lidar com a pulsão, “o Édipo supre, é verdade, a grosso modo, e não sem incidentes sintomáticos” (Soler, 1989, p.1). Além disso, mantendo essa linha de discussão, Naparstek afirma que “el síntoma muestra a cielo abierto su toxicidade cuando está separado de los sentidos”¹⁹ (Naparstek, 2010, p.27).

A montagem pulsional, segundo Rabinovich, “é, pois, um meio de produção da satisfação. Isto supõe que, na pulsão, a satisfação produzida implica um sujeito que se satisfaz com ela e, além disso, que tal satisfação ‘faz as vezes de’, ‘ocupa o lugar de’, desse vazio criado pela inexistência do ato sexual” (Rabinovich, 2004, p.84). Reavivando ainda mais a discussão sobre a toxicidade inerente à pulsão, a toxicomania pode ser entendida como a apresentação de um funcionamento autoerótico (narcisismo primário), efetuando uma inclinação/vocação narcoentorpecente própria da pulsão. Esta seria uma prática, que, diferentemente do narcisismo secundário (etapa da constituição do sujeito caracterizada pelos investimentos nos objetos), propõe um funcionamento sem levar em conta as extrações de satisfação pulsional do investimento no mundo externo.

Pensamos nesta báscula narcisismo/autoerotismo promotor de intoxicação pulsional a partir da ênfase de Freud ao dizer que “o autoerotismo seria, pois, a atividade sexual do estágio narcísico da distribuição da libido” (Freud, 1917, p. 486).

Quando lemos a carta escrita por Freud a Fliess em 22 de dezembro de 1897, n. 79, colhemos uma conclusão precisa. Segundo Freud: “a masturbação é o grande hábito, o ‘vício primário’, e que é somente como sucedâneo e substituto dela que outros vícios — álcool, morfina, tabaco etc. — adquirem existência” (Freud, 1897, p. 291). Ainda sobre esta tese, Freud no texto “Dostoiévski e o parricídio” formula, de maneira esclarecedora, que “o ‘vício’ da masturbação é substituído pela inclinação ao jogo e a ênfase dada à atividade apaixonada das mãos revela essa derivação. Na verdade, a paixão pelo jogo constitui um equivalente da antiga compulsão a se masturbar” (Freud, 1928, p. 222). Além disso, ele conclui que “não encontramos casos de neurose grave em que a satisfação autoerótica da primeira infância e da puberdade não tenha desempenhado um papel” (Id., p. 223). Ou seja, Freud nos alerta para o caráter viciante presente nos casos graves onde a fixação a um hábito compulsivo detém raízes na satisfação pulsional autoerótica do *infans*.

Naparstek afirma que nesta tese de Freud encontramos “una ecuación directa entre adicción y autoerotismo”²⁰ (Naparstek, 2008, p. 37). Mazzuca, ao trabalhar o tema da toxicomania, nos lembra de que nesses pacientes é “el próprio yo el que, desde el júbilo hasta la manía, se ofrece al sujeto como objeto de satisfacción embriagante,

narcótico, tóxico”²¹ (Mazzuca, 2005, p. 26). Beneti conflui com esse raciocínio ao afirmar que, na compulsão às drogas, trata-se do gozo do indivíduo, do sujeito não dividido “que é apenas um corpo, um corpo que goza de si mesmo, através da droga. A toxicomania é o protótipo do gozo autoerótico, da boca que beija a si mesma” (Beneti, 2008, p. 150). Fica clara, nesta passagem, uma alusão à elaboração de Freud acerca do autoerotismo: “pena eu não poder beijar a mim mesmo” (Freud, 1905, p. 171), e que, a nosso ver, apresenta-se como o mecanismo no pano de fundo da toxicomania.

Conclusão

Diante dos fragmentos dos casos clínicos trazidos nesta pesquisa, foi possível constatar a pertinência de nossa hipótese teórico-clínica a respeito do gozo do corpo na toxicomania como uma manifestação exacerbada do entorpecimento pulsional, fato que tende a fazer dela um marco clínico da contemporaneidade. O crescente número de casos de adições compulsivas, não somente a toxicomania, configuram em nossa época, marcada pela permissividade ao gozo desmedido, um paradigma do caráter entorpecente e extasiante próprio da pulsão. O problema da toxicomania foi aqui abordado pela via de sua incidência no corpo, e do que este gozo do corpo, peculiar ao toxicômano, voltado para o fim claro da satisfação autoerótica, nos ensina sobre a dinâmica e sobre as vicissitudes da pulsão. Valendo-nos de Naparstek observamos que, “si hay algo a lo que resiste el toxicómano es a hacer entrar en el campo del Otro su propia satisfacción, hay una batalla para no permitir el acceso del modo de satisfacción al campo del Otro”²² (Naparstek, 2010, p.49). Ou seja, em se tratando de toxicomania, o psicanalista será convocado ao campo de batalha frente ao gozo que resiste em se fazer furado, para, a partir daí, quem sabe, poder introduzir algo desse gozo autoerótico no campo do Outro.

Vários são os caminhos pelos quais podemos abordar o problema da intoxicação crônica, assim como várias são as hipóteses que podemos lançar sobre o instigante, enigmático e, ao mesmo tempo, desafiador campo de trabalho referente aos pacientes acometidos pelo uso desenfreado de substâncias químicas. Sem deixarmos de lado a particularidade da proposta política da psicanálise em meio às abordagens de todos como iguais - a saber, a escuta do sujeito pela sua diferença e pelo seu modo particular de gozo - propusemos neste trabalho um entendimento peculiar e estrutural da toxicomania. Portanto, situamo-nos enquanto pesquisadores psicanalíticos perante os impasses da contemporaneidade, já que, como nos alerta Lacan, o analista deve abrir mão de sua prática caso não consiga

“[...] alcançar em seu horizonte a subjetividade de sua época. Pois, como poderia fazer de seu ser o eixo de tantas vidas quem nada soubesse da dialética que o compromete com essas vidas num movimento simbólico. Que ele conheça bem a espiral a que o arrasta sua época.” (Lacan, 1953, p. 322).

Certos de que o presente artigo deixa em seu horizonte a necessidade de novos desdobramentos acerca do estudo e do tratamento da toxicomania, entendemos que os apontamentos e conclusões que foram levantados não pretendem finalizar a abordagem do real da clínica com toxicômanos, e tampouco entendê-la como conclusa; mostra que novos problemas para futuras investigações foram abertos. Em última instância, o ensinamento mais refinado que colhemos do estudo da toxicomania é que há um real do corpo e da pulsão que resistem a qualquer produção de pesquisa, mas que nos convocam ao trabalho de escrita. Sendo assim, vale lembrar o que diz o personagem Riobaldo, de Guimarães Rosa em *Grande sertão: veredas*: “natureza da gente não cabe em nenhuma certeza” (Rosa, 1988, p. 367). Esta é a razão de as pesquisas de investigações clínicas em psicanálise existirem, isto é, o real que insiste em ser não-todo estudado, não-todo explicado.

Notas

1. O presente artigo é uma versão reduzida da dissertação de mestrado “A toxicomania como paradigma do entorpecimento pulsional e o gozo autista do corpo” defendida em 25/10/12 na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte-MG, sob a orientação da Profa. Dra. Márcia Maria Rosa Vieira.
2. “Já se pode pressentir que o verdadeiro tóxico — o que nos ocupa em uma clínica psicanalítica — não é provavelmente a droga como tal” (tradução livre).
3. Expressão retirada da língua inglesa traduzida por “depois e depois”, para dizer do gozo após gozo das práticas contemporâneas. Tal expressão pode receber também a conotação do “mais e mais” da tentativa de obter o máximo de satisfação possível, sem limites, sem interrupções.
4. “Empuxo a uma festa permanente com a intenção de fazer desaparecer o resto” (tradução livre).
5. “Na toxicomania se trata de um gozo autoerótico” (tradução livre).

6. "Vemos surgir a perspectiva de uma operação essencialmente conservadora que protege uma forma de narcisismo" (tradução livre).
7. "É esta perspectiva do sintoma auto: que o sintoma toxicomaniaco não precisa do Outro, e mais, muitos dos pacientes são trazidos de seu meio e muitas vezes dizem: 'Eu não sei por que me trazem, eu sei o que estou fazendo, sei que vou morrer, mas estou vivendo fantasticamente. Não tenho nenhum problema'" (tradução livre).
8. "Neurose e toxicose" (tradução livre).
9. "Para Freud, não foi fechada a ideia de que a neurose de angústia e a neurastenia um dia terão de ser concebidas como intoxicações; na verdade ele mesmo aponta para a grande semelhança entre a neurose de angústia e a doença de Basedow" (tradução livre).
10. "Efeitos de deficiência ou acumulação" (tradução livre).
11. "Neurastenia, a qual é causada por um processo de empobrecimento, tem a maior semelhança clínica com as intoxicações; neurose de angústia, a qual é causada por descarga insuficiente, tem a maior semelhança com os sintomas de abstinência" (tradução livre).
12. "Falta de mecanismo psíquico, falta de sentido e se apresentam diretamente com sua face tóxica" (tradução livre).
13. "Há uma toxidade no próprio núcleo do sintoma e se vê que é o núcleo duro de roer desse sintoma [...] hoje em dia enfrentamo-nos de frente com essa toxidade do sintoma sem passar pelo sentido que fazia do sintoma uma formação do inconsciente" (tradução livre).
14. "A toxidade real é a da pulsão de morte" (tradução livre).
15. "O único veneno é a pulsão de morte" (tradução livre).
16. "Já se pode pressentir que o verdadeiro tóxico – o que nos ocupa em uma clínica psicanalítica – não é provavelmente a droga como tal" (tradução livre).
17. "Quando já não se ouve o corpo na palavra e no sonho, o tóxico pode surgir em sua dimensão de 'prótese psíquica' [...] a figura do tóxico tem sido neutralizada pela do sonho, contudo se manifesta um retorno do tóxico quando o modelo do sonho já não cumpre sua função. Pode-se pensar que o tóxico consuma um tratamento da 'máquina' quando o corpo não se encontra perdido" (tradução livre).
18. "É preciso suprir sem cessar a claudicação de uma instância simbólica" (tradução livre).
19. "O sintoma mostra a céu aberto sua toxicidade quando está separado dos sentidos" (tradução livre).
20. "Uma equação direta entre vício e autoerotismo" (tradução livre).

21. "Nesse caso é o próprio eu que, do júbilo à mania, se oferece ao sujeito como objeto de satisfação embriagante, narcótico, tóxico" (tradução livre).
22. "Se há algo ao qual resiste o toxicômano é de fazer entrar sua própria satisfação no campo do Outro, há uma batalha para não permitir o acesso de seu modo de satisfação no campo do Outro" (tradução livre).

Referências Bibliográficas

- BENETI, A. (2008) O toxicômano não é feliz, in **Felicidade e sintoma: ensaios para uma psicanálise no século XXI**. Rio de Janeiro: EBP editora. Salvador: Editora Corrupio, 2008.
- BRANDÃO, Junito. (1992) **Dicionário Mítico-Etimológico da Mitologia Grega**. Volume II J-Z. Petrópolis (RJ): Vozes.
- BRANDÃO, Junito. (2005) **Mitologia Grega**. Petrópolis (RJ): Vozes.
- FREUD, S. (1897). Carta 79 – Extratos dos documentos dirigidos a Fliess (1950 [1892-1899]), in **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976, vol. I, p.291-293.
- FREUD, S. (1905). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, in **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976, vol. VII, p.123-253.
- FREUD, S. (1908). Fantasias histéricas e sua relação com a bissexualidade, in **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976, vol. IX, 161-171.
- FREUD, S. (1911). Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental, in **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976, vol. XII, p. 272-286.
- FREUD, S. (1914). Sobre o narcisismo, in **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976, vol. XIV, p. 84-119.
- FREUD, S. (1917) Conferência XXVI – A teoria da libido e o narcisismo. Conferências introdutórias sobre psicanálise (Parte III – Teoria geral das neuroses), in **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976, vol. XVI, p. 287-550.
- FREUD, S. (1925 [1924]). As resistências à psicanálise, in **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976, vol. XIX, p. 262-279.

FREUD, S. (1928). Dostoiévski e o parricídio, in **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976, vol. XXI, p.201-227.

FREUD, S. (1930). O mal-estar na civilização, in **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976, vol. XXI, p.73-171.

FREUD, S. (1950 [1895]). Projeto para uma psicologia científica, in **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976, vol. I, p. 301-409.

HITSCHMANN. (1909). Neurosis and toxicosis, in NUMBERG, H.; FEDERN, E. **Minutes of The Vienna Psychoanalytic Society**, Volume II, 1908-1910. New York: International Universities Press Inc, 1967, p. 106-116.

LACAN, J. (1949). O estágio do espelho como formador da função do eu, in **Escritos**. Rio de Janeiro, Zahar, 1998, p. 93-106.

LACAN, J. (1953) Função e campo da fala e da linguagem, in **Escritos**. Rio de Janeiro, Zahar, 1998, p. 238-324.

LACAN, J. (1955) A coisa freudiana ou sentido do retorno a Freud em psicanálise, in **Escritos**. Rio de Janeiro, Zahar, 1998, p.402-437.

LAURENT, E. (1995) Tres observaciones sobre la toxicomania, in SINATRA, E.S.; SILLITTI, D.; TARRAB, M. (Comp). **Sujeto, goce y modernidad: los fundamentos de la clinica**. Volume II. TyA, Buenos Aires: Atuel, p.15-21.

LE POULICHET, Sylvie. (2005) **Toxicomanías y psicoanálisis: las narcosis del deseo.**, Buenos Aires-Madrid: Amorrortu editores. Traducción de José Luis Etcheverry.

MAZZUCA, M. (2005) La manía del tóxico: entre la fobia y el fetiche, in **Pharmakon**, Efectos de tratamientos de toxicómanos en instituciones. Buenos Aires: TyA y Instituto de Psicanálise e Saúde Mental de Minas Gerais, n. 10, p. 25-30.

MILLER, J.-A. (2005) **Silet: os paradoxos da pulsão de Freud a Lacan**. Campo Freudiano no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

NAPARSTEK, F. (2008) **Introducción a la clínica con toxicomanías y alcoholismo I**. Buenos Aires: Grama Ediciones, Serie TEMPS.

NAPARSTEK, F. (2009). **Introducción a la clínica con toxicomanías y alcoholismo II**. Buenos Aires: Grama Ediciones, Serie TEMPS.

NAPARSTEK, F. (2010). **Introducción a la clínica con toxicomanías y alcoholismo III**. Buenos Aires: Grama Ediciones, Serie TEMPS.

RABINOVICH, D.S. (2004). **Clínica da pulsão: as impulsões**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.

ROSA, João Guimarães. (1988). **Grande sertão: veredas**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira.

SINATRA, E. (2010) **Todo sobre las drogas?** Buenos Aires: Grama Ediciones, Serie Tri.

SOLER, C. (1989) O corpo no ensino de Jacques Lacan, in **Papéis do Simpósio**. Conferência traduzida e publicada pelo Simpósio do Campo Freudiano, Belo Horizonte-MG, 1-24.

SPINELLI, M.(2010) O mito de Narciso, in **O nascimento da filosofia grega e sua transição ao medievo**. Caxias do Sul: Ed. Universidade de Caxias do Sul, 2010, p. 90-105.

Resumos

Drug addiction as a paradigm of the numbness by drive

In clinical work with addicted patients, many impasses arise that might compromise the progress of treatment, for example, the indifference to the risk of death, very little treatment compliance and preference for act instead of the words. Beyond these manifestations, we chose as the subject of this article, the autoerotic relation of the junkie subject with its body, taking it as a paradigm of the addictive structure which is characteristic of drive itself. Thus, the growing number of cases of compulsive addictions, specifically to drugs presents itself in our contemporary world marked by excessive permissiveness to enjoyment as a paradigm of the numbing and exhilarating character of drive.

Keywords: psychoanalysis, addiction; autoerotismo; narcissism; numbness of drive.

La toxicomanie comme paradigme de l'engourdissement pulsionnel

Dans le travail clinique avec les patients toxicomanes, nous sommes placés en permanence devant les impasses qui compromettent les progrès du traitement, par exemple, l'indifférence au risque de la mort, très peu d'observance du traitement et la prévalence de l'acte en detriment des mots. Au delà de ces manifestations, nous avons choisi comme sujet de cet article, la relation de l'auto-érotique du junkie sujet avec le corps, en le prenant comme un paradigme de la structure addictive de la pulsion elle même. Ainsi, le nombre croissant de cas d'additions compulsives, toxicomanies spécifiquement, présent dans notre monde contemporain marqué par la permissivité excessive à la jouissance démesurée comme un paradigme Du caractère engourdissant et extasiant propre de la pulsion.

Mots-clés: psychanalyse, la toxicomanie; autoérotisme; narcissisme; engourdissement pulsionnel.

Key-words: psychoanalysis, drug addiction; autoerotism; narcissism; drive numbness.

Citação/Citation: CARVALHO, T.S. de; VIEIRA, M.M.R. A toxicomania como paradigma do entorpecimento pulsional. Revista **aSEPHallus**, Rio de Janeiro, vol. VII, n. 14, mai. a out. 2012. Disponível em www.isepol.com/asephallus

Editor do artigo: Tania Coelho dos Santos.

Recebido/Received: 15/11/2012 / 11/15/2012.

Aceito/Accepted: 10/12/2012 / 12/10/2012.

Copyright: © 2012 Associação Núcleo Sephora de Pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo. Este é um artigo de livre acesso, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte sejam citados/This is an open-access article, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the author and source are credited.

Os transexuais e o sexo para chamar de seu¹

Marina Caldas Teixeira

Psicanalista

Doutora em Psicologia Psicanálise / UFMG (Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil)

Doutorado sanduiche em UR2 (Rennes, França)

Mestre em Psicologia – Estudos Psicanalíticos / UFMG (Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil),

Especialista em Psicologia da Educação / CEPENMG (Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil),

Psicóloga / PUCMG (Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil)

Psicóloga do Hospital das Clínicas (HC-UFMG) (Minas Gerais, Brasil)

Membro da equipe de Transplante cardíaco do HC-UFMG (Minas Gerais, Brasil)

Membro da equipe Obesidade mórbida e Cirurgia bariátrica do HC-UFMG (Minas Gerais, Brasil)

Membro da equipe de Ambiguidades sexuais e cirurgias corretivas (Minas Gerais, Brasil)

Correspondente da Seção Minas da Escola Brasileira de Psicanálise (Minas Gerais, Brasil)

E-mail: marina.caldas.teixeira@gmail.com

Resumo

O artigo resume a problemática dos transexuais, pessoas que são compelidas a dizer que seu sexo não é seu e que reclamam o direito de mudar de sexo civil e fisicamente. Considerando a abordagem lacaniana do sinthoma e da sexualização como opção de identificação sexualizada, o artigo discorre sobre o gozo transexualista que termina por conduzir à cirurgia de mudança de sexo e aos hormônios, assim como sobre o talento de alguns transexuais para alcançar um sexo para chamar de seu a despeito da função fálica, proeza que em alguns casos, mantém o sujeito ligado à realidade, conectado ao semelhante e, fixado na ideia de si como um corpo que tem peso.

Palavras-chave: psicanálise, transexual, identidade, sexo, corpo, eu, sinthoma.

"Um Eu demasiado poderoso é uma prisão da qual um homem deve eludir-se, se deseja gozar plenamente os bens deste mundo."

Honoré de Balzac

Estamos na alvorada do século XXI, ano de 2013 d.C. Vivemos num mundo onde a nanotecnologia, as células tronco, a clonagem, as neurociências, os avanços da genética através do genoma desenham os caminhos pelos quais a medicina, neste século, vem remodelando os costumes. A globalização consolidou a presença massiva

TEIXEIRA, M. C. Os transexuais e o sexo pra chamar de seu. Revista aSEPHallus, Rio de Janeiro, vol. VII, n. 14, mai. a out. 2012, p. 43-73. Disponível em www.isepol.com/asephallus/numero_14/artigo_03.html

dos *gadgets* na atmosfera da vida civilizada em nossa era. Os *gadgets* são esses objetos fabricados em série pela ciência que, por uma sorte do destino, se imiscuíram nas tramas do desejo e da subjetividade, até o ponto de revestir a pessoa com algo que chega a ser mais imprescindível do que o ar que se respira. O casamento entre os avanços do capitalismo e os progressos da ciência produziu uma sorte de explosão no campo do gozo para os seres falantes, que alcançou desopilar a via do mais gozar de seus limites clássicos, limites esses que obstruíam o livre acesso a essa via. O século XXI exonerou a ordem simbólica, que valia como mote civilizatório até o meio do século passado, e exorta agora em favor de uma civilização bricolada por múltiplas ordenações, inspiradas em estilos de vida e modos de gozo individuais, num empuxo sempre crescente ao que vem sendo designado como vitória das liberdades individuais. Entre todas as liberdades individuais, o direito de escolher o próprio sexo a despeito das determinações naturais, já não surpreende acostumados que estamos com as diversas expressões do gênero humano que desfilam no nosso tempo: pansexuais, andróginos, transexuais, transgêneros. Ecoa na sociedade a crença de que as conquistas no campo do desejo e da representação permitiram a liberação do sexual de toda e qualquer determinação natural.

No rastro de todas as transformações sexuais, sociais e culturais desta era, pode-se dizer que o transexualismo entrou nos costumes com uma facilidade desconcertante, uma vez que o fenômeno aparece como o expoente máximo do direito de escolher o próprio sexo. No estágio atual de nossa civilização, parece que o ser falante não está mais obrigado a se conformar à anatomia, a esse dado essencial da natureza humana que, desde o nascimento, distribuía a gente entre o lado homem e o lado mulher da diferença dos sexos. A proeza de alguns transexuais é assim, tomada pelo cientificismo neoliberal como prova documental de que uma das últimas fronteiras humanas, a fronteira dos sexos, foi ultrapassada.

O tema do transexualismo tem sido alvo de minhas pesquisas há mais de dez anos. O discurso analítico de orientação lacaniana tem sido o guia para adentrar na lógica desses casos, interrogando a redesignação sexual anunciada ao termo da mudança de sexo. Questão controversa, inusitada e mesmo impensável não fossem os muitos casos de transexuais que, no mundo contemporâneo, realizaram a metamorfose improvável de homem para mulher ou de mulher para homem.

Diante desses casos, minha abordagem se pauta por ser menos crítica e menos cética da redesignação sexual pleiteada e anunciada em cada caso de transexualismo, e mais preocupada em destacar a posição que esses, que agora são chamados trans homem e trans mulher, assumem na partilha sexual, ainda que ao modo de uma paródia, pois em cada epopeia de um sujeito que foi conduzido à cirurgia e aos hormônios, não

encontramos senão uma forma singular da subjetividade humana, que nos ensina muito sobre o que permanece sendo, essa loucura comum, que é a natureza sexual dos seres humanos, com tudo de perturbador que dela se segue para a relação entre homens e mulheres.

No mundo contemporâneo, o ser falante tem sido compelido a suportar novas condições de gozo e de sociabilidade que não estão conectadas ao inconsciente e à possibilidade de decifração, já que falta o limite da castração, mas que se armam como soluções *prêt-à-porter* diretamente conectadas ao corpo, armados que, com Lacan, aprendemos a chamar de *sinthoma*.

Nos casos de transexualismo, destaca-se a maneira como esses trans homem e trans mulher são compelidos, seja como for, a inventar de maneira solitária uma forma de suportar o intratável da estrutura que retorna sempre sobre cada um deles apesar das cirurgias reparadoras e das terapias hormonais. Venho dizendo que alguns trans alcançaram um *sinthoma* que, de maneira singular, faz um limite onde faltou o limite. Considero que seja função social do analista que trabalha de forma aplicada (aquele que, com sua presença, sustenta o discurso analítico nas diversas instituições de tratamento do sofrimento humano) a de explicar ao mundo, àqueles que não são seus pares, o que é que faz um *sinthoma*, como faz e a que preço faz.

Essa demonstração tende a ser de extrema importância, pois é preciso dizer e demonstrar, que as soluções transexualistas, ou seja, a fórmula com a qual alguns sujeitos alcançaram sair da catástrofe subjetiva na qual estavam submersos justamente porque padeciam de um corpo impróprio, é uma solução absolutamente singular que não pode ser tomada como modelo para qualquer um e, menos ainda, se tornar a bandeira de minorias porque não existe uma solução universal para a relação do ser falante com o gozo e com a linguagem.

Um desejo muito enérgico: um sexo para chamar de seu

Os transexuais são pessoas habitadas por uma convicção insofismável de que seu sexo não é seu. Por conta desse tormento, são compelidos por um desejo muito enérgico que os leva inclusive a se submeter a uma operação de mudança de sexo para declinar do “corpo errado”, corpo perseguidor, condensador do mal estar de existir extraviado de si, e finalmente alcançar o corpo perseguido, corpo que finalmente vão poder chamar de seu.

Alguns transexuais, compelidos pela paixão de trocar de sexo, foram talentosos e atingiram seu objetivo: o de alcançar um sexo para chamar de seu, o que lhes permitiu experimentar a ideia de si como um corpo que tem certo peso e realidade. Proeza que confere ao transexual a oportunidade de se declarar a pessoa que é - a *top*

model Lea T que já foi Leandro, declarou pós-mudança de sexo: “agora eu, sou eu”. Talento das *père-versions*: corrigir o lapso do nó, naquele ponto mesmo em que o nó fracassou.

O transexualismo, ou a transexualidade como quer a militância GLT, é um fenômeno que interroga nossas convicções sobre a diferença dos sexos na medida em que supõe a possibilidade de uma travessia de homem para mulher e de mulher para homem. A identidade sexual, nesses casos, formatada pelos recursos da medicina reparadora vem sendo legitimada como um direito cientificamente conquistado. Atualmente, é indubitável o quanto o processo pós-moralista foi muito além da libertação dos costumes dos domínios da moral sexual tradicional e transgrediu igualmente o que outrora se designaria o dever moral para consigo mesmo de não despojar de seu próprio corpo, uma vez que a moral dos deveres individuais proibia terminantemente a mutilação voluntária de um órgão da pessoa, na qualidade de um atentado contra a própria natureza humana. O individualismo contemporâneo desvencilhou o corpo do autoritarismo da moral individual e libertou o sexo das disposições morfológicas da natureza, pois é fato sensível que, no século XXI, o indivíduo tem o direito de escolher o próprio corpo e que o sexo perdeu toda a determinação na pletora da confusão dos gêneros. A sociedade democrática neoindividualista se dobra a perspectiva de ultrapassar significativamente o binarismo *male, female* na organização das forças eróticas e de afrouxar a intransigência com respeito à mudança de sexo e à transformação do corpo em objeto de consumo e produção. Ganha terreno a ideia de que a ambiguidade sexual seria o ideal dos sexos e que é lícito modificar a própria identidade sexual e civil. Nesses termos, a medicina reparadora é aliada da transexualidade, pois nesses casos, a linha dos gêneros é franqueada com o auxílio legal de procedimentos cirúrgicos e hormonais para que a metamorfose não seja improvável. De toda forma, os resultados da metamorfose que o desejo muito enérgico de alguns transexuais alcança são desconcertantes para as tradições muito arraigadas no binarismo homem/mulher que, desde Freud, organizou teoricamente o erotismo. Mesmo assim, e porque nem todos os transexuais alcançam a satisfação com a mudança de sexo, torna-se necessário estudar, na clínica e na sociabilidade, os efeitos dessa metamorfose sobre as condições de gozo dos sujeitos que as suportam.

A mudança do sexo e o direito à pessoa que se é

A proeza de trocar de sexo levada a termo por vários transexuais nos confronta com fato inusitado de que o ser humano não está mais obrigado a se conformar com sua anatomia de nascença. A medicina reparadora do século XXI, com seus recursos cirúrgicos e bioquímicos, permite ao transexual de se desabonar do sexo designado no

nascimento e mudar de sexo, dado que ele padece desse mal de sentir, no mais íntimo de seu ser, que seu sexo não é seu.

No Brasil, esse direito está assegurado pelo Estado do Bem-estar Social e sob a chancela do SUS (Portaria 1707 de 18 de agosto de 2008 instituiu, no âmbito do Sistema Único de Saúde, o Processo Transsexualizador). Atualmente esse direito, abonado pelos direitos de personalidade, se estende às prerrogativas da mudança de nome e de registro civil fomentando a possibilidade do transexual ser inserido socialmente como a pessoa que ele diz ser.

É certo que muitos países ainda não reconhecem a transexualidade, mas a operação cirúrgica mais conhecida como *Sex Reassignment Surgery* (SRS) é frequentemente tolerada. Em muitos países, a cirurgia é lícita e às vezes é feita sob a responsabilidade da Previdência Social (França, Grã-Bretanha, Estados Unidos e Brasil). Embora a intransigência quanto ao reconhecimento da alteração do estado civil ainda seja forte no mundo, muitos países (Estados Unidos, Suécia, Alemanha, Espanha e Canadá) rumam nessa direção. Na França, até recentemente, as tendências se dividiam entre acolher o justo direito à mudança de identidade civil e sexual e a recusa que coloca em destaque o princípio da indisponibilidade do estado pessoal ou a comprovação da impossibilidade biológica de mudar o sexo. Até 1990, o Supremo Tribunal de Justiça da França vinha decidindo pela ilicitude da modificação do estado civil, sob a alegação de que o transexualismo, mesmo quando medicamente comprovado, não pode ser entendido como uma verdadeira mudança de sexo, uma vez que as modificações anatômicas e hormonais só mudam o sexo na aparência e não na realidade da determinação cromossômica. Atualmente, a marcante inflexibilidade dessa posição vem sendo confrontada pela Comissão Europeia dos Direitos Humanos, que alega violação do artigo 8º da Convenção Europeia dos Direitos Humanos, que garante a qualquer pessoa o respeito a sua vida particular e familiar, que envolve o direito de cada indivíduo de criar e manter relações com outros, tendo em vista o desenvolvimento e aperfeiçoamento da própria personalidade. Subjaz a essa conjectura a ideia de que a superação das barreiras do corpo que condicionavam o distúrbio de gênero permitiria a reconciliação da pessoa consigo mesmo, circunstância que colocaria necessariamente em reavaliação o princípio de indisponibilidade do estado pessoal.

O Direito brasileiro não prevê de uma forma expressa a possibilidade de alteração do prenome e do status sexual do transexual. Por essa razão, no Brasil, diversas decisões judiciais foram proferidas no sentido da impossibilidade de retificação do registro civil, considerando que a cirurgia de redesignação sexual não alteraria de todo o sexo do indivíduo. Posteriormente, o entendimento jurisprudencial evoluiu, passando a admitir

as alterações nos casos de transexuais redesignados cirurgicamente. Nesses casos, argumentava-se em favor de garantia da dignidade da pessoa humana, assegurada constitucionalmente, bem como a necessidade de se adequar o documento de identificação à aparência do indivíduo na realidade, para evitar situações suscetíveis de constrangimento moral e pessoal, bem como prejuízo individual. Contudo, para garantir a proteção a terceiros, fazia-se constar, na certidão civil, o fato de tratar-se de um transexual redesignado. Recentemente, o Supremo Tribunal de Justiça admitiu a alteração do registro de um transexual redesignado e garantiu que a nova certidão civil fosse feita sem que nela constassem anotações sobre a decisão judicial (REsp nº 1008398/SP). A anotação sobre a redesignação sexual só poderia figurar, nos livros cartorários, sob pena de expor o sujeito transexual a situações discriminatórias (Soares, M. A., Tavares, S. R. & Sousa Junior, M.: 2010 p.144).

No Brasil, especialmente no estado do Rio de Janeiro, já tem sido possível a alteração do estado civil mesmo antes da mudança de sexo, graças a uma perspectiva mais arejada dos juízes cariocas em considerar a questão da transexualidade.

Ecoa, nas democracias mundiais, uma forte propensão rumo à autorização da mudança transexual e à alteração legal e voluntária do estado civil. Os novos tempos prometem uma ampliação do direito individualista de dispor livremente de seu próprio corpo, o que caracteriza bem o triunfo da ética dos direitos e do desenvolvimento pessoal em detrimento da rígida moral dos deveres para consigo mesmo, tal como sublinhou o filósofo Frances Gilles Lipovetsky.

“A época pós-moralista pode ufanar-se de estar levando em consideração o direito à personalidade singularizada, à recomposição do próprio eu para além das delimitações naturais do corpo. [...] A era pós-moralista pressupõe a progressiva supremacia do direito de cada um dispor de si mesmo sobre os ditames incondicionais; do psicologismo sobre o moralismo; do sexo psicológico sobre o sexo morfológico informando que o estado pessoal e o respeito ao corpo humano já não são concebidos num sentido absoluto” (Lipovetsky, 2005, p.73).

Ainda assim, sublinho que, de nenhuma forma o transexualismo é, como pretende o fronte GLT que milita a favor das diversidades, uma variação do gênero humano que ocorre “naturalmente”, sendo observada e documentada desde a antiguidade, por exemplo, na figura dos eunucos (os eunucos não eram transexuais, ainda que algum eunuco da atualidade possa ser um transexual). Que alguém, que padece do mal de sentir que seu sexo não é seu, possa mudar de sexo cirurgicamente, isso é um fenômeno essencialmente contemporâneo. O transexualismo é correlativo à técnica cirúrgica de mudança de sexo e à efetividade de hormonoterapias. A prerrogativa de

mudar de sexo só se sustenta na medida em que a cirurgia de mudança de sexo é afirmada como uma técnica bem adaptada com resultados avaliáveis para o suposto problema da disjunção entre sexo e gênero. A propagada eficácia técnica da transformação dos genitais aliada à poderosa força dos hormônios para modificar a aparência é, sem dúvida, um forte argumento a favor do procedimento que, por isso mesmo, promove o redirecionamento do gozo transexualista para as cirurgias de mudança de sexo. Se, cada vez mais, o transexual se entrega incondicionalmente às cirurgias de mudança de sexo, a alardeada eficácia técnica dessas cirurgias tem mérito nisso. A partir da oferta das cirurgias de mudança de sexo, o desejo muito enérgico de alcançar um sexo para chamar de seu fica reduzido a uma demanda de mudança de sexo dirigida aos cirurgiões.

O transexualismo é um efeito do discurso da ciência sobre a abordagem estritamente biológica da diferença dos sexos (arranjo entre os fatores genéticos, gonadais, hormonais e anatômicos). Isolados o algoritmo da determinação genética da diferença dos sexos e o princípio ativo dos hormônios masculino e feminino nos anos de 1950, tornou-se viável uma terapia baseada em hormônios sintéticos capazes de modificar os caracteres sexuais secundários de modo a alterar a aparência do sujeito, para conformá-la à aparência do sexo oposto, com o fim último de atender ao desejo individual de alguém. Assim, pelo uso contínuo de altas doses de estrógenos conjugados, associados aos bloqueadores de testosterona, um homem chega a alcançar uma aparência feminina bem configurada, tanto quanto o uso contínuo de testosterona em altas doses, pode fazer uma mulher alcançar uma aparência masculina indubitável. Para completar a metamorfose são associadas, no caso da SRS^{Female→Male}, mastectomia+histerectomia+faloplastia, e no caso da SRS^{Male→Female} são associadas necessariamente orquiectomia+penectomia+reconstrução-de-pseudovagina e, facultativamente, implantes de mamas e cirurgias de feminização da face (remodelamento do contorno de sobrancelhas, lifting de testa, adiantamento de couro cabeludo, aumento das maçãs do rosto, rinoplastia, elevação labial, remodelamento do contorno mandibular, cirurgia plástica de queixo, raspagem do pomo-de-adão).

A captura midiática do transexualismo também contribui para fazer o fenômeno passar como um ícone da vitória cientificista sobre a sexualidade. São vários os casos de transexualismo masculino que vêm ganhando visibilidade como prova testemunhal de que mudar de sexo não seria um acontecimento improvável, pelo contrário, mudar de sexo seria antes um fato possível e crível. Mas, antes de fazer de tais casos modelo, é prudente interrogar as circunstâncias particulares em que a terapêutica hormonal e cirúrgica poderia se inscrever como solução para alguns transexuais, pois não deixarei jamais de assinalar que para vários transexuais, as cirurgias de mudança de sexo não

produziram resultados satisfatórios; independentemente da técnica que foi usada, o resultado não concorreu para permitir ao transexual alcançar um sexo para chamar de seu.

Entre o direito e o desejo

A ordem simbólica no século XXI não é mais como era nos últimos séculos, especialmente a clínica do sofrimento mental no século XXI tem diante de si o desafio de reconhecer que as manifestações clínicas em torno da neurose e das psicoses mudaram sua modalidade de apresentação. As psicoses não têm mais a mesma apresentação que tinham no século XX ou no século XIX. O envoltório formal dos sintomas muda em função dos significantes da época. Não fosse isso, os trans não teriam conseguido remover da patologia seu problema e inscrever, na cultura, essa relação com o corpo, que dá ao transexual o direito democrático de escolher o próprio sexo.

Jacques-Alain Miller tem sustentado duas hipóteses para explicar essa mudança na clínica do século XXI: o declive do prestígio da autoridade (declínio da função paterna) e a elevação dos objetos mais-de-gozar (objeto *a*) ao zênite social. Em seu curso "O outro que não existe e seus comitês de ética", Miller (1996-97) demonstrou que atualmente os ideais não predominam mais na regulação das organizações sociais e que, em seu lugar, um empuxo ao gozo de cada um predomina no laço social. Na mutação atual dos costumes determinada pelo casamento do discurso da ciência com a expansão global do capitalismo, não significa que os ideais desapareceram, e sim que em seu lugar aparece uma multiplicidade de ideais cambiantes e com a consequência que daí deriva de que nenhum deles é capaz de estabelecer uma rota principal ou suficientemente forte, como já foi a rota ditada pelo complexo de Édipo. No século passado, os ideais operavam temperando o gozo, e a perspectiva dos sintomas como mensagem do mal estar inconsciente tinha mais credibilidade. Com a mutação atual, produziu-se uma degradação do valor do sintoma como mensagem e, no lugar de o sintoma abrir a perspectiva de sua decifração e, por conseguinte, do tratamento que ligava o sujeito ao desejo inconsciente, prevalece a vertente do sintoma como vontade de gozo, vontade de mais gozar, que impõe a lógica da satisfação dessa vontade como tratamento. Existe, a cada vez, um novo objeto para consumir essa vontade que está pronto para ser usado e disponível ora no mercado de consumo, ora na racionalidade da ciência a serviço do mercado de consumo. Se alguém tem vontade de mudar de sexo, se essa é sua vontade, por que não realizar essa vontade, ainda mais que existem os recursos técnicos para isso e, mais ainda, quando toda a gente parece estar convencida de que se trata de um transtorno de identidade e, de nenhuma maneira, uma psicose?

Contudo, o ensino de Lacan jamais deixará de fazer ressoar que, ainda que os sintomas mudem de acordo com os significantes da época, o real próprio a cada estrutura permanece. Ainda que, na atualidade, as polaridades clínicas entre neurose e psicose tenham se tornado evanescente, o real próprio a cada estrutura, seja neurose, seja psicose, permanece. Isso exige do clínico maior fineza, pois, hoje em dia, muitos sujeitos neuróticos se apresentam “como se” fossem psicóticos, muitos sujeitos psicóticos se apresentam “como se” fossem neuróticos, muitos sujeitos se apresentam com certa indeterminação diagnóstica. O surgimento de certa labilidade identificatória ou de identificações débeis termina sendo outro efeito do declínio dos ideais na cultura contemporânea. A identidade de gênero afirmada no transexualismo não deixa de ser uma identificação débil, pois, como disse Geneviève Morel, “o gênero é um sistema de identificações imaginário e significante, que não esgota a relação do sujeito a seu sexo, e àquele dos outros, pois a relação de cada um ao seu sexo é também real, coisa que o gênero não alcança” (Morel, 2000, p. 141).

Na ordem das coisas no século XXI, mudar de sexo é uma conquista irreversível do gênero, ao mesmo tempo em que a transexualidade se tornou uma expressão inegável do direito democrático de escolher o próprio sexo, ainda que isso não seja sem consequências difíceis para sujeitos que suportam essa metamorfose improvável. Nos dias de hoje, o transexualista chegará indubitavelmente a se fazer operar para mudar de sexo. A mudança de sexo condena o sujeito – no sentido de que é uma sentença irreversível – ao uso permanente de hormônios para configurar a aparência de homem ou mulher aspirada com a mudança de sexo. O transexual é alguém que ficará condenado, pelo resto de seus dias, a suportar essa condição de gozo reformatada, se assim posso dizer. Ainda que o mundo esteja convicto de que em tudo não passam de discursos de semblantes e jogos de aparências, ainda que o binarismo homem/mulher não se sustente mais como coordenadas do erotismo, ainda que o órgão masculino tenha perdido o valor simbólico na determinação da diferença dos sexos, ainda que o gênero seja suposto um terceiro sexo, o gênero continua sendo um sistema de identificações imaginário e significante, que não esgota a relação do transexual a seu sexo, àquele que ele diz que não é seu, e àquele que ele deseja de maneira muito enérgica alcançar. Na relação de cada transexual ao seu sexo ressoa algo de bem real - coisa que o gênero não alcança - que jamais deixará de vociferar sob o fundo da redesignação sexual chamando o transexual para os confins do que foi o seu exílio de ser.

Por isso vale a pena deixar ecoar a pergunta que não quer calar: ter um desejo é o mesmo que ter um direito?

Inteligência do transexualismo

A prerrogativa dos transexuais divide os psicanalistas que, não sem razão, muito rapidamente captam o efeito da forclusão no mote dessa paixão. Para o analista de orientação lacaniana nada colocaria em questão o verdadeiro elemento causal dessa síndrome, a saber, o efeito da forclusão de fato como recusa da sexualização. Contudo, a sexualização, o gozo e sua articulação à função fálica, balizas clínicas que funcionam como âncoras da abordagem lacaniana do transexualismo, já não seriam suficientes para dar conta do fenômeno. Mas a orientação lacaniana forneceria outros meios para se pensar a diferença dos sexos e a identidade sexual, meios que não se apoiariam na função fálica. A teoria lacaniana do *sinthoma*, no último ensino de Lacan, ofereceria uma alternativa na articulação dos registros da existência (real, simbólico e imaginário) com o sintoma que permitiria abordar, com muito mais precisão, o modo da identidade sexual no transexualismo. Assim, abordar o transexualismo exclusivamente pelo viés da face psicótica desses casos pode deixar escapar o mais original, a saber, que na clínica desses casos, não se trata de apostar naquilo que faltou, mas na força inventiva que alcançou uma opção de identificação sexual de valor *sinthomático*.

Como uma questão preliminar ao tratamento desses casos, é importante destacar que não se trata de estabelecer um discurso que exorta sobre o imponderável do desejo de mudar de sexo para, então, fazer concluir que esses sujeitos não devam ser operados. É fato que hoje em dia, esses sujeitos se farão operar de qualquer forma. Ainda assim, do ponto de vista da psicanálise, isso não deveria autorizar operá-los de toda forma. As cirurgias de redesignação sexual (SRS) são afirmadas pela psiquiatria biológica como único recurso de tratamento do transtorno da identidade de gênero (TIG), mas é preciso estar advertido de que esse dispositivo não terá o mesmo efeito em todos os casos. A casuística revela que há limites para a desejada mudança de sexo. Há casos que se inscreveram no universo do transexualismo como arautos de que a impensável metamorfose de um homem em uma mulher seria possível. Contudo, há casos nos quais o transexualista foi compelido ao pior – desencadeamento de quadros francamente delirantes, suicídio -, pois a cirurgia guarda a possibilidade não negligenciável de ser tomada pelo sujeito como uma mutilação, já que o distúrbio de identidade atua eletivamente no sexo. Mesmo assim, é preciso considerar que não se poderia afirmar de antemão, que a cirurgia propiciaria o desencadeamento de um quadro francamente delirante, mas não se poderia negar, de toda forma, que a SRS seria uma mutilação apesar de ser uma técnica bem adaptada à demanda de correção terapêutica da convicção inofismável do transexual de que seu sexo não é seu, e cujos resultados estéticos e funcionais nem sempre poderiam ser garantidos

previamente. O transexual Maitê Schneider (antes Alexandre) já realizou mais de nove cirurgias reparadoras no novo sexo e a terapia hormonal lhe causou oclusão arterial aguda de membros inferiores.

Portanto, na abordagem psicanalítica desses casos, trata-se de investigar subversivamente a possibilidade de fazer uso da redesignação sexual em sua função de sintoma, um sintoma no qual não se crê (não é possível crer na redesignação sexual), mas que, por isso mesmo, abre a chance de dela se servir. Por isso se trata, de saber considerar o real em jogo na experiência desses sujeitos que estão irrevogavelmente compelidos a mudar de sexo. Um analista deve estar atento às obscuridades do gozo transexualista que, em cada caso, se inscreveu nesse corpo que não pode ser chamado de próprio. Ao se debruçar sobre um caso desse tipo é preciso destacar, nessa forma inédita de fazer com o sexo, as coordenadas que, como sintoma, permitiram ao transexualista armar um corpo, construir um nome e conduzir-se na vida orientado pelo seu desejo, ainda que aquilo que foi sua paixão e sua aflição, não cesse de lhe assombrar como um pesadelo. Mas se o transexual armou uma defesa que lhe permitiu certo domínio sobre o corpo redesignado, isso sugere a captura da satisfação, sugere que ele alcançou fixar o flagelo de seu gozo, e é importante se perguntar se vale a pena trabalhar no sentido de levantar esse sintoma.

É preciso dizer que alguns trans - por caminhos singulares, às vezes dramáticos, às vezes trágicos - apostaram em sua força inventiva e alcançaram localizar num discurso a redesignação sexual pleiteada desde antes. Histórias de vida como as de Bibi Andersen, Caroline Cossey, Roberta Close, Dana International, Amanda Lear, Marie-Pier Ysser, April Ashley, Jan Morris, Renée Richards subvertem as expectativas pessimistas que tendem muito rapidamente a ligar a redesignação sexual ao pior na vida de um sujeito que foi atormentado pelo gozo transexualista. Sobre cada um desses sujeitos, seria impróprio de não notar que a invenção de identificação teria sido capaz de localizar a mudança de sexo como um sintoma que permitiu armar um corpo e alcançar o efeito surpreendente de uma nomeação nova.

Diante do fenômeno contemporâneo do transexualismo, o mais interessante - minha posição -, não seria exatamente precisar se estaríamos diante de neurose, psicose, perversão, estado limite ou anorexia mental. A posição clínica mais interessante me parece ser aquela que não se defende da originalidade que o fenômeno aporta no âmbito da sexualização mantendo o foco, menos no diagnóstico diferencial, e mais atento às soluções inventivas que cada sujeito foi capaz de tecer compelido pelo gozo transexualista e que, de alguma forma o conduziu aos hormônios e à cirurgia. A inteligência do transexualismo desabona o campo da lógica da castração e ousa alcançar uma posição subjetiva que se exprime numa ética, que consiste em vencer a

falta pelo gozo, e numa estética que faz brotar o jogo das máscaras. A demonstração da identidade sexual no transexualismo, tal como ela se desfila na singularidade de cada caso desse tipo, costuma se uma boa guia na aproximação do problema da pessoa que diz que seu sexo não é seu.

Se for possível uma invenção de identificação sexual de valor sinthomático é porque desde sempre na diferenciação dos sexos, o órgão só está em tudo isso de forma eletiva.

Um erro comum

Em 1971, Lacan se pronunciará sobre o transexualismo, criticando o aparato dialético com o qual o psicanalista inglês Robert Stoller abordou casos de transexualismo descritos no seu livro *Sex and Gender* (1968). Lacan destacou que a face psicótica desses casos se explicava prontamente quando se tinha em conta, a forclusão lacaniana (Lacan, 1970-71). Na lógica da estrutura, a forclusão de um elemento simbólico denominado significante do Nome-do-Pai implica a não travessia da epopeia edipiana, uma vez que o sujeito, por não ter sido submetido à castração simbólica, padece do acesso à significação fálica do gozo. Justamente por efeito dessa elisão da significação sexual do gozo, o sujeito se encontraria então, desalojado da partilha sexual ou fora do sexo. No âmbito da experiência do ser falante, quando algo está forcluído do simbólico, isso retorna no real. A elisão do falo retorna na experiência com vivências de impropriedade em relação ao corpo próprio. O ser falante que padece da elisão do falo pode experimentar um sentimento muito real de que esse corpo, que ele habita, não é seu. Sentimento muito real, não dialetizável, que se localiza eletivamente no sexo e que termina por compelir a dizer – como os transexuais dizem – “esse sexo não é meu”.

Nos anos 70, Lacan destacou que no desejo muito enérgico de passar para o outro sexo, está imiscuída uma paixão que termina por conduzir o transexualista à loucura de querer livrar-se de seu sexo (o sexo que ele diz que não é seu). Siderado por essa louca paixão, o transexualista padece de um erro comum, a saber, o de não ver que na relação de cada um com seu sexo, a anatomia interfere com muito pouco e que o falo não é o significante mestre do sexo, o falo é apenas o significado sexual do gozo, o significado daquilo que do sexo se localiza no discurso.

Na prática analítica é possível de verificar a cada vez, que, para cada um, seja o sujeito um neurótico, seja um psicótico, ou um perverso, as dificuldades de assumir seu sexo vão muito além do que a anatomia poderia assegurar e do que o falo poderia significar. O transexual compelido por seu desejo incontornável, não dialetizável, dilata

ao extremo, por um lado, o caráter heterogêneo do discurso sexual em relação ao corpo e, por outro, o obstáculo que se coloca para uns e outros em se apropriar do próprio corpo para finalmente enunciar seu sexo. Contudo, o transexual leva às últimas consequências seu desejo de fazer equivalente “o seu sexo” e “sua anatomia” e, sem que nada possa demovê-lo, não teme se entregar ao cutelo do cirurgião para forçar o discurso sexual, mesmo advertido de que esse dispositivo não terá o mesmo efeito em todos os casos.

De toda forma, a diferenciação clara e precisa que Lacan fez entre o pênis e o falo no tocante ao que ele chamou de “erro comum” do transexualista (o órgão do macho só está na diferenciação dos sexos como instrumento e o falo não é o significante mestre dos sexos) mudou completamente o manejo da significação fálica de forma geral. A significação fálica está, hoje em dia, realmente desconectada do órgão masculino. Justamente porque esse órgão perdeu seu valor como instrumento de diferenciação dos sexos é que se poderia aventar que, eliminar esse órgão já não passaria por uma loucura total para alcançar ser redesignado sexualmente. Ao mesmo tempo, o transexual que conserva o órgão genital também não estaria necessariamente impedido de alcançar a redesignação sexual que seu desejo reclama. Assim parece que o transexualismo não é apenas um efeito do discurso da ciência sobre a diferença dos sexos, mas é também um efeito sintomático da perda do valor do pênis como órgão da diferença entre os sexos. A transexualidade, seduzindo e obnubilando as mentalidades, alimenta nossa crença muito contemporânea de que um EU demasiado poderoso irá nos libertar do mal estar com a sexualidade.

Seja como for, esse desejo muito enérgico que desafia a relação sexual que não existe², nos dias de hoje condena o transexual a se fazer operar atestando a céu aberto, o gozo fora do discurso que os capturou e os confinou a existir fora de si. “Se o sujeito recusou a sexuação, ele está fora do discurso, ele não aceitou o discurso sexual e seu significante mestre fálico. O sujeito então é compelido a inventar para si uma sexuação inédita, sem a ajuda da função fálica” (Morel, 2000, p. 146). As possibilidades de invenções nesse ponto estão abertas ao gênio de cada um ou à sorte de armar um sintoma a partir de um encontro com o real, para a qual o sujeito pode contar com a ajuda de um tratamento psicanalítico ou não. Esse gozo fora do discurso, sensivelmente louco, necessita da invenção de um novo significante para ser localizado, significante que é próprio ao sujeito que o inventou, incomunicável e alojado em um discurso particular, à priori sem endereço, salvo se um parceiro-sintoma se interessa suficientemente para apreender esse lugar. A sorte do sujeito pode estar decidida no tipo de parceria estabelecida, pois o trans pode se conectar a um parceiro tão perdido na pletora do imaginário quanto ele mesmo, ou pode encontrar um parceiro advertido das sutilezas da paixão transexualista que termina

TEIXEIRA, M. C. Os transexuais e o sexo pra chamar de seu. Revista *aSEPHallus*, Rio de Janeiro, vol. VII, n. 14, mai. a out. 2012, p. 43-73. Disponível em www.isepol.com/asephallus/numero_14/artigo_03.html

sendo a loucura de querer livrar-se do erro comum e assim não ser mais significado como falo pelo discurso.

Se o transexual foi compelido a inventar para si uma sexuação inédita, sem a ajuda da função fálica, isso vai exigir do clínico um pensamento que avance nos confins da sexuação no entendimento da configuração da identidade sexual nesses casos como um sintoma sexual. Na maioria das vezes, o trans é alguém que esteve imerso no mar do significado fálico sem assumir subjetivamente suas consequências. Nesse caso, a criança que foi o transexual fica desconectada de toda relação precisa com a sexualidade e com o complexo de castração e amparada em identificações frágeis demais, identificações que correm o risco significativo de se colapsarem, no momento do desencadeamento, ou mesmo entrar em colapso e provocar o desencadeamento. Esse tipo de possibilidade está articulado ao modo de apreensão da língua materna. Ao mesmo tempo em que as palavras, os significantes da mãe ressoam sobre o corpo da criança, ela pode ser pega pelo significado fálico sem, no entanto, saber que ele é causa do desejo da mãe. Nos casos de transexualismo, posso dizer que a criança que foram, ficou abandonada do desejo da mãe e, abandonada desse desejo, ficou impossibilitada de se alojar como o falo da mãe. O abandono pela mãe, que provavelmente encobriu o abandono da mãe, pela defecção do pai, confinou o menino, ou a menina, à impossibilidade de ser o falo que falta à mãe. Nessas circunstâncias piores para uma criança, o sujeito decifrou o chamado do gozo como transexualista, ali mesmo onde experimentou o exílio de ser a coisa do Outro. Exatamente no ponto em que o menino, ou a menina, conheceu o abandono de ser a coisa do outro, o drama da existência de um transexual foi armado como um destino infeliz, no qual o menino, ou a menina, extraviado de si, acabou se tornando uma pessoa compelida a dizer que o seu sexo não é seu, e desde aí, inaugurou-se uma epopeia que o conduziu, na maioria das vezes, aos hormônios e às cirurgias.

O momento do desencadeamento dessa síndrome, que carrega o nome de transexualismo, reside nos confins da infância muito precoce quando, por uma contingência inusitada da vida, a criança ficou capitulada como a coisa do Outro. Essa contingência inusitada inscreve o drama maldito de uma escolha impossível que recai sobre a criança, como aquela escolha que ficou conhecida como "escolha de Sofia" (mãe judia no campo de concentração nazista de Auschwitz, que é forçada por um soldado alemão a escolher, entre o filho e a filha, qual será executado, e qual será poupado). Por força das circunstâncias, exigências às vezes inenarráveis, a criança (menino ou menina) partilhou com o Outro a amarga certeza de ter sido largada para trás. De um lado, resta que ela não foi escolhida, não foi eleita o falo da mãe, de outro lado, resta que ela foi largada, deixada para trás como uma coisa despossuída de valor, como algo que a mãe pode perder, como algo do qual a mãe pode privar-se.

Mais tarde, aquele que foi abandonado é recuperado, uma vez que a contingência infeliz que tinha determinado o abandono foi debelada. Normalmente, nesse interstício, a criança fez sozinha sua escolha do sexo, ali mesmo onde ficou impossibilitada de ser o falo que falta à mãe.

Assim sendo, se o transexual foi compelido a inventar para si uma sexuação inédita, sem a ajuda da função fálica, isso vai exigir do clínico um pensamento que avance nos confins da sexuação no entendimento da configuração da identidade sexual como um *sinthoma* sexual. Nesse caso, o *sinthoma* funciona como uma operação de corte mais generalizada, um sintoma separador no qual a criança que o trans foi abandonado como a coisa do Outro, encontra a chance de se tornar outra coisa, indo além da apostasia do pai. Faculdade de transmutar a falta em plenitude, sofrimento em gozo, necessidade em virtude, ainda que se pague um preço alto por isso.

Christine Jorgensen (antes George William Jorgensen)³, ex-soldado do exército americano foi redesignado em 1952. Desde então, Christine se colocou a serviço dos médicos, que participaram de sua transformação, como “garota-propaganda” das possibilidades da endocrinologia e da cirurgia de mudança de sexo para a humanidade, e terminou fixada nesse lugar: “Eu me sentia uma marionete a espera que o mestre viesse puxar os fios”. Confinada a esse lugar de “garota-propaganda”, Christine seguiu propagando a marca original de seu exílio: “Só se referem a mim como a cobaia nº 0000”. Christine Jorgensen é reconhecida como o caso *princeps* do transexualismo contemporâneo. Até sua morte, Christine jamais se declinou de ser “garota-propaganda”. A declaração de sua transformação se tornou um clichê do transexualismo: “Nature made a mistake, which I have corrected, now I am your daughter”. O armado do *sinthoma* sexual “garota-propaganda” permitiu ir além da apostasia do pai: o pai de George Jorgensen munia uma louca paixão pela fotografia de guerra; para reuniu a mais importante coleção privada de clichês da Primeira Guerra, ele não se furtou de declinar de seu lugar na família e no leito da mãe de Jorgensen para correr mundo atrás da causa de seu desejo: os clichês da Primeira Guerra. Na ausência do pai, o menino ficou entregue aos cuidados da avó para minimizar os encargos de sua mãe com a família.

Desde a adolescência, Jorgensen (2000) padecia de uma magreza excessiva, fadiga crônica, desinteresse profundo pelos estudos e um sentimento intenso de inferioridade em função da indigência de seus caracteres sexuais secundários (ausência de pelos nas pernas e no rosto, bem como musculatura pouco desenvolvida para um homem), ao lado da impressão inquietante de que seus órgãos viris tinham se desenvolvido de modo insuficiente. Durante a adolescência, experimentava uma intensa inibição no mundo das distrações, das relações e das emoções, que lhe renderam uma tristeza

TEIXEIRA, M. C. Os transexuais e o sexo pra chamar de seu. Revista *aSEPHallus*, Rio de Janeiro, vol. VII, n. 14, mai. a out. 2012, p. 43-73. Disponível em www.isepol.com/asephallus/numero_14/artigo_03.html

crônica e um sentimento permanente de não se sentir bem em lugar algum (Jorgensen, 2000). Jorgensen, apesar das angústias e inibições quanto a seu lugar no universo masculino, nunca teria experimentado o gosto pelas roupas femininas. Ele só passou a se vestir de mulher depois de ter adquirido um passaporte feminino, após a mudança de sexo. Quando criança, apenas trazia consigo um pedaço de renda confeccionado por sua avó – o menino Jorgensen era excessivamente apegado à avó, como um objeto protetor contra a angústia.

Na adolescência, o esboço de uma amizade homossexual mergulhou Jorgensen no estranhamento de si. A fadiga crônica e a angústia causada pelo gosto por essa amizade homossexual que o invadia fez com que Jorgensen abandonasse os estudos para se dedicar à fotografia, paixão de seu pai. Jorgensen se mudou para Hollywood no afã de tentar se estabelecer no ramo da fotografia e talvez do cinema. Sem muito sucesso e sem experimentar qualquer sensação de apaziguamento de seus tormentos, ele teria pensado seriamente em suicídio, pensamentos interditados por sua convocação pelo Exército Americano, para servir durante a Segunda Guerra Mundial. A experiência no serviço militar por dois anos, acentuou seu sentimento de insuficiência viril e a angústia nauseante diante da tendência homossexual inconfessa. Depois do serviço militar, Jorgensen se estabeleceu num serviço burocrático em um laboratório de análises clínicas. Nessa ocasião, identificado sobremaneira a duas mulheres que eram, então, suas confidentes decifrou o chamado do gozo como transexualista e, aproveitando as facilidades de seu trabalho e os conhecimentos ali adquiridos, Jorgensen se autoprescreveu uma terapia hormonal feminizante. Um amigo médico lhe teria confidenciado que a transformação que ele procurava seria possível e que, na Dinamarca, a equipe do Dr. Christian Hamburger já realizava cirurgias de mudança de sexo (Jorgensen, 2000).

Em 1952, Jorgensen partiu para a Dinamarca, terra de seu pai, e se tornou, de boa vontade, cobaia do Dr. Christian Hamburger e de suas teorias sobre uma sexualização neuronal. Sob os cuidados desse endocrinologista dinamarquês, o ex-soldado americano George William Jorgensen foi submetido a um tratamento experimental com hormônios em doses muito altas que feminizaram definitivamente a sua aparência, enquanto que, pelas mãos dos cirurgiões Poul Fogh-Andersen e Erling Dahl-Iversen, a sua anatomia genital foi radicalmente modificada. Naquele ano, teria sido feita a orquiectomia e a penectomia. A vaginoplastia só foi realizada no ano seguinte, nos Estados Unidos.

Em devoção ao Dr. Christian Hamburger, o sujeito adotou como prenome o primeiro nome de seu médico, transposto para o feminino. Pronta para voltar para a América, Jorgensen, comunicou a seus parentes sua transformação: "Nature made a mistake,

which I have corrected, and I am now your daughter.” (A natureza cometeu um erro, o qual eu corrigi, e agora eu sou filha de vocês). A notícia seria capturada pela imprensa americana e, em 1953, Jorgensen retornou para New York como Christine Jorgensen, uma loura vistosa, que roubava para si, naquele momento, o olhar estupefato da América. Em 1954, Christine Jorgensen foi eleita *Woman of the year*.⁴

Desde o início dos anos 60, a pedido do Dr. Hamburger, Christine se colocou a serviço do endocrinologista americano Harry Benjamin como garota-propaganda das teses a favor do tratamento cirúrgico e hormonal do transexualismo nos meios médicos americanos, assim como nos meios de comunicação mundiais. Estima-se que quinhentos milhões de palavras teriam sido usadas pela imprensa mundial, para registrar os resultados da primeira cirurgia de mudança de sexo comprovadamente bem-sucedida. Cobaia nº 0000, produto nº 1, escândalo de imprensa, encarnação do inusitado, seja qual fosse a designação, o fato era que Christine Jorgensen nunca mais seria um anônimo. Contudo, como todo sucesso mais cedo ou mais tarde cobra seu preço, esse também teria seu preço, e Christine se tornou prisioneira desse lugar de garota-propaganda do sucesso do Dr. Benjamin: “I felt like a puppet waiting for the master to manipulate the strings” [Eu me sentia uma marionete a esperar que o mestre viesse puxar os fios].

Apesar disso, o sujeito foi capaz de abrir para si uma fulgurante carreira no show business, sempre ancorada em sua transformação. Em 1967, publicou sua autobiografia intitulada *Christine Jorgensen: a personal autobiography*, na qual sublinhava que o sentido novo de sua vida era, ao mesmo tempo, um caminho sem volta do lugar de garota-propaganda: “There was no place to go and nothing else to consider but the entertainment world” (Não havia nenhum lugar para ir, e nada mais que considerar a não ser o mundo do espetáculo). Christine Jorgensen passou o resto de sua vida sob as luzes de palcos. Trabalhou em casas noturnas e cassinos, tornou-se cantora (suas músicas preferidas: “I Enjoy Being a Girl”, “Superwoman”) e apresentadora de *talk shows*. Por mais diversos que fossem esses palcos, todos estavam referendados no palco primeiro, aquele que inaugurou a captura do sujeito no mundo dos semblantes: por mais de vinte anos, Christine Jorgensen foi a personagem central – o caso *princeps* – no fenômeno do transexualismo. Transformada numa digna embaixatriz das questões de gênero emergentes na América e na Europa, durante a década de 70, ela visitou várias universidades para testemunhar sua experiência e ficou conhecida por sua franqueza e inteligência polida. Em 1989, ano de sua morte, ela declarou ter dado “a good swift kick in the pants of sexual revolution” (um pontapé certeiro no traseiro da revolução sexual). A metamorfose de Christine foi considerada *avant-première* da revolução sexual americana. Oferecida ao reino do olhar como um

TEIXEIRA, M. C. Os transexuais e o sexo pra chamar de seu. Revista *aSEPHallus*, Rio de Janeiro, vol. VII, n. 14, mai. a out. 2012, p. 43-73. Disponível em www.isepol.com/asephallus/numero_14/artigo_03.html

objeto fascinante, o sujeito teria adquirido nome e respeitabilidade, tendo sido designada uma personalidade feminina à frente de seu tempo.

A outra face desses casos

Considerando a forclusão de fato, a face psicótica desses casos salta aos olhos do clínico que assim tende a manter em suspeição, as terapias hormonais e a cirurgia de mudança de sexo. A psicanálise facilmente verifica nesses casos, a importância da prevalência do objeto olhar indissolúvel, intrusivo (não enquadrado pelo falo - não vale $a/-\phi$), olhar desrealizador que determinou enunciar “esse corpo não é meu” ou “esse sexo não é meu”, e que pode terminar compelindo a passagem ao real. Mas pode ser que o objeto intrusivo, indissolúvel seja as fezes, o seio, e mesmo a voz. Contudo, se a abordagem clínica é menos convencional, menos assentada no não atravessamento da epopeia edipiana e mais calcada na função do sintoma como aquilo que pode manter ligado as dimensões da existência humana entre si, somos conduzidos a alcançar a outra face dos casos de transexualismo. Pelo lado dessa outra face, é possível verificar, na maioria dos casos, que, em um momento aleatório da vida, por uma sorte do destino, por um acaso feliz, o sujeito que padecia da forclusão de fato, que seguia extraviado de si, é surpreendido, capturado por uma efração imaginária, isto é, a intrusão de um signo no domínio do imaginário sem que houvesse, por parte da experiência uma eficácia psíquica capaz de dotar essa ruptura de significação. Verifiquei, nos casos sobre os quais me debrucei que essa intrusão aleatória, sem referências, liberou um significado qualquer no qual o sujeito se exila. Trata-se de um sentido que se recorta como um sexo para chamar de seu.

Sem se declinar jamais desse sexo – porque ele não tem outro – desse sexo que agora o transexual pode chamar de seu, o sujeito pode até ser conduzido aos hormônios e as cirurgias. Não necessariamente todo transexual vai estar determinado a usar hormônios e se submeter às cirurgias reparadoras, isso vai depender do sentido de sexo que foi cunhado como sintoma sexual. Então talvez não seja excessivo enunciar que, em alguns casos nos quais se verificava a presença de um gozo transexualista, o gênio do sujeito conduziu a cunhar para si um sexo que lhe permitiu, desde então, se situar em um dos lados da partilha sexual. Nesses casos, a questão do laço entre o eu e o corpo, mais do que os hormônios e a cirurgia, é pivô do que pode precipitar o pior, um corpo que se dissolve, ou do que pode inaugurar uma experiência de corpo, na qual o sujeito transexualista alcança um corpo para chamar de seu. É evidente que, de toda forma paga-se um preço alto por isso. Após trinta anos de mudança de sexo, o uso continuado de hormônios masculinizantes em altas doses rendeu ao transexual João W. Nery (antes Joana) artrose sistêmica com o comprometimento dos

movimentos da coluna e das articulações da bacia e elevação grave dos índices de colesterol⁵.

A compleição a escolher uma posição sexuada, em outros termos, inventar um modo de assumir uma perda de gozo pelo viés de uma identificação que nada deve ao pai, conduz a destacar que o *sinthoma* separador pode ser dito um *sinthoma* sexual. “Se admitimos que não há nenhuma nomeação unívoca do real pelo simbólico, isso conduz a refutar radicalmente a afirmação, segundo a qual a sexuação de um sujeito seria fixada, de uma vez por todas, pelo Nome-do-Pai. O *sinthoma* sexual diz de uma identificação real, sem o aporte do Édipo e da castração. Quando o sujeito padece da forclusão, é evidente que o falo e a castração não desempenham nenhum papel simbólico; contudo, isso não impede que o sujeito venha a escolher uma posição sexual por outros meios *sinthomáticos* frequentemente inovadores (Morel, 2008, p. 330). Nesses termos, o *sinthoma* torna-se o único termo que faz link, ligação entre R, S e I, permitindo ao sujeito se sustentar numa realidade, como também liga ao semelhante, ao laço social e, enfim, ao parceiro sexual.

Um talento inusitado

O transexual é uma pessoa que vive entre certezas e fantasias. Quando alguém foi compelido a dizer que seu sexo não é seu, isso nos coloca diante de alguém cujo drama de sua existência tem duas faces e máscaras variadas.

Pelo lado de uma dessas faces, pode-se rapidamente reconhecer a psicose nas auguras do “empuxo-à-mulher” e no ato delituoso de se castrar, quando se está do lado masculino. De toda forma, não deixa de ser uma loucura o número infindável de transformações cirúrgicas, às quais alguns trans costumam se entregar. Bibiana Andersen, por exemplo, contou que já investiu quase cem mil reais em sua “ferramenta de trabalho” – o corpo feminino que ela pode chamar de seu e que sustenta a sua pessoa, livre do castigo imposto pelo menino que ela já foi. Bibiana é uma atriz de sucesso na Espanha, explosiva, vibrante, animadíssima, como são as mulheres de Andaluzia e, que segue sendo o que sempre foi desde a efração do imaginário: “una de las damas más pintonas” – *sinthoma* sexual que cumpre para Bibi(ana) a função de cunhar um nome, de alcançar um corpo que tem peso e que abriu a chance do sujeito proclamar a pessoa que ele é. O que é Bibiana? Homem ou mulher? Resposta mais próxima do alvo: una de las damas más pintonas.

Pelo lado da outra face, fica-se tentado a enxergar a perversão; afinal, não falta aos trans o talento de transmutar o sofrimento em gozo e a falta em plenitude. Que não se interprete mal essa palavra – perversão –, pois, no transexualismo, não importam

TEIXEIRA, M. C. Os transexuais e o sexo pra chamar de seu. Revista *aSEPHallus*, Rio de Janeiro, vol. VII, n. 14, mai. a out. 2012, p. 43-73. Disponível em www.isepol.com/asephallus/numero_14/artigo_03.html

os gostos sexuais, ainda que isso possa acontecer. Para o transexual, o sexo não é uma paixão fundada na atração física, e sim, na exigência incontornável de ser amado, incluído no campo do Outro como a pessoa que ele é.

Os trans são perversos no sentido da inclinação para os extremos, da vocação artística que não lhes falta, da faculdade de transpor suas ambiguidades, inversões e estranhamentos com a imagem de si mesmos e de fazer da necessidade uma virtude. É uma questão de ter estilo. Os trans costumam ter o seu estilo. No início, entregam-se a um brilho insolente dado pelas bugigangas e pelo travestismo mal configurado que só mascaram os equívocos profundos do ser mal formado, extraviado de si. Com o tempo, às vezes por uma sorte na vida, às vezes por ter encontrado um analista, desperta neles o inusitado – invariavelmente após um encontro feliz com uma imagem indelével, do tipo de que Freud falava a propósito das lembranças encobridoras (*souvenirs-écrans*). Efração do imaginário que fixa a trama de uma paixão.

Após esse encontro feliz de duas personalidades (o menino e a menina, que são clandestinamente), desperta no sujeito, a faculdade de se espelhar na busca da bela forma, do semelhante de classe, encontro feliz com uma personalidade que já é outra. Então a metamorfose não para mais: o sujeito se entrega ao que chamei de refinamento iconográfico da sua pessoa, um trabalho de composição continua de seu personagem. Pura alquimia. É o que venho acompanhando ao longo de minha prática com essas pessoas: quando eles se entregam a esse trabalho de composição de seu personagem, compelido pela paixão de alcançar um sexo para chamar de seu, aparece, no caso de ser uma mulher trans, uma personalidade feminina, um Eu demasiado poderoso que, enredado como paródia, destaca uma mulher extraordinária.

Os trans são perversos no sentido da *père-version*, no sentido da faculdade de transpor a forclusão, de lançar um desafio ao princípio supremo da normalidade (no que isso evoca da norma do macho) e inventar para si mesmos um sexo, que nada deve ao falo. Infâmia.

Os trans são “pèrevertidamente” orientados no sentido dessa ousadia da infâmia, que conduziu à fama a pessoa que são essas mulheres extraordinárias: Bibiana Andersen, Roberta Gambine, Caroline Cossey, Dana International, Amanda Lear, Ashley Brevard, Jan Morris, Lea T., April Ashley, Christine Jorgensen, Lili Elbe Wegener, Marie-Pier Ysser, Jacqueline-Charlotte Dufresnoy, Joana Nery que conheci por suas autobiografias e outras tantas, que encontrei em minha prática.

Essa estranha comunidade de duas faces antagônicas (de um lado, a perversão e, de outro, a forclusão), é consoante com uma opção de identificação sexuada, advento de uma sexuação inédita, um Eu demasiado poderoso que se isola como um corpo que resiste, à revelia do falo e que salva de naufragar no pior. Esse Eu demasiado

poderoso é uma criação do sujeito, uma invenção de si que faz composição com a redesignação sexual, uma construção convergente entre o EU e o corpo intrincados como uma máscara com postigos. Esse tipo de máscara são aquelas que têm uma portinhola, que pode se apresentar aberta ou fechada. O antropólogo francês Claude Levi-Strauss estudou o desdobramento da representação nas artes da Ásia e das Américas, onde essas máscaras com postigos eram utilizadas em cerimônias religiosas e em espetáculos festivos. Lacan se serviu dessas referências de Levi-Strauss, para construir a topologia da máscara no esquema ótico, que ele elaborou para demonstrar como o eu ideal se enraíza no ideal do eu.

No transexualismo, a unidade desse Eu demasiado poderoso configurado sob as vestes de uma máscara com postigos conjuga dois perfis, um masculino e outro feminino: a máscara fechada isola um corpo que resiste; a máscara aberta poderia precipitar o extravio de si, instante de dissolução do corpo, não fosse essa surpresa de que já não existe ninguém mais por detrás da máscara. Só existe essa pessoa que se apresenta para ser apresentada como uma mulher, quando era o caso de um homem que dizia ser mulher, e ser apresentada como um homem, quando era o caso de uma mulher que se dizia ser um homem.

Nos casos em que se nota a presença de um gozo transexualista, não é incomum depararmos com uma estrutura sinthomatizada. O gozo transexualista que ressoa no corpo como uma invenção de identificação se suporta numa imagem cunhada no trabalho de sulcagem do real por uma insígnia de gozo. Essa insígnia permite ao trans localizar, de forma eletiva, o gozo que assombra, extraíndo daí uma paixão da qual ele jamais alcança eludir-se. Dotado desse Eu demasiado poderoso, o sujeito transexualista segue condenado a narrar com o corpo o que foi o seu exílio de ser. Pantomima.

A redesignação sexual confirma a identidade em uníssono com o sexo que o trans pode chamar de seu: sexo que levanta a pessoa e lança aos confins os vestígios de antigas infelicidades petrificadas. Surpreendente *savoir-faire*. Destaco que esse saber fazer com a própria pessoa não é um privilegio dos trans que transitam no teatro das celebridades, como se poderia pensar. Em qualquer cena, pode-se encontrar o objeto que muda tudo. Em qualquer cena da vida cotidiana, pode-se encontrar o olhar que revira a estranheza em beleza, que desfaz a abjeção dilacerante e fixa a glória de uma vocação. Daí por diante, o desejo se impõe de forma muito enérgica, porque esse não é um desejo temperado pelo falo. Esse não é um desejo normal, no que isso evoca a norma do macho. Esse desejo muito enérgico tende para as sutilezas da ironia, para uso do efeito cômico do *deadpan*, aquela impassibilidade do humorista, como se não percebesse o ridículo das situações que apresenta. Pândega.

Qualquer transexualista pode encontrar, numa cena eletiva, fortuita, numa cena banal da vida cotidiana, a sua solução, a sua saída, que é também a sua entrada no discurso, aquela em que o menino, ou a menina, que conhecia o abandono de ser a coisa do outro, é exilado de si, e em seu lugar nasce outro, para a glória de sua pessoa – eu ideal enraizado no objeto da pulsão.

João ou Joana: um caso bem moldado

O transexual João W. Nery (antes Joana), ex-psicólogo, ex-taxista, autor de dois livros autobiográficos, é o primeiro transexual feminino a realizar a transformação de mulher para homem no Brasil. Após a publicação de seu segundo livro – *Viagem solitária. Memórias de um transexual 30 anos depois* – alcançou notoriedade nacional contando sua epopeia em busca da mudança de sexo e do corpo de homem com o qual ele pretende se incluir no discurso, tomando assento em um dos lados da partilha sexual.

Nascido Joana, João W. Nery assumiu a identidade de homem na vida adulta. Casou-se quatro vezes, segundo ele, viveu intensamente seus amores; tornou-se pai, e desafia visceralmente quem quer que possa contradizer o homem que ele é: “sou um homem sem pênis” (Nery, 2012). João W. Nery é um homem trans, ele alcançou um homem para chamar de seu: “Sou um homem sem peru. E quem disse que para ser homem tem que ter um peru”⁶.

A prosódia de João W. Nery sofreu muita influência do estilo do escritor, antropólogo e político brasileiro Darcy Ribeiro (1922-1997), desde que João, aos 15 anos, encontrou-se com o escritor no exílio. O pai de João foi exilado político no Chile. Nesse tempo, as duas famílias, Nery e Ribeiro, se frequentavam. João W. Nery já confessou incontáveis vezes que Darcy Ribeiro abriu para ele os caminhos da poesia, ensinou-lhe perder o medo das palavras, ensinou-lhe falar palavrões e acreditar nas delícias de se amar muitas vezes. Quando João ainda era Joana, conheceu Darcy que o fez sentir-se, pela primeira vez, sendo tratado “de igual para igual”. Segundo João, a austeridade moral de seu pai, um exilado político, interditava falar até a palavra “frescura” - “ele era capaz de matar por isso” (Nery, 2011). Nesse encontro inesperado da adolescência extraviada de Joana, Darcy lhe teria dito: “fala merda, mas enche a boca, sinta a merda na boca para falar”⁷. João W. Nery declarou que ali decidiu deixar de ser Joana para se tornar João (um eu ideal enraizado no objeto *a*, nomeação pela angústia que recorta uma identificação bem real se traduzindo numa escolha eletiva do sexo, que nada deve ao falo).

Naquele instante da adolescência extraviada de Joana, inadvertidamente acontece, por surpresa e efração, o que antes era impensável: a afânise do sujeito⁸ capturado

TEIXEIRA, M. C. Os transexuais e o sexo pra chamar de seu. Revista *aSEPHallus*, Rio de Janeiro, vol. VII, n. 14, mai. a out. 2012, p. 43-73. Disponível em www.isepol.com/asephallus/numero_14/artigo_03.html

inteiriço fatal, deixando uma marca destinada a se repetir como signo de um novo amor: "A coisa visceral do Darcy, isso ele passou para mim"⁹.

Quando o amor brota, o sujeito padece do recorte eletivo de um objeto das pulsões parciais¹⁰, como na cena descrita por João W. Nery, quando ele ainda era Joana. O objeto "merda" foi eletivamente recortado envolvendo a criança Joana que padecia de ser a coisa do Outro, já que era fora do sexo, privada de corpo próprio, numa experiência de êxtase, na qual Joana reconhece o semelhante de classe – "me vi como um igual" – , e o sujeito renasce das cinzas, como no mito da Phoenix, com uma escolha do sexo selada por esse amor visceral. Joana, que conhecia o abandono de ser a coisa do Outro, se extraviou e nasceu João, uma identidade sexual, tramada como sinthoma sexual, como algo que liga um corpo sexuado a um Eu demasiado poderoso, à pessoa que desde então o sujeito estará condenado a compor para ser. O recorte eletivo do objeto "merda" nesse momento foi decisivo para a escolha do sexo: identidade sexuada tramada como sinthoma, ou seja, como um sintoma que liga a pessoa a um corpo que tem consistência: um corpo para chamar de seu.

No caso de João (antes Joana), o corpo impróprio da jovem se dissolve, e o corpo de um jovem toma consistência, por amor à personalidade visceral do home que gostava de falar palavrões. Se o ego é dito narcísico, é porque, em certo nível, há alguma coisa que suporta o corpo como imagem. Isso que suporta o corpo como imagem adveio, no caso de João, do encontro fulgurante e contingencial com uma versão do pai naquele instante eletivo em que o sujeito é convidado e instigado a encher a boca de merda para tomar a palavra. Eis uma face do que Lacan chamou, no seminário *RSI* (1974-75), de "pai-versão" (*père-version*).

A *père-version* não seria senão a possibilidade contingencial de que alguma coisa, na vida do sujeito, teria funcionado em algum momento eletivo, como modelo de uma função, que, prescindindo de uma significação prévia, permitiu cernir o real, cernir o impossível e realizar uma passagem do simbólico ao real. Essa alguma coisa que funcionou como um modelo de função entregou mais efeito de gozo que de sentido; entregou aquilo que do gozo que não é fálico, e se traduziu em uma letra. Basta que essa alguma coisa seja um modelo de função de gozo para dar passagem a outras formas de nomeação do gozo que contingencialmente inscreve como operar com o objeto *a*, como se arranjar com o gozo que não tem nome, como saber-fazer com a causa do desejo. É isso que faz o sintoma nesses casos. O sinthoma transexual funcionou justo onde o falo passou elidido (elisão que subordinou a pessoa ao estranhamento de si e de seu sexo), escavando, no real, para além do que teria sido a apostasia do pai, uma letra de gozo que cunhou o sexo para chamar de seu.

A história da transformação de João W. Nery ensina sobre o que procurar pelo lado dessa outra face do fenômeno, a face da *père-version*. Aos 15 anos Joana se encontra com Darcy no exílio; o sujeito é arrebatado por um ser a três: encontro entre três personalidades em continuidade – Joana (João) Darcy –, que se confundem numa *folie-à-deux*, (Joana-Darcy), dado o êxtase que eleva ao *zênite* do microcosmo criado nesse ser-à-três, um objeto *a* (na fantasia, o corpo está recortado como objeto *a*: corpo próprio de Joana = merda). Desde aí, pôde surgir, enodado a título de *sinthoma*, uma nova personalidade, que seria distinta em relação às três personalidades precedentes, e o sintoma delas: João W. Nery – o homem que ele é, homem sem pênis, um homem cujo corpo deve mais ao objeto das entranhas do que ele mesmo pode supor.

Amanda Lear, uma mulher surrealista.

Dizem que Amanda Lear é um transexual. Isso nunca foi confirmado pelo sujeito. Mas sempre restam os boatos rondando a sua pessoa. Amanda é cantora de sucesso, atriz cômica, pintora, quadrilíngue (ela fala japonês, inglês, francês e italiano). Uma mulher que surpreendentemente sabe guardar segredo. Surpreendente, para uma mulher, talvez também por isso, ela possa ser dita uma mulher de brilho surrealista.

Em torno da Amanda Lear paira, ainda hoje, um mistério que intriga toda a gente: teria sido ela um menino? Fato de fato, ou fato enredado, o fato é que Amanda sempre soube tirar proveito de tanta falação sobre sua pessoa. Como quando escolhe os nomes de suas músicas, por exemplo: “If I was a boy”, incluída no disco *Incognita*, cuja apresentação é uma montagem icônica de dois dos sinais mais fortes de quem deve guardar segredo sobre sua pessoa ou sobre algo – óculos escuros e o dedo em riste sobre os lábios cerrados.

Amanda lançou recentemente seu último livro *Je ne suis pas du tout celle que vous croyez...* (Lear, 2009), título *sui generis*, deliciosamente completado por reticências. Talento de quem sabe compor com montagens icônicas e brincar com a(s) língua(s) materna(s).

O mistério de sua origem é uma incógnita insolúvel. E tudo indica que permanecerá sendo, por mais que se levantem hipóteses. Amanda é uma pessoa de personalidade firme.

É o preço que se paga quando se alcança ser celebridade. Nunca deixarão de pairar sobre a pessoa dela os ecos de sua possível história passada. Dizem as “más línguas” que ela teria sido um jovem rapaz de traços suaves que impressionava pela voz cavernosa e que, ao lado de Coccinelle e April Ashley, teria frequentado as noites do *Le*

Carousel, sob o nome artístico de Peki d'Oslo. Não faltam matérias jornalísticas sobre o reconhecimento de Peki d'Oslo, que trabalhou ao lado de April Ashley no *Fifties*, um teatro de revista do *Le Carousel*, quando ele ainda era Alain Tapp. Dizem também que teria sido, nessa época, que Amanda Lear conheceu Salvador Dali.

Se ela foi ou não foi, isso nunca seria decisivo para macular a personalidade da pessoa que é Amanda. Essa máscara jamais será aberta e, ainda que isso viesse a acontecer, não haveria ninguém sob a máscara, porque já não se pode dizer que existe alguma máscara em Amanda, a não ser as máscaras da feminilidade.

Amanda Lear costuma dizer que, entre verdades e mentiras, sua carreira profissional tem se beneficiado disso, já que ela sabe compor com essa outra suposta personalidade que ela teria tido: *Métamorphose*, *Phinx*, *Enigma*, *Forget it* e *Alter Ego* são nomes de alguns de seus discos. É o preço que qualquer um paga, quando compõe com um enredo picaresco. Teatro das máscaras. Uns vivem disso, outros vivem para isso, outros se divertem com isso, outros são traídos pelo desejo. Todos ganham um *quantum* a mais de vida, seja para o melhor, seja para o pior, vai depender do talento e dos propósitos de cada um. Paródia do mundo contemporâneo.

Ela foi amiga de Salvador Dali por 15 anos. A pessoa de Amanda tem laços profundos com Salvador Dali (a man + dali ou L'amant Dali). Laços de um amor sincero e profundo que perduram além da morte de Dali. Dali foi o grande amor de Amanda, o homem que ela alcançou chamar de seu. (A pessoa dele, no entanto, foi sempre de uma só mulher, Gala). Eles nunca se deitaram, mas o amor de Amanda por Dali foi escrito nas estrelas.

Amanda (Alain) Tapp iniciou na carreira musical como cantora da *roxy music*. Ela teria sido redesignada sob o olhar de admiração de Salvador Dali, que a designou como uma montagem surrealista de mulher. Desde esse olhar, processa-se um refinamento iconográfico de sua imagem conhecida como concubina do rock, e sua pessoa é redesignada sob o signo mulher surrealista, que sempre desmentiria sua transexualidade. A propósito da admiração do pintor por sua pessoa, Amanda Lear pôde dizer que ele sempre a fizera sentir-se como se tivesse um brilho especial, surrealista.

Existem várias datas de nascimento da cantora: 28 de novembro de 1941, 1945, 1948, assim como sobre sua filiação (pai inglês/japonês, mãe japonesa/inglesa) e sua cidade natal: Hong Kong ou Saigon. No início de sua carreira, sua controversa identidade sexual teria se constituído num constrangimento que a obrigou a se converter numa cantora secreta, cuja história original passaria a estar envolta em meias-verdades e disfarces. Os temas de suas canções eram relativos ao gosto da mulher poderosamente sexual que explorava essa insígnia, aproveitando-se da voz

cavernosa de que era dotada. Ainda hoje Amanda se destaca, entre outras coisas, pelo timbre diferenciado de sua voz. Essas canções lhe conferiram o apelido de *Queen Lear*. O codinome provavelmente fazia alusão à amizade com Dali e Gala. Amanda seria a rainha menor na vida do pintor.

Em razão de seu estilo de música, ela foi incluída na lista das “concubinas do rock”, pois sua música era enquadrada na *roxy music* – um tipo de música nos anos 70 que pretendia compor um novo estilo pela mistura do rock genuíno e do canto lírico fetichisticamente entoado. David Bowie é um dos grandes nomes desse estilo surrealista que mistura rock e canto lírico.

A lista das concubinas do rock incluía as cantoras que também eram amantes secretas dos cantores de rock famosos. Amanda Lear fora amante de David Bowie. A inclusão dela nessa lista assinalava que o estilo de música com o qual ela inaugurou sua carreira de cantora não era genuinamente o rock e que ela não seria senão uma amásia do rock. Mas, ao lado dessa crítica, sua imagem também estaria sendo iconicamente refinada com respeito a sua condição de mulher surrealista.

No início dos anos 70, Amanda lançou um disco que traduziu bem seu *savoir-faire* com toda essa montagem surrealista de mulher: metade mulher, metade cobra, com asas e o rosto que fazia alusão a uma *Phoenix*. Essa montagem de si como Phoenix, que ela intitulou *Phnix*, selava para sempre a máscara da Phoenix. *Phnix*, equívoco sonoro entre Phoenix e fim. Esse era o verdadeiro talento que Dali admirava em Amanda: sua faculdade de se misturar com as línguas, seus dotes linguísticos para compor com as sílabas. Esse encanto provocou Salvador Dali, que, ao conhecê-la, se apresentou e, sem preâmbulos, convidou-a para um chá. Eles se encontraram por mais de 15 anos. Dali foi o grande amor de Amanda Lear, o homem cujas palavras lhe vestiam o gênio e o coração: “ses mots habillaient le génie et le coeur” (Lear, 2009, p. 145). Ele lhe conferiu nome e reconhecimento, Amanda de Dali (a+man+dali), o que lhe permitiu destacar uma personalidade feminina surrealista.

Amanda Lear: uma mulher surrealista. Cantora de sucesso, pintora reconhecida na Europa e nos Estados Unidos, subiu ao palco de diversos teatros nos quais encanta plateias com seu bom humor, sua sagacidade, sua alegria de viver e sua bela pessoa. Amanda é como os vinhos, quanto mais velha, mais bonita, mais fascinante. Escreveu vários livros nos quais supostamente desvenda esse gosto inútil de procurar abrir suas máscaras, no afã de desdobrar sua personalidade e descortinar a pessoa que ela foi. Ela tem mais talento do que se possa imaginar. Não é qualquer um que desliza assim nos desfiladeiros dos significantes sem cair. Extraordinária faculdade de compor com as letras e com os semblantes. Extraordinária capacidade de, à revelia do falo, alcançar um homem para chamar de seu. Um homem talhado no gozo feminino.

Salvador Dali foi o amor que Amanda encontrou em sua vida, que, como disse Guimarães Rosa, é um descanso na loucura. Amanda jamais se deitou com ele, a não ser para cochilar juntos, quando o sol da Catalunha estava esmagando ao final dos dias de veraneio. Paixão que não esteve fundada sobre a atração física, mas que lhe legou o homem que destacou da sua pessoa, uma mulher surreal, e que ela segue amando e armando sempre.

“Avec Dali, j'ai fait l'expérience d'une passion qui n'était pas fondée sur l'attraction physique. Je n'ai jamais couché avec lui, sinon pour faire la sieste ensemble, quand le soleil écrasait notre chère Cadaques. Ce qui n'a pas empêché notre histoire de durer quinze ans. Quelle aventure extraordinaire!” (Lear, 2009, p. 145).

A aventura extraordinária desse sujeito dá testemunho de que como é cunhar um nome e compor um corpo que tem peso; nome que alcançou reconhecimento e permitiu ao sujeito se fixar num corpo que dá a ver sua consistência de sintoma sexual: Amanda de Dali (a+man+dali), sexo que permitiu destacar uma mulher de brilho surrealista.

Notas

1. Artigo baseado na tese “a pessoa que se é” – sobre as relações entre personalidade e corpo numa sexuação transexualista. Tese defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais em agosto de 2012 pela psicanalista Marina Caldas Teixeira, autora do presente artigo. Apresentado no III Simpósio do ISEPOL - Instituto Sephora de ensino e pesquisa de orientação laciana: “O lugar certo onde colocar o desejo”, no dia 08/06/2013, no Auditório do Hospital Copa D’Or, no Rio de Janeiro.
2. O real psicanalítico do sexo consiste numa equação: não existe a relação sexual, logo existe a função fálica. A relação de cada um com seu sexo dirá respeito ao modo como cada um inscreveu seu gozo na função fálica. A tábua da sexuação diz de 4 opções de identificação sexuada. A escolha do sexo segundo a norma da neurose implica em duas opções de identificação sexuada, a saber, uma toda fálica e outra não toda fálica.
3. Christine Jorgensen é considerada o caso *princeps* de mudança de sexo, pois inaugura o fenômeno no campo social, abrindo o viés pelo qual, na contemporaneidade, os transexuais alcançaram retirar o seu problema do campo da patologia. Nem travestismo, nem homossexualismo, nem perversão, nem psicose; um transtorno de identidade, segundo eles, no qual o sexo e o gênero ficaram em disjunção. Mas já em 1931, o pintor dinamarquês Einar Wegener se transformou cirurgicamente em Lili Elbe Wegener; e, em 1912, Felix Abraham relatou a transformação de Rudolf para Dora R e de Gert B. para Gertrud. Contudo, a realidade clínica dessa síndrome que se exprimia como um distúrbio de identidade atuando eletivamente no sexo não era novidade para a

psiquiatria do século XIX. Esquirol, em 1838, já havia documentado essa síndrome como sendo um gênero de loucura que exprimia um distúrbio do caráter e do comportamento sem prejuízo das funções da inteligência: monomania. Krafft-Ebing tornou conhecido o notável testemunho autobiográfico de um médico húngaro sobre sua posição transexual (observação 129, contida no livro *Psychopathia sexualis*) e situou essa síndrome no nível da inversão sexual, um fenômeno de transição entre a homossexualidade e a metamorfose sexual paranoica.

4. <http://www.youtube.com/watch?v=T6PwpfdAXMM&feature=related> postado em 05/7/2010.
5. <http://www.youtube.com/watch?v=mHh-Q025zjc> postado em 18/10/2011.
6. <http://programadojo.globo.com/platb/programa/2012/04/30/joao-w-nery-e-o-primeiro-tranhomem-operado-no-brasil/> Programa do Jô, recuperado em 10/6/2012.
7. <http://www.youtube.com/watch?v=hQIghiJdxNw&feature=relmfu> Joao W. Nery De Frente com Gabi parte 3. Recuperado em 24/6/2012.
8. Acontece um ponto triplo, uma superfície de boy, que é um plano projetivo real imerso em um espaço tridimensional, ou uma banda de moebius tripla. Essa superfície singular, sem bordas, unilateral, fechada sobre si mesmo onde pontos, anteriormente distantes foram fundidos. Nesse tipo de superfície, também chamada de figura impossível, há apagamento da fronteira entre os elos RSI, que passam a estar em continuidade. No Seminário "Topologia e Tempo". Lição de. 21/11/1978, Lacan propôs traçar uma banda de Mœbius sobre um toro, o que chamou de "*banda envolvente*": "*prensando-o, de forma que ele fique aplastado e a face interior desapareça*". Essa segunda superfície, resultante da fusão da banda envolvente com o toro guarda semelhança com a de Boy e lhe é homotópica, mas não isotópica. Talvez Lacan nunca tivesse ouvido falar da Superfície de Boy.
9. <http://www.youtube.com/watch?v=hQIghiJdxNw&feature=relmfu> João W. Nery De Frente com Gabi parte 3. Acesso em 20/04/2013.
10. A fantasia é, na psicanálise, o cenário em que o corpo está reduzido ao objeto *a*, objeto em torno do qual se pode mais gozar, lembrando que só se tem acesso ao objeto *a* como objeto das pulsões parciais (Miller, 1997-98, p. 147).

Referencias Bibliográficas

ESQUIROL (1838). **Des maladies mentales considérées sous les rapports médical, hygiénique et médico-légal**. Paris: J.B.Bailliére. Ebook.

JORGENSEN, Christine (2000). **A personal autobiography**. USA: Cleis Press, 2000.

KRAFFT-EBING, Richard von; MOLL, A (1895). Case 129, in **Psychopathia sexualis**. New York: Rebman Company, s/d, p. 304-324.

LACAN, Jacques (1970-71). **O seminário, livro 18: de um discurso que não seria do semblante**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.

LACAN, Jacques (1971-72). **O seminário, livro 19: ...ou pior**. Rio de Janeiro: JZE., 2012

LACAN, Jacques (1973-74). **Le séminaire, livre XXI: les non-dupes errent**, inédito.

LACAN, Jacques (1974-75). **Le séminaire, livre XXII: RSI**, inédito.

LACAN, Jacques (1975-76). **O seminário, livro 23, o sinthoma**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

LEAR, Amanda (1984). **Le Dalí d'Amanda**. Editions Pierre-Marcel Favre, 2005 .

LEAR, Amanda (2006). **Between dream and reality**. ISBN 978-3-8334-5185-0. German: Paperback.

LEAR, Amanda (2009). **Je ne suis pas du tout celle que vous croyez...** Paris:Hors Collection, 2009.

LIPOVETSKY, Gilles (2005). **A sociedade pós-moralista: o crepúsculo do dever e a ética indolor dos novos tempos democráticos**. São Paulo: Manole.

MILLER, Jacques-Alain (1996-97). **El Outro que no existe y sus comités de ética**. Buenos Aires: Paidós, 2005.

MILLER, Jacques-Alain (1997-98). **El partenaire-síntoma**. Buenos Aires: Paidós, 2008.

MILLER, Jacques-Alain. (2013) Quand les désirs deviennent des droits. Disponível em: <http://www.causefreudienne.net/uploads/document/6678051611b5cb4b34b4cc92f0e2bffc.pdf> - acesso em maio/2013.

MOREL, Geneviève (2000). **Ambigüités sexuelles – sexuation et psychoses**. Paris: Antropos.

MOREL, Geneviève (2005). Sexe, genre et identité: du symptôme au sinthome, in **Refaire son corps, corps sexué et identities**. Revue Cités, 21, pp. 61-78. Paris: PUF.

MOREL, Geneviève (2008). **La loi de la mère; essai sur le sinthome sexuel**. Paris: Antropos.

NERY, João W. (1984). **Erro de Pessoa - Joana ou João**. Rio de Janeiro: Record.

NERY, João W. (2012). **Viagem solitária. Memórias de um transexual 30 anos depois**. Rio de Janeiro: Editora Leya.

Portaria 1707 de 18 de agosto de 2008 (2008). Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Processo Transexualizador, a ser implantado nas unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão. Ministério da Saúde. Brasília. 2008. Publicada no Diário oficial da União de 19.08.2008. Recuper.25 de julho, 2012, http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt1707_18_08_2008.html

SOARES, M.A, Tavares, S.R. & SOUSA JUNIOR, L. (2010). O caso Bree: breves considerações acerca do transexualismo, in **Direitos fundamentais entre vida e arte**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, p. 139-147.

STOLLER, Robert (1968). **Sex and gender** (2 vols). London: Hogart Press.

STRAUSS, Claude Levi (1996). O desdobramento da representação nas artes da Ásia e da América, in **Antropologia estrutural**. (pp. 279-304). Rio de Janeiro: Tempo Universitário, 1996.

TEIXEIRA, Marina Caldas (2003). **O transexualismo e suas soluções**, in *aSEPHallus*. Ano 1, n. 2, mai. a out. 2006. Disponível em www.isepol.com/asephallus/numero.../artigo_06port_edicao02.htm - acesso em 23/05/2012.

TEIXEIRA, Marina Caldas. (2012) **"a pessoa que se é" – sobre as relações entre personalidade e corpo numa sexuação transexualista**. Tese defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais em agosto de 2012. Disponível na biblioteca on line da UFMG.

Resumos

The transsexuals and the sex to call their own

The article summarizes the problematic of transsexuals, people who are compelled to say that their sex is not theirs and claim the right to legal and physical change of sex. Considering the Lacanian approach to *sinthome* and sexuation as an option for sexual identification, the article discusses the transsexual enjoyment that ends up leading to sex change surgery and hormones, as well as on the talent of some transsexuals to achieve a gender to call their own despite the phallic function, achievement that in some cases maintains the subject attached to reality, connected to its peers and fixated on the idea of himself as a body with weight.

Keywords: psychoanalysis, transsexual, identity, gender, body, self, *sinthome*.

Les transsexuels et leur sexe à eux

L'article résume les problèmes des transsexuels, des personnes qui se sentent obligées a dire que leur sexe n'est pas le leur et qui revendiquent le droit de changer de sexe légalement et physiquement. Compte tenu de l'approche lacanienne du *sinthome* et de la sexuation comme option d'identification sexuelle, l'article traite de la jouissance transsexuelle qui finit par conduire à la chirurgie de changement de sexe et les hormones, ainsi que sur le talent de certains transsexuels à effectivement trouver leur propre genre malgré la fonction phallique exploit qui, dans certains cas, maintient le sujet attaché a la réalité, connecté a sés semblables et fixé sur l'idée de lui même comme un corps ayant un poids.

Mots-clés: psychanalyse, transsexuelle, l'identité, le sexe, le corps, l'auto, *sinthome*.

Citação/Citation: TEIXEIRA, M.C. Os transexuais e o sexo pra chamar de seu. Revista **aSEPHallus**, Rio de Janeiro, vol. VII, n. 14, mai. a out. 2012. Disponível em www.isepol.com/asephallus

Editor do artigo: Tania Coelho dos Santos.

Recebido/Received: 25/02/2012 02/25/2012.

Aceito/Accepted: 10/04/2012 / 04/10/2012.

Copyright: © 2012 Associação Núcleo Sephora de Pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo. Este é um artigo de livre acesso, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte sejam citados/This is an open-access article, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the author and source are credited.

Sobre a avaliação pericial do psicótico infrator: contribuições da psicanálise de orientação lacaniana¹

Romina Moreira de Magalhães Gomes

Psicanalista

Doutoranda em Psicologia, área de concentração em Estudos Psicanalíticos / UFMG (Minas Gerais, Brasil)

Psicóloga judicial do Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário – PAI-PJ, do TJMG (Minas Gerais, Brasil)

Editora adjunta da Revista Responsabilidades

E-mail: rominagomes@hotmail.com

Resumo

Este artigo recupera a constituição da ordem social a partir da ideia de perigo atribuída ao psicótico infrator desde o início do século XIX. Esta ideia deu lugar às avaliações periciais e constituiu mecanismos de segregação. Retoma, a seguir, a tese de Lacan sobre a responsabilidade para leva-la às últimas consequências como um elemento fundamental que pode definir a humanidade do ser falante e que permite oferecer um contraponto aos dispositivos do biopoder. Para a autora, são estas contribuições lacanianas que permitem oferecer um modo de tratamento ao problema da segregação.

Palavras-chave: psicanálise, psicótico infrator, perícia, periculosidade, segregação, responsabilidade.

As questões que conduziram à escrita deste artigo surgiram a partir do encontro com os efeitos de segregação decorrentes da aplicação de medida judicial aos psicóticos infratores que acompanho em minha prática clínica realizada no Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário – PAI-PJ, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. O público acompanhado por esse programa é objeto de uma forma de sanção penal específica que dispensou o conceito de responsabilidade penal. A aplicação dessa forma de sanção denominada medida de segurança fundamenta-se na avaliação da periculosidade, atributo que foi associado à psicose desde o início do século XIX e pode apontar à necessidade de se tomar medidas de precaução para diminuição do risco

implicado na convivência com a loucura. O controle da periculosidade acontecia inicialmente por meio do isolamento definitivo do louco nos asilos. A partir da descoberta dos neurolépticos, os muros dos asilos se revelaram dispensáveis e o controle da periculosidade pôde passar a ser feito por meio do uso compulsório de medicamentos.

Os casos acompanhados pelo PAI-PJ mostram os efeitos acarretados pela infinitização da medida judicial que coloca os sujeitos no lugar de objeto da intervenção pericial. O uso de medicação é considerado imprescindível ao tratamento da psicose, de acordo com a concepção da psiquiatria forense, e dispensa as soluções singulares inventadas por cada sujeito para tratar seu sofrimento. O critério do uso compulsório de psicofármacos pode resultar na manutenção da medida sem um limite temporal, não se considerando as possíveis mudanças na relação do sujeito ao gozo.

A legislação brasileira traz a possibilidade de se colocar fim a essa medida judicial mediante o exame psiquiátrico de cessação de periculosidade. Entretanto, a lei não prevê um tempo máximo de duração da medida, deixando abertura para que o psicótico infrator permaneça *ad vitam* sob a custódia do poder público, em cumprimento da medida de segurança.

O surgimento do conceito de periculosidade, bem como das modalidades de controle dele decorrentes, se deu com o nascimento da psiquiatria criminal, disciplina que inventou também o procedimento do exame. Esse dispositivo disciplinar encarrega-se de apresentar ao aparelho judiciário o saber psiquiátrico sobre a periculosidade e propõe sua articulação aos mecanismos de controle. É uma forma de saber que se pretendia científico desde seus primórdios, mas não coincide com a formatação de um discurso propriamente científico, conforme mostrou Foucault (2001). Apesar disso, impôs-se ao campo judiciário e subsiste no mundo contemporâneo sob a forma da ideologia da avaliação, contribuindo para a demanda de submissão dos sujeitos aos dispositivos normalizadores.

O texto de Michel Foucault é o ponto de partida que nos permite recuperar como se deu a constituição do campo da avaliação pericial na psiquiatria. A partir das contribuições desse autor, é possível identificar um recuo da intervenção do judiciário no que se refere ao psicótico infrator, que permitiu a abertura do campo para intervenção dos peritos em psiquiatria criminal.

A partir da intervenção de Pinel e o surgimento da medicina mental na virada do século XVIII ao XIX, os loucos passaram a ser tomados como perigosos, por serem portadores de um déficit moral que os impossibilitaria de agir conforme os parâmetros da razão (Foucault, 2001; Barros-Brisset, 2009).

Os crimes cometidos por insanos sem nenhum motivo aparente e que iam contra a natureza humana, por isto considerados monstruosos e denominados crimes imotivados, não encontraram, no âmbito da razão, a possibilidade de serem compreendidos. Desse modo, o problema colocado pelo louco se distinguiu por seus crimes não oferecerem nenhum vínculo racional passível de reunir a transgressão das leis a um tipo de repressão, o que permitiria ajustar a punição ao crime. A solução encontrada, a partir do discurso psiquiátrico, foi submeter o louco ao tratamento, ao invés de torná-lo objeto de uma sanção, ainda que esse tratamento representasse também uma espécie de penalização. Entretanto, essa sanção só poderia subsistir de modo disfarçado, justificada pela racionalidade terapêutica (Castel, 1991).

Assim, no sistema contratual construído na modernidade, a repressão ao louco ganhou um fundamento médico-psiquiátrico em contraposição ao criminoso comum cuja repressão tinha fundamento imediatamente jurídico. O fundamento médico-psiquiátrico dessa repressão foi dado pelo conceito de *periculosidade* e prescindiu da noção de *responsabilidade*, retirando o louco do guarda-chuva da igualdade formal de direitos que fundou a democracia moderna. Com base nesse fundamento, o louco teve limitada a sua liberdade. Desse modo, a psiquiatria nasceu em resposta a um problema de governo, com a função de administrar a loucura, embora tenha justificado como estritamente técnica a necessidade da criação de seu campo de intervenção (Castel, 1991).

Os efeitos da obra de Pinel incidiram sobre a reforma do Código Penal francês ocorrida em 1810, provocando sua alteração no que se refere aos crimes cometidos por loucos, que passaram a ser tomados como exceções e não mais puderam ser responsabilizados por seus atos². A partir de então, tornou-se necessário que um especialista em medicina mental se pronunciasse sobre a presença ou não de demência nos crimes cometidos por suspeitos de alienação mental (Foucault, 2001; Barros-Brisset, 2009).

No campo do direito, para que fosse possível aplicar o poder de punir tornou-se indispensável conhecer a racionalidade do crime, identificando-se os motivos que levaram o criminoso a cometê-lo e, por outro lado, dever-se-ia excluir a presença de alienação mental. Assim, a partir da intervenção de Pinel, iniciou-se um recuo do poder judiciário com relação aos psicóticos criminosos, dispensando-se o conceito de responsabilidade penal nesses casos. Conforme nota Foucault (2001), a referência à lei foi sendo progressivamente substituída pela referência ao saber psiquiátrico.

Esquirol, um dos primeiros peritos em psiquiatria criminal, desenvolveu as formulações de Pinel e propôs o conceito de monomania homicida que buscava explicar, ainda que de forma controversa, os crimes em que não se podia identificar um motivo que o

GOMES, R. M. de M. Sobre a avaliação pericial do psicótico infrator: contribuições da psicanálise de orientação lacaniana. *Revista aSEPHallus*, Rio de Janeiro, vol. VII, n. 14, mai. a out. 2012, p. 74-85. Disponível em http://www.isepol.com/asephallus/numero_14/artigo_04.html

justificasse, sendo o ato criminoso a única manifestação da loucura. Esquirol (1838) propôs que o alienado mental, diante de um empuxo irresistível ao crime ou de uma convicção delirante, ficaria impossibilitado de escolher entre agir ou não, por ter a vontade lesada. O louco foi, desse modo, etiquetado como portador de uma patologia que o tornaria perigoso, imprevisível e sem possibilidade de responder pelos seus atos. Cristalizaram-se, assim, as ideias de Pinel. A cura seria uma possibilidade remota, pois a patologia era frequentemente irreversível, devendo o alienado receber o tratamento moral no asilo e permanecer isolado pelo resto da vida.

Em um segundo momento da formalização do saber psiquiátrico, na segunda metade do século XIX, as ideias de Falret, Morel e Lombroso conduziram à consideração de que haveria um estado de anormalidade irreversível ligado a um desvio biológico que seria responsável pelo perigo intrínseco aos doentes mentais. Os estados de Falret, a degeneração de Morel e o criminoso nato de Lombroso vieram selar a etiqueta de perigoso que Pinel e Esquirol haviam proposto para os loucos, permitindo, além disso, dispensar a ideia de que haveria uma patologia passível de ser curada.

Foram, então, propostas políticas defensivas contra o perigo de que a loucura seria portadora. Sobretudo a partir das ideias de Morel e Lombroso, medidas de precaução contra o perigo começaram a ser incorporadas ao Direito Penal com a criação do instituto jurídico denominado medida de segurança, cuja função seria essencialmente de defesa social (Barros-Brisset, 2009).

Foucault (2001) aponta que a patologização da loucura deixou de ser necessária na segunda metade do século XIX, com o conceito de degeneração proposto por Morel. A psiquiatria pôde, então, deixar de lado a promessa de cura e começar a dirigir seus esforços para as propostas de prevenção e precaução. Morel (1857) propôs que a medicina mental constituía-se como um saber apto a oferecer ao direito um projeto higienista por ele denominado de “profilaxia defensiva”.

Com Cesare Lombroso (1876), esse programa foi levado às suas últimas consequências. Os sinais que se supunham indícios de demência moral eram buscados no corpo: nas medidas do crânio e da mandíbula, na assimetria facial, na ausência de pelos no corpo, na insensibilidade à dor, etc. Esse autor propunha que essas características ligadas à delinquência eram transmitidas geneticamente. Acreditava que a demência moral e a disposição ao crime possuíam uma vinculação indissolúvel que podiam ser explicados por uma tendência que remontava aos atos de crueldade da primeira infância dos delinquentes. Entretanto, Lombroso (1876/2007) supunha que não se deveria esperar que o tratamento alterasse a condição do criminoso nato e a condução desses casos deveria seguir na direção do isolamento perpétuo, devido ao

seu perigo intrínseco e sua impossibilidade de correção. Esse autor chegou a propor o extermínio para os casos de delinquentes considerados de alta periculosidade.

Essas ideias foram propagadas no Brasil provocando sucessivas alterações do Código Penal brasileiro até chegar a sua forma atual. Dentre os autores que se encarregaram de difundir as ideias de Pinel, Esquirol, Morel e Lombroso no Brasil, destacam-se Luiz Vicente De-Simoni, João Carlos Teixeira Brandão, Raimundo Nina Rodrigues, Francisco Franco da Rocha, Júlio Afrânio Peixoto e Heitor Pereira Carrilho³. Este último, considerado o grande sistematizador da psiquiatria forense no Brasil, foi responsável pela consolidação das ideias lombrosianas em nosso país (Fry, 1985).

Carrilho iniciou sua carreira como psiquiatra no Hospício Nacional de Alienados do Rio de Janeiro, tendo se tornado o responsável pela chamada Seção Lombroso dessa instituição, que recebia os loucos criminosos. Criou os *Archivos do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro*, que se tornou uma referência no campo da psiquiatria forense. Foi, ainda, um dos co-fundadores do Instituto Brasileiro de Eugenia e grande divulgador das ideias de Morel e Lombroso no Brasil. Peter Fry (1985) nota que esse autor teve um papel fundamental na difusão e fortalecimento das ideias da Escola Criminal Positiva, inspirada na obra de Lombroso. Fry cita Carrilho, em artigo publicado em 1930:

“Não é possível, pois, na epocha actual, fazer direito penal sem o concurso dos médicos e dos psychiatras que, com os seus conhecimentos de bio-anthropologia e de psychologia, podem penetrar toda a personalidade dos delinquentes, exhumando-lhes as diferentes taras, definindo-lhes o feitiço mental, mostrando a fatalidade biológica que os levou à prática de reacções anti-sociaes, desvendando-lhe a constituição, o temperamento e o character, para a obra admirável da regeneração, de que elles carecem, em benefício próprio e no da collectividade” (Carrilho apud Fry, 1985, p. 126).

Heitor Carrilho foi um dos grandes responsáveis pela implantação do primeiro manicômio judiciário no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, em 1921. Esse manicômio realizava exames periciais, então chamados de “bio-psychogramas”, desde sua origem, além de contribuir para a função de defesa social, ao receber os loucos para o isolamento que, via de regra, era perpétuo. Carrilho lutou também pela implantação dos manicômios judiciários de São Paulo, Porto Alegre e Barbacena, em Minas Gerais. Conforme indica Fry (1985), sua militância em favor da criação de manicômios criminais pelo Brasil afora foi muito além, produzindo consequências no âmbito das leis. Ela resultou na incorporação do sistema de isolamento do louco infrator nos manicômios judiciários à legislação brasileira, com o Código Penal de 1940.

GOMES, R. M. de M. Sobre a avaliação pericial do psicótico infrator: contribuições da psicanálise de orientação lacaniana. *Revista aSEPHallus*, Rio de Janeiro, vol. VII, n. 14, mai. a out. 2012, p. 74-85. Disponível em http://www.isepol.com/asephallus/numero_14/artigo_04.html

Laudos periciais confeccionados por Carrilho, como o de Febrônio Índio do Brasil, mostram o poder discricionário alcançado pelos peritos em psiquiatria criminal em nosso país. São peças construídas sobre uma sucessão de fatos que dispensam provas, por ligarem a periculosidade à possibilidade de autoria de um crime, capazes de definir o isolamento perpétuo do psicótico infrator, baseando-se unicamente na demanda de defesa social.

As ideias de Morel e Lombroso constituíram, assim, a base de um programa biopolítico que passou a operar a partir da segunda metade do século XIX (Foucault, 1989). A partir da intervenção desses autores e a propagação de suas ideias, nasceu a demanda de proteção biológica da espécie humana e de proteção social contra os perigos que seriam intrínsecos à loucura. Com suas ideias, foram colocadas em questão a transmissão de características associadas ao perigo, engendrando-se políticas higienistas e eugênicas. Uma vez que não podiam ser curados, dever-se-ia impedir a reprodução dos degenerados, excluí-los ou até eliminá-los para proteger a espécie humana de uma degradação que se supunha crescente. O objetivo perseguido seria o de antecipar o surgimento do perigo atribuído à loucura, autorizando toda sorte de medidas de precaução contra a periculosidade, como a permanência na condição de isolamento por tempo indeterminado. A proposta de isolamento definitivo dos loucos infratores nos manicômios judiciários parece ser uma forma precursora das medidas segregativas adotadas no século XX, com a criação dos campos de concentração.

Foi somente com a descoberta dos neurolépticos, na década de 1950, que teve início o rompimento com os dispositivos de segregação surgidos no século XIX. O isolamento dos loucos nos manicômios passou a ser interrogado, a partir dos anos 80 do século XX, e pôde ter início o seu fim (Teixeira, 2010).

Contudo, uma nova modalidade de controle vem surgindo após a queda dos muros dos hospitais psiquiátricos, dispensando um tratamento singularizado que leve em conta *a arte de cada um* e que poderia viabilizar o laço social. Os neurolépticos vêm se tornando, no campo da psiquiatria forense, um recurso universal que é suposto garantir o controle da periculosidade, em detrimento das singularidades dos tratamentos empreendidos por cada sujeito. Nos laudos psiquiátricos que pretendem avaliar a periculosidade e atuar preventivamente para impedir novos atos, encontramos a indicação compulsória de tratamento que não pode prescindir da medicação psiquiátrica.

Diante desse quadro, recorro a algumas contribuições da psicanálise de orientação lacaniana para pensar a discussão aqui aberta. No texto *Eu falo aos muros*, Lacan esclarece que a segregação dos doentes mentais é um efeito do discurso do mestre. Os muros, diz Lacan, correspondem precisamente ao discurso; eles constituíram e

foram constituídos com o discurso psiquiátrico. O autor localiza que, a partir da lei francesa de sequestro dos alienados de 30/06/1838, o perigo, sobre o qual se assentou a ordem social, foi introduzido no discurso. Essa lei foi fruto da intervenção de Esquirol e outros discípulos de Pinel, instituída para regulamentar as internações dos alienados mentais e vigorou na França até 1990. Afirma Lacan:

“É muito curiosa essa introdução do perigo no discurso no qual se assenta a ordem social. O que é esse perigo? *Perigosos para eles mesmos*, enfim, a sociedade não vive senão disso, e *perigosos para os outros*, Deus sabe que toda liberdade é deixada a cada um nesse sentido”⁴ (Lacan, 1972, p. 106-107).

A ordem social moderna se constituiu, portanto, sobre a ideia de perigo atribuído ao louco, que foi circunscrito e isolado pelo discurso psiquiátrico. Em *Pequeno discurso aos psiquiatras*, Lacan aponta que o isolamento do louco como objeto da psiquiatria, que se iniciou com Pinel e Esquirol, permitiu o aparecimento da ideia de sintoma, função que subsiste ao declínio da clínica psiquiátrica. Se tendemos cada vez menos a isolar o louco é devido ao surgimento de outras formas de contenção do perigo que substituem os muros do asilo. O autor adverte que o louco é tomado, no discurso psiquiátrico, muito mais como objeto de estudo, do que a partir da via aberta pela relação do sujeito ao objeto estrangeiro que é a voz, suporte do significante.

Lacan considera que a clínica psiquiátrica vem sofrendo um declínio e é, cada vez mais, absorvida pela medicina, na medida em que esta entra inteiramente no dinamismo farmacêutico. Entretanto, algo de irreduzível do sintoma não domesticável pelo dinamismo farmacêutico permanece operando. Assim, a loucura não se dissolve em razão da difusão do tratamento com psicofármacos no campo psiquiátrico.

Mas, é preciso notar que essa mudança no campo da psiquiatria introduzida pela disseminação do uso dos fármacos produz novos efeitos: obnubila-se, tempera-se, interfere-se, modifica-se, de modo acéfalo, pois não se sabe ao certo o que se modifica e qual a direção dessas mudanças (Lacan, 1967). De acordo com Maleval (2002), uma nova modalidade de tratamento vem surgindo na psiquiatria, e seu ponto de partida não é o sujeito, mas a eficácia da molécula, o que certamente produz consequências no âmbito da clínica da psicose.

Do século XIX até os dias atuais, constatamos a existência de uma continuidade no fato de não se colocar uma pergunta pelo sujeito, pois o louco foi sempre tomado, no discurso da psiquiatria forense, como objeto a ser controlado. Verificamos, atualmente, uma aposta generalizada na contenção química que responde a um modelo protocolar

e permanece sustentada pela impossibilidade de atribuição de responsabilidade ao psicótico. O que é visado parece ser o silêncio do sujeito.

Cabe-nos, a partir do campo da experiência clínica, colher os efeitos desse novo modo de tratar a loucura e situar nossa posição nessa interface. A clínica com loucos infratores mostra que cada sujeito empreende um tratamento singular que envolve a construção de recursos capazes de moderar o sofrimento. Assim, não há um padrão universal que possa orientar o tratamento empreendido por cada sujeito. O que podemos assinalar como universal, no âmbito desse tratamento, é apenas o caráter de moderação que cada solução singular porta. Contudo, em detrimento das invenções psicóticas singulares, os modos de controle se renovam em torno desse objeto irresponsável que se tornou o louco para os psiquiatras forenses e para o direito penal brasileiro.

Seguindo na contramão dessa via, o PAI-PJ, de acordo com Fernanda Barros-Brisset (2010), apresenta a proposta de não se tomar o louco como objeto e de que se reconheça a existência de um sujeito singular, responsável, cujo tratamento deve ser também singularizado.

A clínica com psicóticos infratores conduz ao ponto de partida da prática psicanalítica que somente pode operar a partir da consideração de que todo sujeito é responsável. A psicanálise nos permite pensar uma saída diferente da que vinha sendo praticada desde o século XIX, a partir da aliança entre psiquiatria e direito penal, que segue na contramão da biopolítica e dos mecanismos do biopoder. O discurso da psicanálise nos permite prescindir dos mecanismos de segregação e o operador dessa possibilidade seria o conceito de responsabilidade. Demonstrar como a responsabilidade na psicose pode ser um princípio a ser considerado pelos analistas na cidade é, pois, um objetivo percorrido em minha pesquisa.

Lacan iniciou a formalização sobre a responsabilidade ao referir-se à criminologia e às relações entre psicanálise e o campo jurídico. Em "Premissas a todo desenvolvimento possível da criminologia", afirma que "a ação concreta da psicanálise é de benefício numa ordem rija. As significações que ela revela no sujeito culpado não o excluem da comunidade" (Lacan, 1950b, p. 131). Sua leitura leva em conta o problema da segregação que se coloca a partir do surgimento da criminologia: "o lazareto é certamente a solução ideal do problema levantado pelo crime para o idealismo cientificista" (1950b, p. 127). Lacan considera que o surgimento da criminologia permite o nascimento de uma concepção sanitária da pena. Ao perito, que avalia o criminoso visando tomar medidas preventivas contra o crime, "é conferido um poder quase discricionário na dosagem da pena", independente de ser alegada a presença de

loucura (1950, p. 141). Desse modo, não escapou a Lacan o poder de decidir sobre o destino do louco criminoso alcançado pelos peritos em psiquiatria.

O autor considera que a criminologia produz ainda o efeito de uma desumanização que conduz a enviar para os campos de concentração boa parte da humanidade. Propõe que a psicanálise busca a verdade de um sujeito e é por isto “que ela não pode fazer outra coisa senão manter a ideia da responsabilidade, sem a qual a experiência humana não comporta nenhum progresso” (Lacan, 1950b, p. 131).

Para Lacan, em “A ciência e a verdade”, o sujeito é uma posição que implica a responsabilidade: “por nossa posição de sujeito, sempre somos responsáveis” (1966, p. 873). Ao longo de sua formalização, ao avançar na teorização sobre a psicose, o autor reelabora também o conceito de responsabilidade. No seminário sobre Joyce, teoriza sobre esse conceito a partir da psicose, apontando que a responsabilidade é a arte da qual cada um é capaz (Lacan, 1975-76).

A responsabilidade refere-se, assim, a uma resposta ao excesso real que implica certa posição de sujeito e pode exigir prestar contas dessa posição perante o Outro. Trata-se de uma ficção capaz de conectar o ato, que segundo Lacan é sem sujeito, aos modos de gozo de cada um. A psicanálise considera que o tratamento há que levar em consideração essa parcela de ordem singular, irreconciliável, irreduzível e inextinguível que todo ser falante porta e que nomeamos gozo. É a partir dessa dimensão real que cada sujeito pode inventar algo de próprio para lidar com o sofrimento, tornando-se responsável.

Para finalizar, é possível recolhermos das formulações de Lacan uma orientação no sentido de buscar levar às últimas consequências a sua tese sobre a responsabilidade como um elemento fundamental que pode definir a humanidade do ser falante e que permite oferecer um contraponto aos dispositivos do biopoder. Nesse sentido, deixo aqui uma pergunta a ser respondida a partir das teorizações de Lacan: se a responsabilidade pode ser pensada como uma ficção conectora entre o ser falante e seus modos de gozo, poderíamos articular a noção de responsabilidade à posição de objeto, já que no instante da passagem ao ato o sujeito não está presente? Ou seja, para além da posição de sujeito, ao ocupar a posição de objeto, poderíamos ainda continuar afirmando que somos todos responsáveis? Essa questão aponta um caminho a ser ainda percorrido em minha pesquisa de doutorado.

Nota

1. Este texto resulta de minha pesquisa de doutorado em Psicologia, área de concentração Estudos Psicanalíticos, na UFMG, intitulada “A avaliação pericial do psicótico infrator na sociedade de controle: há lugar para respostas de sujeito?”, sob orientação do Prof. Dr. Antônio Márcio Ribeiro Teixeira.

2. Em 1810 foi introduzido o artigo 64 no Código Penal francês de 1795, que passou a regulamentar os crimes cometidos pelos insanos ou dementes.
3. Pesquisa relatada no segundo capítulo de minha tese de doutorado intitulada "A avaliação pericial do psicótico infrator na sociedade de controle: há lugar para respostas de sujeito?", ainda em fase de execução.
4. No original: "C'est très curieux, cette introduction du danger dans le discours don't s'assied l'ordre social. Qu'est-ce que ce danger? *Dangereux pour eux-mêmes*, enfin, la société ne vit que de ça, et *dangereux pour les autres*, Dieu sait que toute liberté est laissée à chacun dans ce sens".

Referências bibliográficas

- BARROS-BRISSET, F.O. (2009) **Gênese do conceito de periculosidade**. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas – Sociologia e Política. Orientada pelo Prof. Dr. Renan Springer de Freitas. Belo Horizonte: UFMG.
- BARROS-BRISSET, F.O. (2010) **Por uma política de atenção integral ao louco infrator**. Belo Horizonte: TJMG.
- BRASIL. (1940) Código penal. Decreto-Lei 2848, de 7 de dezembro de 1940.
- BRASIL. (2011). Código penal, in **Vade Mecum**. 6ª. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- CASTEL, R. (1991). **A ordem psiquiátrica: a idade de outro do alienismo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal.
- CARRILHO, H.P. (1930) A colaboração dos psychiatras nas questões penaes. **Archivos do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro**, Anno I, N 1, p. 159-182.
- ESQUIROL, J.-E.-D (1838). **Des maladies mentales considérées sous les rapports médical, hygiénique et médico-légal**. Paris: Baillière. Tomes I et II.
- FALRET, J.-P. (1864) De la non-existence de la monomanie, in **Des maladies mentales et les asiles d'aliénés**. Paris: Baillière et fils, p. 425-448.
- FOUCAULT, M. (1989) **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal.
- FOUCAULT, M. (2001) **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes.
- FOUCAULT, M. (2006) A evolução da noção de indivíduo perigoso na psiquiatria legal do século XIX, in **Ditos e escritos V: ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2 ed., p. 1-25.
- FRANCE. **Loi sur les aliénés** n° 7443, du 30 juin 1838.
- FRY, P. (1985) Direito positivo versus direito clássico: a psicologização do crime no Brasil no pensamento de Heitor Carrilho, in FIGUEIRA, S. A. **Cultura da psicanálise**. São Paulo: Brasiliense, p. 116-141.

LACAN, J. (1950a) Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia, in **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 127-151.

LACAN, J. (1950b) Premissas a todo desenvolvimento possível da criminologia, in **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 127-131.

LACAN, J. (1966) A ciência e a verdade, in **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 869-892.

LACAN, J. (1967) **Petit discours aux psychiatres**. Disponível em: <http://www.ecole-lacanienne.net/pastoutlacan60.php>. Acesso em: janeiro de 2013.

LACAN, J. (1967-68). **O seminário, livro 15: o ato psicanalítico** (inédito).

LACAN, J. (1972) **Je parle aux murs**. Paris: Éditions du Seuil, 2011.

LACAN, J. (1975-1976) **O seminário; livro 23: o sinthoma**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

LOMBROSO, C. (1876) **O homem delinquente**. São Paulo: Ícone, 2007.

MALEVAL, J.-C. (2002) **La forclusion Del Nombre del Padre; el concepto y su clínica**. Buenos Aires: Paidós.

MOREL, B.-A. (1857). **Traité des dégénérescences phisiques, intellectuelles et morales de l'espèce humaine et des causes qui produisent ces variétés malatives**. Paris: Baillière.

PINEL, P. (1800/2007) **Tratado médico-filosófico sobre a alienação mental ou a mania**. Porto Alegre: UFRGS.

TEIXEIRA, A. M. R. (Org.). (2010) **Metodologia em ato**. Belo Horizonte: Scriptum.

Resumos

What Lacan orientated psychoanalysis has contributed to the evaluation of the psychotic offender

This article recovers the constitution of the social order from the idea of danger attributed to psychotic offender since the early nineteenth century. This idea gave rise to the expert evaluations and formed mechanisms of segregation. It then resumes, Lacan's thesis about the responsibility to take it to its logical conclusion as a key element that can define humanity of the talking entity and that allows us to offer a counterpoint to the provisions of biopower. For the author, these are contributions that allow Lacanian offer a way of treating the problem of segregation.

Keywords: psychoanalysis psychotic offender, expertise, dangerousness, segregation, responsibility.

Contributions de la psychanalyse d'orientation lacanienne à l'évaluation du délinquant psychotique

Cet article reprend la constitution de l'ordre social de l'idée de danger attribuée aux délinquants psychotiques depuis le début du XIXe siècle. Cette idée a donné lieu à des évaluations d'experts et a formé des mécanismes de ségrégation. Ensuite, il retourne à l'examen de la thèse de Lacan à propos de la responsabilité de prendre à sa conclusion logique comme un élément clé qui permet de définir l'humanité par l'être parlant et qui nous permet d'offrir un contrepoint aux dispositions du biopouvoir. Pour l'auteur, il s'agit de contributions qui permettent à Lacan d'offrir un moyen de traiter le problème de la ségrégation.

Mots-clés: psychanalyse délinquants psychotiques, l'expertise, la dangerosité, la ségrégation, la responsabilité.

Citação/Citation: GOMES, R.M.deM. Sobre a avaliação pericial do psicótico infrator: contribuições da psicanálise de orientação lacaniana. *Revista aSEPHallus*, Rio de Janeiro, vol. VII, n. 14, mai. a out. 2012. Disponível em www.isepol.com/asephallus

Editor do artigo: Tania Coelho dos Santos.

Recebido/Received: 13/02/2012 / 02/13/2012.

Aceito/Accepted: 24/04/2013 / 04/24/2012.

Copyright: © 2012 Associação Núcleo Sephora de Pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo. Este é um artigo de livre acesso, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte sejam citados/This is an open-access article, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the author and source are credited.

A criança e seus pais: alguns interrogantes sobre as funções parentais na atualidade

Andrea Gabriela Ferrari

Psicóloga, Psicanalista

Doutora em Psicologia do Desenvolvimento Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Rio Grande do Sul, Brasil)

Professora do Departamento de Psicanálise e Psicopatologia UFRGS (Rio Grande do Sul, Brasil)
Coordenadora do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão da Infância da Clínica de Atendimento Psicológico da UFRGS (Rio Grande do Sul, Brasil)

Membro do NEPEIA - Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Infância e Adolescência (Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil)

E-mail: andrea.ferrari@ufrgs.br

Milena da Rosa Silva

Psicóloga

Doutora em Psicologia do Desenvolvimento UFRGS (Rio Grande do Sul, Brasil)

Professora do Departamento de Psicanálise e Psicopatologia da UFRGS (Rio Grande do Sul, Brasil)

Membro do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão da Infância da Clínica de Atendimento Psicológico da UFRGS (Rio Grande do Sul, Brasil)

Membro do NEPEIA - Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Infância e Adolescência (Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil)

E-mail: milenarsilva@hotmail.com

Tagma Schneider Donelli

Psicóloga

Doutora em Psicologia do Desenvolvimento UFRGS (Rio Grande do Sul, Brasil)

Professora e Pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Unisinos (São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil).

E-mail: tagmad@unisinos.br

Resumo

Os autores pretendem discutir neste artigo as possíveis mudanças ocorridas na operação das funções materna e paterna pelas modificações nas configurações familiares atuais e suas possíveis implicações nos processos de constituição subjetiva. Para alcançar este objetivo, iniciam por um breve apanhado a respeito dos caminhos dessa constituição, a partir de autores lacanianos. Posteriormente questionam, à luz da teoria da constituição do sujeito, os possíveis efeitos ocorridos pelas transformações dos papéis exercidos tradicionalmente pela mãe e pelo pai. A concepção da infância é considerada a partir dos efeitos constitutivos do exercício parental na atualidade.

Palavras-chave: psicanálise, infância, funções parentais, maternidade e paternidade.

Pretendemos discutir neste artigo as possíveis mudanças ocorridas na operação da função materna e paterna pelas modificações nas configurações familiares atuais, e suas possíveis implicações nos processos de constituição subjetiva. Para tanto, iniciaremos por um breve apanhado a respeito dos caminhos dessa constituição, a partir de autores lacanianos. Para um sujeito se constituir é necessário que seja tomado como objeto privilegiado do desejo de alguém no intuito de poder fazer a leitura daquilo que o bebê apresenta a partir das marcas deixadas por seu próprio processo constitutivo. Esta operação permite a transformação do corpo biológico do bebê em corpo erógeno. Por outro lado, no mapeamento erógeno do corpo do bebê, instala-se uma delimitação do gozo, tanto no corpo do bebê como no de sua mãe, pela inscrição da falta promovida na dialética presença-ausência materna e, conseqüentemente, pela não sustentação do corpo do bebê como lugar de objeto *a*.

Para Penot (1991) o mapeamento erógeno do corpo do bebê feito pela mãe ocorre através dos três tempos do circuito pulsional. No primeiro tempo, o bebê se direciona ao objeto externo; no segundo, toma o objeto externo como parte do próprio corpo. O terceiro é aquele no qual o bebê, fazendo-se objeto do outro, surge como um novo sujeito. Então, no primeiro momento a criança se direciona ao objeto; no segundo, incorpora esse objeto ao próprio corpo e, no terceiro, um novo sujeito surge pelo *assujeitamento* aos significantes do Outro (Outro primordial). É no terceiro tempo do enlaçamento pulsional que se instaura a alienação, ou seja, o eu se torna objeto para um novo sujeito. Chemama e Vanderersch (2007) lembram que a alienação, junto com a separação, é uma operação fundante, pois institui uma divisão a partir da qual o sujeito se depara com uma escolha e conseqüentemente, com o que o sujeito poderá aceitar perder. Resta lembrar o momento da separação, momento crucial para a queda do corpo da criança como lugar de objeto *a*. Somente se pode *ser* pelo estabelecimento da falta no Outro, que porta um desejo.

O circuito pulsional instalado permite o bordeamento do corpo, a articulação de um significante ao corpo. A articulação significante/corpo possibilita que o corpo seja inscrito na linguagem e, conseqüentemente, tome seu lugar determinado na cadeia geracional. Para isso acontecer, o corpo terá que ser antecipado enquanto sujeito detentor de um lugar no desejo parental. É próprio da função materna ser o porta-voz das manifestações do bebê. Portando a voz pelo bebê, a mãe (ou aquele que encarna a função materna) metaboliza essas manifestações e as reenvia ao bebê com algum significado que está sustentado pelas marcas do seu próprio processo constitutivo. Sendo a mãe o representante da ordem exterior das coisas a cujas leis também o seu discurso está submetido, transmite nessas metabolizações as ordens culturais daquele momento, do lícito e do ilícito.

Bergès (2005) refere que a mãe impõe ao bebê alguns constrangimentos necessários para a transformação do biológico em erógeno. O primeiro deles se refere a um constrangimento vital, pois, sem sua aceitação por parte da criança, esta está fadada à morte. Este constrangimento diz respeito à fala e à linguagem. Antes mesmo de o bebê nascer ele é falado e introduzido em uma cadeia geracional que lhe impõe, de antemão, algumas pistas, alguns significantes a partir dos quais ele irá se constituir. Para viver, é necessário que o bebê responda a esse constrangimento considerado primordial.

O segundo constrangimento é da mesma ordem, pois o bebê é levado, pelo fato que *isso* fala ao redor dele, a que seu corpo se adeque a esse código disponibilizado pela mãe para que ele (bebê) seja compreensível por ela. A autorização, por parte da mãe, para constranger seu filho, e a deste filho para se submeter a esse constrangimento, está relacionada à confusão entre o objeto de necessidade do bebê e o objeto de desejo da mãe. Mas, a compreensão materna às vezes falha, gerando um sentimento de estranhamento que impõe à mãe buscar em outro lugar aquilo que lhe escapa a essa compreensão. Neste movimento de não certeza a respeito do filho limita-se o gozo dos dois e se impõe, a ambos, o direcionamento do olhar para outro lugar.

Assim, a mãe pode ser considerada enquanto operadora de uma função, mas também de um funcionamento do corpo. Bergès e Balbo (1997) referem que esta operação da função e do funcionamento ocorre na dialética presença-ausência. A mãe, competente em encontrar no corpo do filho sua imagem especular, traduz, a partir das identificações nos atos do bebê as afirmações necessárias para produzir um sentido além daquilo que se apresenta como manifestação motora, transformando-o em gesto. O gesto, portanto, está do lado da linguagem que intervém antecipando um sujeito que de fato ainda não está ali, mas que se presentifica para a mãe em função da imagem especular a partir da qual ela identifica seu filho. Porém o que impede essa afirmação ser abusiva é a possibilidade de remeter a filiação desse bebê também a um outro, demandando certa ratificação em relação às hipóteses que teceu em relação ao comportamento do bebê. Há um envio, por parte da mãe, de uma pergunta que questiona o seu fazer e seu saber na relação com o filho. Nessa operação a mãe aparece, em um primeiro momento, como outro e Outro na relação com a criança. Este movimento é considerado pelos autores como um terceiro constrangimento que a mãe *impõe* ao bebê.

Há, ainda, um quarto constrangimento relacionado ao transitivismo materno em relação ao bebê. O transitivismo materno é uma forçagem de um sentimento que a mãe percebe no filho, mas que este ainda não decodificou. Refere-se à clássica cena de que, quando uma mãe percebe que seu filho vai cair, antecipa a dor suposta que seu filho sentirá. A mãe se sente afetada pela dor que supõe que seu filho sentiu, mesmo que seu filho, em um

primeiro momento, não tenha esboçado nenhuma reação dolorosa. Assim, *força* o filho a sentir uma dor que na verdade foi por ela sentida. Esse *golpe de força* permitiria o acesso ao simbólico por parte da criança, visto que a experiência suposta de dor no filho é manifestada pela mãe também pelas palavras de consolo que ao filho dirige (Bergès e Balbo, 2003, p. 11). Esta antecipação da mãe não é sem angústia, visto o suposto perigo no qual a criança se colocou sem o saber. O que geralmente retira essa mãe da angústia é a resposta do filho que se apropria dessa hipótese, ou o outro adulto que refere que a mãe exagerou na sua suposição. A angústia despertada na mãe pela identificação à dor do filho precisa encontrar uma parada que a mantenha no lugar de supor sobre o filho e não ter tantas certezas sobre ele.

A constituição do sujeito e a operação paterna na atualidade

Supomos que para que as operações maternas constituintes do sujeito sejam eficazes é necessário que sejam ratificadas e às vezes retificadas por alguém, que, em muitos momentos, constrange a mãe nas investidas no corpo do bebê limitando o gozo que isto pode lhe trazer. O que opera desde esse lugar é a função paterna, função de interdito em relação ao desejo incestuoso. No *Seminário 5*, Lacan (1957-58) refere que a função do pai é a de substituir o significante materno introduzido na simbolização. O pai colocado no lugar da mãe, como aquele que priva a mãe do objeto de seu desejo - o falo. Na privação o pai (imaginário) se faz preferir em lugar da mãe, o que acarreta a formação do ideal do eu. Assim, o pai se encontra em uma posição metafórica, na medida em que a mãe faz dele aquele que sanciona, por sua presença, a existência como tal do lugar da lei. Aquele que operará a função paterna tem a função de interdito em relação ao desejo incestuoso e ao gozo. Assim, operar a função materna sem a referência à paterna que se interpõe entre o corpo da mãe e do bebê suscita, na mãe, a tentação de fazer do corpo do filho o objeto que caiu quando da intervenção de sua castração. Assim, a função paterna tem a seu encargo deter um possível engolfamento materno e, ao mesmo tempo, permite o confronto com o vazio por apontar para a castração materna.

Até uns anos atrás, era difícil ver um pai que se encarregasse dos cuidados rotineiros com um bebê relacionados ao funcionamento do corpo. O pai se restringia, na maioria das famílias consideradas de classe média urbana, a operar uma função de interposição e ratificação daquela que operava preponderantemente, em um primeiro momento, na relação cotidiana com o bebê. Lebrun (2004) afirma que o pai apresentava uma assimetria entre as funções operando um contrapeso na relação com a mãe. Nesse sentido, o autor refere que o poder materno poderia ser entendido como essencialmente real e o paterno, como simbólico, impondo por isso uma assimetria

que permite à criança se retirar do lugar de falo materno. A autoridade do pai é transmitida como herança, o que implica a morte do pai e a ascensão de seu nome. Na transmissão hereditária do nome, a figura do pai é evocada, mas não necessariamente corporificada. Há um além que se institui na censura da satisfação plena entre a criança e sua mãe.

Atualmente, ao contrário, vemos pais cada vez mais presentes no cotidiano da criança fazendo questão de dividir com a mãe as tarefas que até então eram preponderantemente maternas. Como pensar, a partir do momento no qual passa a existir um imperativo social de que o pai venha a ocupar também esse lugar de operador da funcionalidade do corpo da criança? Quem passa a funcionar como aquele que limita a angústia e o gozo daquela que se ocupa da função materna? Muitas vezes, assistimos cenas nas quais o ponto de parada da angústia somente se dá a partir da intervenção de algum agente institucional.

A concepção de infância, assim como a da maternidade e paternidade, é uma invenção que foi se construindo ao longo dos tempos (Áries, 1981; Badinter, 1985). De uma total indiferença, a criança, atualmente ocupa um lugar predominante, muitas vezes organizativo da família e das instituições que dela se encarregam. Costa-Moura (2004) lembra que o Estatuto da criança e do adolescente (ECA) formaliza uma posição que estava sendo delineada – a concepção da criança como sujeito de direitos e, segundo Lebrun (2004), houve, desde o final de 1700, uma limitação progressiva do poder paterno chegando, aos dias atuais, à quase absorção do poder paterno substituído, gradativamente pela autoridade parental. Autoridade parental que é vigiada pelas instâncias institucionais que sabem o que uma criança precisa e dita comportamentos dos pais em relação à criança. Efeitos disso são percebidos nas falas de mães e pais de crianças muito pequenas quando chegam à consulta com algum profissional referindo não saber mais o que fazer com ela.

Campo social e cena familiar se constituem pelos efeitos que operam uma na outra. A função paterna passa a ser sancionada pela ordem social marcada pelos êxitos evocados pela ciência. Se a função paterna seria, para Lacan (1957-58) livrar o filho do paraíso do engodo de ser o falo materno, o que nos impõe atualmente como paradigma societário seria a possibilidade de tudo poder (Lebrun, 2004). O paradigma do consumo passa a cumprir o papel de “apagar essa irreduzível indisponibilidade e nos deixa crer numa possível plena satisfação” (Lebrun, 2004, p. 183).

A criança entraria na economia parental do consumo, como mais um objeto a ser adquirido? E o limite que a criança impõe aos pais quando estes se percebem destituídos de seu saber? Chemama (2004) sugere a tese de que a criança passou a ocupar um lugar de Outro não barrado (A), visto o surgimento das ditas *crianças*

terríveis ou a banalização das crianças ditas *sem limites* ou *agressivas*. Ele traz a questão da inversão do lugar de proteção (justificativa que sustenta o surgimento do ECA) pelos pedidos de adultos do não saber o que fazer com uma criança – “Será que a criança deve estar protegida ou será que devemos nos proteger dela? O que retoma totalmente a questão do sujeito em relação ao Outro – o que ele quer de mim?” (Chemama, 2004, p. 120). Lebrun (2004) refere que “o tirano é a figura abusiva do mestre” (p. 88).

Assistimos à queda do patriarcado. A família passa a se organizar por diferentes formas de *conjugo* (Laurent, 2007) em uma desvinculação completa do papel e das funções exercidas na família. A não existência de um modelo de relação entre os sexos coloca uma irreducibilidade revelada, segundo Laurent (2008) na desordem amorosa e familiar. Uma tentativa de solução para essas novas formas de se relacionar diz respeito à criação de direitos igualitários que fundamentem e tentem harmonizar essas relações o que, segundo o autor, desvela, cada vez mais, o irreducível do real frente ao outro sexo e, conseqüentemente, o pai da família conjugal não responde mais como uma função invariante nos sistemas familiares. Os efeitos cotidianos trazidos pela flexibilização dos lugares nos sistemas familiares se referem ao declínio da “dimensão trágica do pai... à multiplicação das formas da família conjugal” (Laurent, 2008, 13). O esvaziamento da função paterna faz com que os laços sociais sejam vivenciados em uma relação imaginária que, segundo Lebrun (2004) funcionaria como uma mãe que, apesar de remeter-se a um outro, não aceita verdadeiramente sua intervenção, promove a manutenção da onipotência infantil e impede o encontro com a imperfeição e os limites da realidade. As centenas de livros que prometem ensinar pais e mães a criarem e educarem filhos felizes e com sucesso, de alguma forma, tentam dar conta de que a hierarquização da família patriarcal se enfraqueceu. A promessa contida nesses textos, de alguma maneira, estende a promessa ilusória de manutenção do bebê ideal oriundo do narcisismo parental.

A criança de hoje...

Lajoungière (2010) sustenta a tese do surgimento de uma “nova criatura, *A-Criança*” (p.19) como um fantasma atual, herdeiro do tecnicismo oriundo dos saberes médicos, pedagógicos e psicológicos que sustenta a relação atual com a criança. Para o autor “*A-Criança*” é considerado um ser *natural* dotado de direitos especiais que devem, imperiosamente, ser satisfeitos. São estes direitos necessariamente satisfeitos que viraram parâmetros de deveres para com a criança? Deveres estes que são vigiados atentamente pelas entidades institucionais que impõem, a partir dos achados de suas pesquisas, padrões de comportamentos indispensáveis no trato com a criança. A partir

dessa concepção da "A-Criança", paira no ar uma suspeita de que algo não esteja sendo devido às crianças por parte daqueles que teoricamente, dela se encarregam. Paradoxalmente, esse excesso de zelo gera uma impossibilidade de intervenção e de transmissão de *marcas simbólicas* que provoca certo *infanticídio simbólico*. De alguma forma na noção de "A-Criança" é transmitido o paradigma atual de que as coisas humanas são naturais, geneticamente produzidas, sem as intervenções subjetivas necessárias para a produção de um sujeito com seus sofrimentos inerentes à condição humana.

Uma queixa dos pais que tem se mostrado frequente na clínica com crianças se refere ao entendimento, por parte deles, de que o sintoma da criança fere a imagem narcísica parental projetada nele. O pedido dos pais, quando da procura de atendimento, se circunscreve a uma restituição da adequação aos ideais sociais que a criança deveria cumprir, segundo as normativas tecnocientíficas. Os pais, em lugar de se perguntarem sobre o motivo do sintoma, pretendem que o analista restitua o narcisismo parental através da nova adequação da criança às demandas que deixou de responder (Flesler, 2008). Outra categoria de queixa que tem se intensificado refere-se a um pedido de que se ensine o que fazer com o filho, já que os pais não compreendem afinal o que a criança quer, visto que, a seus olhos, lhe dão tudo. É um misto de sensação de incompetência com perplexidade que parece ter relação com o filho do narcisismo, sua majestade o bebê, aquele que gozaria de todos e de tudo. O sintoma seria, por parte da criança, uma resistência a um imperativo de gozo que o levaria à morte?

É inegável que a configuração familiar mudou, mas também é inegável que a família, com seus participantes, continua como representante do Outro social, como aquela que transmite a cultura, que "preside os processos fundamentais do desenvolvimento psíquico" (Lacan, 1938, p. 13). Assim, somos convocados a escutar esses pais com suas queixas contemporâneas, atravessadas por amplas pesquisas na Internet ou mesmo questionamentos sobre nosso fazer em função do que ouviram em determinado programa televisivo. Somos convocados, parafraseando Lacan, a colocar uma barra que impeça que o jacaré feche a boca e engula os seus filhotes, mas nem tanto. Lajonquière (1999) refere que a multiplicidade de discursos que prometem uma criança perfeita – desde que os pais consigam se apropriar das técnicas oferecidas pela ciência – gera um movimento inibitório, pois seus erros no processo educativo implicam o fracasso do filho e, conseqüentemente, deles próprios. Assim, há uma demanda por parte dos pais de uma educação terceirizada, desde que não se constanja em demasia *sua majestade*.

Os profissionais que trabalham da educação infantil se queixam da imposição dos pais de que a escola se encarregue de todas as atividades que impliquem o cuidado do corpo (controle esfinteriano, alimentação e até dar banho na criança), mas, quando

há uma intervenção naquilo que os pais entendem como impeditivo da satisfação da criança, os pais se enfurecem e não permitem que o filho seja barrado em seu gozo. Lacan (1967), no discurso de encerramento das psicoses, comenta que toda formação humana se dirige a refrear o gozo. Como pensar a encarnação desta função nas configurações atuais da parentalidade, já que os adultos que cuidam da criança tentam se furtar dessa função? Será que é a ciência e seus saberes comprovados que passam a ocupar o lugar de interditor? Já não podemos afirmar que é o pai quem encarna a função paterna e a mãe, a função materna. Estas funções se multiplicam e se diluem nos diferentes personagens que fazem parte do cotidiano da criança. Talvez possamos pensar que os sintomas preponderantemente motores apresentados por elas digam respeito a uma dificuldade de situar em algum personagem definido aquele que barre seu gozo e permita a transformação em demanda vinculada a um prazer compartilhado por seu grupo societário (Forget, 2010). Assim como os adultos não podem parar ao risco do completo fracasso, a criança não pode parar ao risco de passar a funcionar como objeto que encarna os ideais infantis dos pais?

Referências bibliográficas:

- ÁRIES, Philippe (1981). **História Social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara.
- BADINTER, Elisabeth (1985). **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- BERGÈS, Jean (2005). A díade, isto não existe, in BERGÈS, Jean. **O corpo na neurologia e na psicanálise, Lições clínicas de um psicanalista de crianças**. Porto Alegre: CMC, p. 163-183.
- BERGÈS, Jean; BALBO, Gabriel (1997). **A criança e a Psicanálise, novas perspectivas**. Porto Alegre: Artes Médicas.
- BERGÈS, Jean e BALBO, Gabriel (2002). **Jogo de posições da mãe e da criança, ensaio sobre o transitivismo**. Porto Alegre: CMC.
- CHEMAMA, Roland (2004). Uma herança constrata, in ROCHA, Antonio (Diretor). **A clínica psicanalítica e as novas formas do gozo**. Rio de Janeiro: Tempo Freudiano Associação Psicanalítica, p. 71-88.
- COSTA-MOURA, Fernanda (2004). A demanda em extensão na psicanálise com crianças, in **A clínica psicanalítica e as novas formas do gozo**. Rio de Janeiro: Tempo Freudiano Associação Psicanalítica, p. 111-122.
- CHEMAMA, Roland & VANDERMERSCH, Bernard (2007). **Dicionário de psicanálise**. São Leopoldo: UNISINOS.
- FLESLER, Alba (2008). El niño, el analista y las entrevistas preliminares. Porque recibir a los padres? **Actualidad Psicológica**. Buenos Aires: Letra Viva, n. 361, p. 19-22.

FORGET, Jean-Marie (2010). Os superdotados têm ainda pai e mãe?, in BERGÈS-BOUNES, Marika e Calmettes-Jean, Sandrine (Orgs.). **A cultura dos superdotados?** Porto Alegre: CMC, p. 76-83.

LACAN, Jacques (1967). Discurso de clausura de las jornadas sobre psicosis infantil, in **Psicosis Infantil**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1971, p. 150-161.

LACAN, Jacques (1938). Os complexos familiares na formação do indivíduo, ensaio de análise de uma função psicológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

LACAN, Jacques (1957-58). **O seminário, livro 5: as formações do inconsciente**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

LAJONQUIÈRE, Leandro (1999). **Infância e ilusão (psico)pedagógica, escritos de psicanálise e educação**. Petrópolis (RJ): Vozes.

LAJONQUIÈRE, Leandro (2010). **Figuras do infantil, a psicanálise na vida cotidiana com as crianças**. Petrópolis (RJ): Vozes.

LAURENT, Éric (2007). Las nuevas inscripciones del sufrimiento en el niño, in GOLDBERG, Susana e STOISA, Etel (Comp.). **Psicoanálisis con niños y adolescentes: lo que aporta la enseñanza de J. Lacan**. Buenos Aires: Grama, p. 37-48.

LAURENT, Eric (2008). Século XXI: não relação globalizada e igualdade dos termos, in **Ciendigital** - Instituto de Psicanálise e Saúde Mental de Minas Gerais, n.4, julho 2008. Retirado em 23/11/2011 da [http://www.institutopsicanalise-mg.com.br/psicanalise/Cien/pdf/CIEN-Digital%204%20\(final\).pdf](http://www.institutopsicanalise-mg.com.br/psicanalise/Cien/pdf/CIEN-Digital%204%20(final).pdf).

LEBRUN, Jean-Pierre (2004). **Um mundo sem limite: ensaio para uma clínica psicanalítica do social**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.

PENOT, Marie Cristine. (1991). Do fracasso da instauração da imagem do corpo ao fracasso da instauração do circuito pulsional: quando a alienação faz falta, in M. PENOT (Org.) **O que a clínica do autismo pode ensinar aos psicanalistas**. Coleção Psicanálise da Criança, Salvador: Ágalma, p. 31-48.

Resumos

Some questions about the parental functions in current days

The authors intend to discuss in this article the possible changes in the operation of the maternal and paternal functions by the current changes in family structures and their possible implications in the processes of subjective constitution. To accomplish this goal, they begin by a brief overview about the paths of this constitution, from Lacanian authors. Subsequently they question, in light of the theory of the constitution of the subject, the possible effects brought up by the transformations occurring in the roles traditionally exercised by the mother and father. The conception of childhood is considered from the constitutive effects of exercise parental nowadays.

Keywords: psychoanalysis, childhood, parental duties, motherhood and fatherhood.

L'enfant, ses parents et quelques interrogations sur les fonctions parentales dans l'actualité

Les auteurs ont l'intention de discuter dans cet article les changements éventuels dans le fonctionnement des fonctions maternelle et paternelle par les changements actuels dans les structures familiales et leurs implications possibles dans les processus de constitution subjective. Pour ce faire, ils commencent par un bref aperçu sur les moyens de cette constitution, par des auteurs lacaniens. Par la suite remis en question, à la lumière de la théorie de la constitution du sujet, les effets possibles des transformations qui se sont produites dans les rôles traditionnellement exercés par la mère et le père. La conception de l'enfance est considérée depuis les effets constitutifs de l'exercice parental d'aujourd'hui.

Mots-clés: psychanalyse, l'enfance, les responsabilités parentales, de maternité et de paternité.

Citação/Citation: FERRARI, A.G; SILVA, M. da R.; DONELLI, T.S. A criança e seus pais: alguns interrogantes sobre as funções parentais na atualidade. *Revista aSEPHallus*, Rio de Janeiro, vol. VII, n. 14, mai. a out. 2012. Disponível em www.isepol.com/asephallus

Editor do artigo: Tania Coelho dos Santos.

Recebido/Received: 13/05/2012 / 05/13/2012.

Aceito/Accepted: 24/06/2013 / 06/24/2012.

Copyright: © 2012 Associação Núcleo Sephora de Pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo. Este é um artigo de livre acesso, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte sejam citados/This is an open-access article, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the author and source are credited.

Práticas psicanalíticas de regulação em urgências subjetivas no hospital

Patrícia Matos Rodrigues

Psicanalista

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, Brasil)

Membro Adjunto do ISEPOL - Instituto Sephora de Ensino e Pesquisa de Orientação Lacaniana (Rio de Janeiro, Brasil)

E-mail: patmattos@hotmail.com

Resumo

A urgência subjetiva é uma experiência de angústia extrema que impele o sujeito a passar ao ato em situações de grave crise existencial. O sofrimento psíquico emergencial eclode como puro ato e ao analista cabe resignificar esses momentos com a escuta, a palavra e o convite para a continuidade do tratamento. Este artigo consiste na apresentação de um caso clínico acompanhado pela analista em uma instituição psiquiátrica. Trata-se de um sujeito neurótico obsessivo grave que se identifica como alcoolista e que, após um ato que colocou em risco sua própria vida, pôde renomear seu sintoma, promovendo, assim, uma abertura do inconsciente. A intervenção de um analista na instituição psiquiátrica pode produzir efeitos de regulação do excesso pulsional, reinserindo o sujeito no campo da fala e lhe restituindo sua relação com o inconsciente.

Palavras-chave: psicanálise, sintoma, gozo, urgência subjetiva

O presente artigo visa apresentar a urgência subjetiva no trabalho da instituição psiquiátrica a partir da análise de um caso clínico e também busca desenvolver os questionamentos acerca do lugar do psicanalista nesse contexto da saúde mental.

De forma geral, vivemos em tempos de urgência e ela se apresenta, no universo psiquiátrico, cada vez mais sob a roupagem de diagnósticos como o pânico, as compulsões e as adições. Na clínica psiquiátrica, a urgência é uma experiência de angústia extrema que impele o sujeito a passar ao ato em situações de grave crise existencial. Nestas passagens, há uma supressão das palavras e o sujeito age, muitas vezes colocando em risco a sua própria vida e a de outras pessoas. Estas experiências fazem parte, em especial, do cotidiano da psiquiatria no qual há casos graves de sofrimento psíquico, descritos em quadros de desestabilização de psicoses e excessos pulsionais nas crises neuróticas.

No momento das manifestações da urgência há um encontro com algo insuportável para o sujeito que frequentemente se apresenta através de um ímpeto de violência. Essa irrupção tem efeitos não só no sujeito que atua, mas também em todos que mantém com ele um laço e na própria instituição que o trata ou o acolhe. Quando, então, essas urgências e emergências psiquiátricas triviais podem ser nomeadas de urgências subjetivas? Qual é o lugar do psicanalista diante das urgências subjetivas na instituição psiquiátrica?

Objetivamos, a partir dessas questões, situar e ressaltar ainda que há uma distância entre a queixa inicialmente apresentada pelo sujeito (ou por seus familiares ou técnicos e médicos da saúde mental) e o surgimento de uma questão singular analítica. Entendemos que o sofrimento psíquico emergencial eclode como puro ato e ao analista cabe resignificar esses momentos com a escuta, a palavra e o convite para a continuidade do tratamento, instituindo, assim, a subjetividade.

Em "O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada" (1945, p.197), Lacan esclarece que o tratamento do sujeito através do discurso analítico ocorre através de um tempo, que não é cronológico, mas sim lógico. Ou seja, Lacan entende que o tempo tem três importantes dimensões: o instante do olhar, o tempo para compreender e o momento de concluir. Sendo assim, "nos termos de Lacan, poderíamos dizer que a urgência é uma das manifestações da anulação do tempo de compreender" (Barros, 2008, p. 50). Em outras palavras, o surgimento do ato ocorre quando há um dano decorrente da ruptura entre o instante de ver e o tempo de compreender.

Desse modo, diante desse rompimento, a instituição psiquiátrica pode apresentar dispositivos de práticas psicanalíticas para que o sujeito seja acolhido em seu sofrimento psíquico. O psicanalista nesta instituição precisa apostar na dimensão subjetiva do ato aparentemente selvagem, ou seja, se interessar pelo que este ato tem de gozo ou de apelo ao Outro. Assim, cabe ao analista interpretar o ato de seu paciente buscando, então, a compreensão singular da ação.

Para melhor ilustrar esse manejo e o papel do analista frente às práticas psicanalíticas de regulação em urgências subjetivas no hospital, nosso trabalho consiste ainda na apresentação de um fragmento de caso clínico acompanhado pela analista em uma clínica de tratamento psiquiátrico. Trata-se de um sujeito neurótico obsessivo grave que se identifica como alcoolista e que, após um ato que colocou em risco sua própria vida, a da mulher e do filho, pôde renomear seu sintoma, promovendo, assim, uma abertura do inconsciente.

Passamos, a seguir, para a apresentação do caso clínico.

“Meu ponto fraco é a bebida... Não deveria ser uma mulher?”

X. é um paciente de 50 anos que se nomeia alcoolista, é participante do grupo de mútua ajuda Alcoólicos Anônimos e se trata na psiquiatria há dezessete anos. Outro dado relevante é que este homem foi aposentado por invalidez devido ao quadro de alcoolismo. Atualmente, ele participa das atividades do hospital dia da clínica psiquiátrica e relata vários momentos de recaída durante esses anos de tratamento. Um desses momentos de recaída é o que será recortado neste artigo porque já contava com a presença da analista como profissional de referência do caso na instituição.

X. se embebeda em uma noite e a esposa procura a clínica, através do médico psiquiatra, para dizer de seu ato. Depois, à analista, aos berros no telefone, ela diz que “ele não tem jeito, que não dá para acreditar mais nele”, porém quer que ele fique em casa aquela noite e diz que se apresentariam para as consultas no dia seguinte.

A analista, ao chegar à instituição no dia seguinte, ouve o seguinte relato da equipe de enfermagem: o paciente chegou com a esposa para a consulta médica, mas já se apresentava alcoolizado, a esposa em pânico dizia que ele havia bebido no momento em que o deixou sozinho para fazer compras e que, após isso, ele veio para a clínica com ela e o filho e dirigindo perigosamente. Em consulta médica, a esposa e ele concordam com a internação dele naquele momento como um cuidado emergencial. Ela se vai com o filho e ele fica na clínica. No entanto, ele pede para a enfermeira a chave de seu carro, alegando precisar de um documento que lá estava. Esta, em sua primeira semana de trabalho na clínica, inadvertidamente, lhe passa a chave do carro e ele, que em outras circunstâncias, entra e sai livremente da clínica, pega seu carro, passa pelo portão e sai.

A cena está montada, com o personagem principal que não atende as ligações da equipe e da família, deixando todos apreensivos com o desfecho desse ato. Finalmente, à meia noite, tal qual os grandes boêmios, ele reaparece em casa, liga para a clínica e pede que um profissional o busque para efetivar a sua internação. Outro psicanalista da clínica, juntamente com um técnico de enfermagem, se dispõe a buscá-lo em casa e ele passa alguns dias na instituição. Nesse momento, os atendimentos podem ser retomados, propiciando a interpretação de seu ato e uma abertura do inconsciente que objetiva a regulação do gozo pulsional excessivo.

X. inicia a fala, após o episódio, dizendo que desde adolescente se sente um “fraco” e passa a falar de sua “fragilidade” como justificativa para seus “porres”. Tenta justificar que bebe porque não consegue dizer “não” às pessoas e se impor de forma viril. A analista, então, pôde situar para ele: “o seu ponto fraco é a bebida”. Ele passa a falar

do desânimo com o casamento e da relação insatisfatória com a esposa. Ao final, confessa que dirá a ela que tudo o que ela faz vai levá-lo a não ter outra opção a não ser se separar dela. A analista então novamente interpreta: "Se separar dela por quê? Você quer se casar de vez com o álcool?".

Essa última intervenção faz um reviramento no discurso do paciente e este fica visivelmente constrangido com a pergunta. Passa a dizer sobre seu fracasso também no primeiro casamento, sobre sua dificuldade em se responsabilizar por suas escolhas, assim como de se apresentar de forma viril desde a adolescência e coloca a "bebida" como uma verdadeira "amante" em sua história com as mulheres.

Certamente, esse foi somente o primeiro passo para o início da entrada de uma questão analítica para o paciente: "meu ponto fraco é a bebida... não deveria ser uma mulher?".

O lugar do psicanalista diante das urgências subjetivas na instituição psiquiátrica

A partir das articulações iniciais e da apresentação do fragmento do caso clínico, podemos analisar como a intervenção de um analista na instituição psiquiátrica pode produzir efeitos de regulação do excesso pulsional, reinserindo o sujeito no campo da fala e restituindo sua relação com o inconsciente.

No caso de X., a analista trabalhou para deslocar o discurso do paciente frente ao seu gozo na relação com o álcool. X. tenta convencer a analista de que seu problema é a mulher, com falas tais como: "se eu te colocar no bolso e você passar um dia comigo lá em casa, você vai dizer: X., vai beber!". A condução clínica, nesse caso, passa a focar na regulação desse gozo pulsional e visa retornar ao paciente suas responsabilidades frente a seu modo de gozo.

Freud, em "Recordar, repetir e rememorar", apresenta os atos que parecem resistir à interpretação e ele os nomeia de *acting out*. Segundo ele, "[...] o paciente não recorda coisa alguma do que esqueceu e [recalçou], mas expressa-o pela atuação ou atua-*o* (*acts it out*). Ele o reproduz não como lembrança, mas como ação; repete-o, sem, naturalmente, saber o que está repetindo" (Freud, 1914, p. 196). O autor teoriza ainda que quanto maior é a resistência ao tratamento mais extensa é a atuação do paciente. Ele elabora também que devemos nos perguntar sobre o que o paciente repete em suas atuações. E ele esclarece que repete-se, além de suas inibições, das atitudes inúteis e de traços patológicos de caráter, os seus sintomas.

Sobre a posição do analista diante dessas dificuldades, Freud, durante esse artigo sobre a técnica da psicanálise, nos indica alguns pontos interessantes de condução do trabalho. Primeiramente, ele apresenta a ideia de que o paciente se defende contra o progresso do tratamento com um arsenal de armas, sendo que cabe ao analista arrancar cada uma delas (Freud, 1914, p. 198). Aponta ainda a importância do manejo da transferência na elaboração das resistências por parte do paciente. "Esta elaboração das resistências pode, na prática, revelar-se uma tarefa árdua para o sujeito em análise e uma prova de paciência para o analista. Todavia, trata-se da parte do trabalho que efetua as maiores mudanças no paciente e que distingue o tratamento analítico de qualquer tipo de tratamento por sugestão" (1914, p. 202-203).

Com Freud, entendemos que o sintoma pretende ser uma resposta frente à angústia. No caso de X., de forma temporária, essa angústia se apresentou como não velada por um sintoma e a saída para a angústia ocorre através desse ato de evasão. Ainda que o paciente tenha colocado em risco sua própria vida e se aproximado de uma saída definitiva (como em uma passagem ao ato), este ato foi tomado como uma demanda de ajuda velada e endereçada à analista.

O paciente X., apresentado no fragmento clínico, realiza um *acting out* que pôde ser posteriormente acolhido pela analista. Esse ato indicou que algo escapou à possibilidade de associação e interpretação. O que restou como resposta do sujeito foi a fuga e a evasão frente a não cifração do sintoma. "A atuação precipita o sujeito fora da 'cena analítica' lá onde não se trata de saber e sim de viver" (Coelho dos Santos, 2001, p.4).

Lacan retoma a noção freudiana de *acting out* e traz uma dimensão importante para articular as questões apresentadas nesse trabalho sobre o lugar do analista frente à exigência pulsional ou ao gozo irreduzível ao desejo. A posição do analista diante desses pontos é o que poderá reorientar casos, como este apresentado acima, e pensar a regulação em urgências subjetivas. Em um primeiro momento da clínica lacaniana, há uma primazia do simbólico e, assim, o *acting out* apresenta essa relação na qual o sujeito demite o analista de sua função simbólica.

Atos situados fora da cadeia associativa e significativa perdem o caráter metafórico e demandam uma reorientação para que se instalem novamente no processo analítico e convoquem o analista a retomar a dimensão do sintoma para o sujeito. Além disso, Lacan apresenta a relação entre a angústia e o *acting out*.

De acordo com ele, o *acting out* tem um caráter de evitação da angústia. Ele ressalta que a angústia é um modo de comunicação absoluto entre o sujeito e o Outro, sendo que o *acting out* pode revelar aquilo que o sujeito não consegue expressar em palavras

(Lacan, 1962-63, p. 130). No caso de X., analisamos que houve por parte do paciente uma demanda que funcionou como uma convocação à analista. Segundo Lacan, esses atos têm o caráter de um apelo ao Outro e clamam pela interpretação (2005, p.140).

“Podemos comparar a estrutura do *acting-out* com a do sintoma extraindo a seguinte articulação. Embora ambos tenham estrutura de ficção, num o sujeito está representado metaforicamente e no outro o sujeito confunde-se com um objeto metonímico. O sintoma é metáfora. O *acting-out* não tem estrutura de metáfora, a verdade aí está desligada da substituição significante. Podemos dizer assim, é um objeto à deriva, uma verdade sem amarração. O *acting-out* tem relação com que da verdade é não-todo. E o que pode ser não todo verdade senão o gozo?” (Coelho dos Santos, 2001, p. 8).

Propomos ainda que é importante situar, com Lacan, em seu *Seminário 10: a angústia*, que ocorre, nesses casos, uma relação de transferência selvagem:

“Resulta daí que uma das questões formuladas acerca da organização da transferência – refiro com isso a sua *Handlung*, seu manejo – é saber como se pode domesticar a transferência selvagem, como fazer o elefante selvagem entrar no cercado, como pôr o cavalo na roda para fazê-lo girar no carrossel” (Lacan, 1962-63, p. 140).

Ele esclarece que esse questionamento nos resitua para agir frente a um ato fora da interpretação. O autor também nos apresenta a dimensão da responsabilidade do analista no que tange ao seu lugar frente aos atos. “Afim, ele tem a responsabilidade que cabe ao lugar que concordou em ocupar” (Lacan, 1962-63, p. 142). Portanto, esses atos dirigem-se “[...] ao Outro, e, quando se está em análise, dirige-se ao analista. Se ele ocupou esse lugar, pior para ele” (Lacan, 1962-63, p. 142).

Por fim, Lacan reforça essa dimensão de “se mostrar” que caracteriza o *acting out*, pois, para o autor, “[...] o sujeito sabe muito bem o que faz no *acting out*: este é para se oferecer à interpretação de vocês. Mas aí é que está: não é o sentido do que vocês interpretam, seja ele qual for, que importa, e sim o resto” (1962-63, p. 141). Em outro momento, Lacan igualmente formulou que a natureza do *acting out* é visível.

“O *acting out* é, em essência, a mostraçã, a mostragem, velada, sem dúvida, mas não velada em si. Ela só é velada para nós, como sujeito do *acting out*, na medida em que isso fala, na medida em que poderia ser verdade. Ao contrário, ela é, antes, visível ao máximo, e é justamente por isso que, num certo registro, é invisível, mostrando sua causa. O essencial

do que é mostrado é esse resto, é sua queda, é o que sobra nessa história” (Lacan, 2005, 139).

Coelho dos Santos (2001) define também que

“[...] o *acting out* é uma saída à maneira de um contorno. Trata-se de uma dejeção do campo da fala, pois ‘o objeto’ se mostra. A ênfase é demonstrativa, orientada para o Outro e, portanto, não requer interpretação. O *acting out* é já, em si mesmo, uma interpretação do desejo” (Coelho dos Santos, 2001, p. 1).

Assim, para concluir nosso trabalho a respeito da urgência subjetiva na clínica psiquiátrica, podemos afirmar que no fragmento do caso apresentado, o *acting out* foi acolhido como um ato que foi endereçado à analista e que pôde posteriormente ser trabalhado junto ao paciente para se chegar até a relação com o gozo singular do sujeito através de uma questão verdadeiramente analítica.

No encontro do sujeito com algo insuportável de ser colocado em palavras, coube à analista retomar o convite para a fala e apostar no endereçamento desse ato como forma de se alcançar o tempo de compreender e propiciar o desenrolar do tratamento psicanalítico.

Nota

1. Este trabalho está integrado à pesquisa de doutorado desenvolvida junto ao Programa de pós-graduação em teoria psicanalítica da UFRJ, sob orientação da profa. Dra. Tania Coelho dos Santos, com incentivo da CAPES.

Referências bibliográficas

- BARROS, Romildo do Rêgo (2008). A urgência subjetiva, in **Urgência sem emergência?** Rio de Janeiro: Subversos, p. 49 – 69.
- COELHO DOS SANTOS, Tania (2001). *Acting out*: o objeto causa do desejo na sessão analítica, in **Opção Lacaniana**, São Paulo: Eólia, v. 30, p. 42-49.
- FREUD, Sigmund (1914). Recordar, repetir e elaborar, in **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de S. Freud**. 1. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1969, p. 190 – 203.
- LACAN, Jacques. (1962-63) Passagem ao ato e acting out, in **O Seminário, livro 10: a angústia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005, p. 128 – 145.
- LACAN, J. (1945) O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998, p. 197 – 213.

Resumos**Psychoanalytic regulation procedures for subjective emergencies during inpatient care**

The subjective urgency is an experience of extreme anxiety that drives the subject to pass to the act in situations of severe existential crisis. The psychological distress of the emergency breaks out as pure act, and it is up to the analyst reframe these moments by listening to the word and the inviting the subject to continue the treatment. This article is the presentation of a clinical case by the analyst in a psychiatric institution. This is a serious obsessive neurotic subject who identifies himself as an alcoholic and that after an act that endangered his own life, could rename his symptom, thus promoting an opening of the unconscious. The intervention of an analyst in the psychiatric institution can produce the effect of regulating the excessive drive, reinserting the subject in the field of speech and you restoring its relationship with the unconscious.

Keywords: psychoanalysis, symptom, enjoyment, subjective urgency.

Pratiques psychanalytiques de regulation dans les urgences subjectives à l'hôpital

L'urgence subjective est une expérience d'anxiété extrême qui conduit le sujet à passer à l'acte dans des situations de grave crise existentielle. La détresse psychologique de l'urgence éclate comme acte pur, et il appartient à l'analyste de recadrer ces moments en écoutant la parole et en invitant le patient à continuer le traitement. Cet article est la présentation d'un cas clinique par l'analyste dans une institution psychiatrique. C'est un sujet grave névrosé obsessionnel qui s'identifie comme un alcoolique et que, après un acte mettant en danger sa propre vie, a pu renommer son symptôme, favorisant ainsi une ouverture de l'inconscient. L'intervention d'un analyste dans l'institution psychiatrique peut produire l'effets de réguler l'excès de pulsion de réinsérer le sujet dans le champ de la parole et de lui restaurer sa relation avec l'inconscient.

Mots-clés: psychanalyse, symptôme, la jouissance, l'urgence subjective.

Citação/Citation: RODRIGUES, P.M. Práticas psicanalíticas de regulação em urgências subjetivas no hospital. *Revista aSEPHallus*, Rio de Janeiro, vol. VII, n. 14, mai. a out. 2012. Disponível em www.isepol.com/asephallus

Editor do artigo: Tania Coelho dos Santos.

Recebido/Received: 21/03/2012 / 03/21/2012.

Aceito/Accepted: 18/04/2012 / 04/18/2012.

Copyright: © 2012 Associação Núcleo Sephora de Pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo. Este é um artigo de livre acesso, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte sejam citados/This is an open-access article, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the author and source are credited.

O traumático na infância e a passagem adolescente: cenas de uma infração¹

Aline Guimarães Bemfica

Psicóloga, psicanalista
Mestrado em letras/ UFMG (Minas Gerais, Brasil)
Doutoranda em Teoria Psicanalítica/UFRJ – Bolsista da Capes
E-mail: alinegbem@yahoo.com.br

Andréa Máris Campos Guerra

Psicanalista
Doutora em Teoria Psicanalítica / UFRJ (Rio de Janeiro, Brasil), com Études Approfondés em
Rennes II (Paris, França)
Professora do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMG
(Minas Gerais, Brasil)
E-mail: aguerra@uai.com.br

Resumo

A partir de um caso clínico de adolescente em cumprimento de medida privativa de liberdade em função de ato infracional cometido, propomos discutir a incidência do infantil e do traumático na construção adolescente, face ao encontro com o real da puberdade. Partimos da teoria psicanalítica e das referências ao trauma, ao complexo de Édipo e ao embaraço do não se saber fazer com o real sexual nesse tempo lógico da passagem adolescente. Verificamos, a partir da discussão clínica do caso, como a posição subjetiva do adolescente pôde ser balizada pelo trabalho psicanalítico, o que lhe possibilitou outra inscrição no campo do Outro, ressignificando suas experiências infantis. Assim, reordena sua posição desejante, através da dialetização de seu lugar de objeto no circuito pulsional.

Palavras-chave: psicanálise, adolescência, trauma, complexo de Édipo, infração.

Introdução

O trabalho da adolescência é também o tempo de atualização do infantil, incluindo-se, aí, a pergunta sobre o desejo do Outro, a escolha de objeto, a reedição edipiana. E a infância reveste o infantil, dá a ela seu colorido. A infância, nesse sentido, pode ser lida como a ficção construída por cada um face ao infantil.

Ao iniciar o tratamento² com a analista, o adolescente em questão diz que não sabe nada da sua infância. Ele localiza um tempo sem passagem, instantâneo, imagético, mas que produz uma ruptura, localizada por ele no dito “deixei de ser criança”, marcando - em uma cena - o fim da infância. Os elementos da cena que se apresenta como traumática inclui o encontro com um grupo rival, tiros, o corpo do primo no chão, a correria, a ambulância, a polícia, a família. Ele diz: “não podia fazer nada, eram mais e mais fortes que eu”. Nesse contexto, apresenta-se a citação da tia que ressoa: “sua mãe tem você para dar presente no aniversário. Eu agora não tenho mais meu filho”. O que lhe veio à cabeça como resposta e determinação: “queria que o outro visse o que ele viu”.

Ele, devoto da mãe, vai construindo o que sabe dizer de sua infância, traz aspectos do infantil. O pai, em um certo exílio, ia e vinha. Aparecia, desaparecia. A mãe: “mãe é mãe”.

Que Outro a transferência instala?

Em seu primeiro encontro com a analista, o jovem diz que veio para o serviço de psicologia porque se interessa pela faculdade, pelos médicos, e que estas são as pessoas que curam, que salvam, que ofertam remédios. Diz também que veio porque o escolheram. A analista acolhe o adolescente. Diz que não sabia que ele havia sido escolhido e que entendia que havia sido feito um convite aos adolescentes, face ao qual eles poderiam vir - ou não - para participar dos atendimentos oferecidos pelo serviço de psicologia da Universidade. O adolescente diz que optou por vir, pois, “queria estar fora da instituição”, “queria sair da vida de ilusão que é o tráfico”, e a proposta era condizente com ele que vinha “adotando um bom comportamento porque, assim, sairia mais rápido da internação”.

Nesse amontoado de falas prontas, a analista demarca o espaço clínico para além do cumprimento da medida socioeducativa. Intervenção essa que teve como proposta fazer vacilar o discurso desse jovem direcionado “para o Outro da Justiça”, ofertando, assim, um espaço diferenciado.

O que traumatiza, fixa

O adolescente utiliza o significante “privado” ao se referir à sua escolha pelo crime na ocasião de seus nove anos de idade: “sempre estive privado”. Vingança? Afirma que decidiu pelo crime para vingar a morte do primo. Mas, acrescenta: “entrei no crime para que o outro visse o que eu vi”. Seu tempo de criança acabou aos nove anos, quando seu primo, não envolvido com o tráfico, foi morto por alguns traficantes do bairro no contexto da “guerra”. Quando o primo foi assassinado, ele estava junto. Eram muito amigos. Na ocasião, correu. Ao retornar, encontrou o primo deitado no chão. A analista pergunta se havia algo que ele poderia ter feito. Ele diz: “Não havia o que fazer. Eram mais e mais fortes do que eu.” Foi chegando gente, família, polícia, ambulância. A tia falou: “sua mãe tem você para dar presente, eu não tenho mais meu filho”.

Em uma primeira leitura, ficamos inclinados a pensar que a frase “eu queria que o outro visse o que eu vi” e a sua escolha forçada pelo crime vem como uma resposta direta (sem elaboração) ao aparecimento/desaparecimento radical do primo. Diante do impossível de nomear que a morte de seu primo encerra, a trajetória infracional deste jovem apresenta-se como resposta privilegiada. Uma resposta antecipada diante do impossível de suportar. O desamparo e o posicionamento deste adolescente (assumido perante o Outro) apresenta os efeitos do traumático quando a simbolização não é possível. Onde falta a simbolização, o mandato do Outro pode se apresentar como dívida a ser sanada, destino a ser seguido.

Foi em relação ao campo do Outro, aos objetos que aparecem e desaparecem e às referências construídas para nos havermos com o desamparo, que Freud apresentou o famoso jogo do *Fort-da*, conhecido também como a brincadeira do aparecimento-desaparecimento. Esta atividade lúdica é relacionada com uma grande aquisição cultural da criança exatamente por ser uma atividade que permite a partida do outro. Essa tentativa de elaboração realizada pela criança é articulada por Freud à dimensão do traumático. O tratamento do traumático, que insiste na repetição, é dado pela atividade lúdica, possibilitando alguma simbolização:

“[...] ao passar da passividade vivida naquela experiência para a atividade da brincadeira, a criança inflige a um companheiro de brincadeira todo o evento desagradável que aconteceu com ela mesma, e assim se vinga da pessoa que está fazendo o papel do substituto” (Freud, 1920, p. 143).

Numa segunda leitura da referida cena, que ganha valor traumático de fixação do gozo, podemos nos perguntar se, em sua fala, ele aparece como aquele que priva a tia do primo e/ou, ao mesmo tempo, como aquele que é “privado” (do primo)? Ou ainda,

nos perguntamos, se a cena não retorna regressiva e especularmente para ele, fazendo dele o morto, o privado da vida. Nesse sentido, o enunciado “vingar a morte do primo” retorna especularmente sobre ele, como resposta invertida ao desejo do Outro, já que a vingança recai sobre ele mesmo.

Assim, levantamos a hipótese acerca do destino do infantil para essa criança: a dimensão pulsional parece ter ganhado um enquadre, fixando-se na cena do crime através desse significante “privado”. Temos, assim, alguns elementos discursivos que formam a sua construção-representação sobre o que o impulsiona e que define, para ele, uma certa causalidade de sua “resposta criminógena”: entrar no tráfico para vingar a morte do primo é o discurso pronto que se sobrepõe ao jogo de vivo-morto que acaba por privá-lo de outras soluções.

Por sua vez, a presença do significante “privado” vem apontar o equívoco do sentido representativo na medida em que cinge, enquadra, amarra a sua resposta subjetiva. Esse significante e o enquadre pulsional aí demarcados podem ser verificados no contexto de outra cena: o primo que aparecia e desaparecia entrando e saindo do armário, o pai que ia e vinha. De forma traumática, a cena parece agenciar, na resposta, um tratamento do real do pai, sua dimensão inefável, impossível de ser simbolizada no Édipo, que a adolescência retoma como resto da infância³ a ser tratado. Na medida em que a cena vivenciada por este adolescente o leva uma resposta-repetição e a uma decisão, nos perguntamos: o que aí insiste?

“Não há dúvida de que uma etiologia do tipo traumática oferece, de longe, o campo mais favorável para a análise. Somente quando um caso é predominantemente traumático é que a análise alcançará sucesso em realizar aquilo que é tão superlativamente capaz de fazer, apenas então ela conseguirá [...] substituir uma solução correta à decisão inadequada tomada em sua vida primitiva” (Freud, 1937, p. 236).

Nessa citação interessa-nos especialmente a expressão “decisão inadequada”, assinalada por Freud a partir da perspectiva da substituição realizada pelo paciente: a solução correta no lugar da decisão inadequada que o traumático precipita. Essa citação de Freud poderia nos conduzir a pensar que haveria uma ortopedia social com o tratamento psicanalítico. Entretanto, entendemos que o psicanalista, nessa afirmação, abre outra via: a que assinala a possibilidade do sujeito reorientar seu ponto de gozo, demarcado pela opacidade do traumático, fazendo barreira ao gozo, a partir da resposta desejante que pode circunscrever uma outra trajetória pulsional, outra forma de obter satisfação – nesse caso, sem o risco de morte. Isso porque o trabalho de reedição do traumático pode sofrer por parte do analisante uma releitura, possibilitada por um contorno simbólico. Dessa feita, verificamos que, como Freud

prevê, um fato real adquire uma dimensão traumática não por sua força ou violência, mas pela impossibilidade de uma transcrição psíquica.

Ora, o adolescente relata um processo de encerramento radical e peremptório, drástico, da infância, cujos traços ele sequer se relembra. Aos moldes daquilo que arrasa e não deixa traço atrás de si parece-nos haver aqui uma ruptura sem escrita, uma experiência traumática. Vejamos, agora em um segundo momento, como o caso pode nos auxiliar novamente a pensar o traumático.

Em Freud, podemos localizar o traumático a partir da referência ao sexual e seu correlato indizível. O real pode ser articulado como o sexual na medida em que porta o sem sentido, o excedente ao campo da significação, sendo, portanto, referente ao que não se presta à representação. Na obra freudiana o conceito de trauma ou traumático vai sofrendo variadas modificações. Mas, podemos verificar que o indizível e o intratável possibilitam ler os nomes do traumático em Freud, referido à sexualidade, à morte e à castração.

Freud irá dedicar (1915) muitas considerações acerca de "nossa atitude para com a morte". A morte é um dos nomes do traumático na medida em que não pode ser representada no inconsciente (a morte de si), em que está contida na gama dos desejos inconscientes (a morte do outro) e que exige manobras psíquicas cujo objetivo é dar um contorno a isso que resta insondável. Dessa feita, Freud adverte: "Não seria melhor dar à morte o lugar na realidade e em nossos pensamentos que lhe é devido, e dar um pouco mais de proeminência à atitude inconsciente para com a morte, que, até agora, tão cuidadosamente suprimimos?" (Freud, 1915, p. 309).

O trauma não é a realidade, mas vincula-se a um efeito de surpresa no psiquismo que pode se conjugar à realidade psíquica e produzir um tipo de resposta em ato, ou um sintoma. No caso desse jovem, nossa hipótese é a de que, com seus atos infratores, ele consegue reeditar a repetição do fracasso no campo eleito da criminalidade, em face de sua proposta de vingar a morte do primo. Essa repetição pode ser investigada a partir da referência ao traumático - no sentido de uma reedição, de uma atualização - visto que aí, na repetição do fracasso, apresenta-se um modo de satisfação pulsional que se articula ao significante "privado". Trauma e insatisfação se entrelaçam nesse modo de satisfação da pulsão.

O adolescente, na representatividade dada à sua escolha pelo crime, parece emitir uma "formação de juízo". Esse termo freudiano acompanha outra referência que nos parece, aqui, salutar: "estado do desejo da coisa"⁴ (Freud, 1895, p. 439). A partir desses dois termos, Freud situa a fundamental discrepância entre o processo de pensamento, exercido pela organização da consciência - e que visa conjugar as

BEMFICA, A.; GUERRA, A. M. C. O traumático na infância e a passagem adolescente: cenas de uma infração. *Revista aSEPHallus*, Rio de Janeiro, vol. VII, n. 14, mai. a out. 2012, p. 106-119. Disponível em http://www.isepol.com/asephallus/numero_14/artigo_07.html

catexias parciais - e as informações provenientes do próprio corpo. O que marca essa discrepância é a expressão "coincidência parcial" em sua função de conectar o corpo e as catexias na construção do pensamento, da atividade da consciência, em face de um acontecimento. A resultante desse processo é descrita, por Freud, da seguinte maneira:

"Em consequência, os processos perceptuais se dividem em uma parte constante e incompreendida - a coisa - e outra variável, compreensível - os atributos e movimentos da coisa. Como o complexo-coisa continua reaparecendo em combinação com uma série de complexos-atributo, e estes, por sua vez, em combinação com uma série de complexos-coisa, surge a possibilidade de se elaborarem vias de pensamento que liguem esses dois tipos de complexos ao estado do desejo da coisa, (e de fazê-lo) de uma maneira que seja, por assim dizer, genericamente válida e independente da percepção que é real num dado momento" (Freud, 1895, p. 439)

Freud assinala que o erro acompanha o espectro da formação de juízo. Ou seja, tem-se a existência de complexos perceptuais desordenados e, por sua vez, pode se dar a organização desses elementos no campo da significação. Entremeios a essa significação, a produção de sentido que conjuga a coisa e seu atributo não exclui a não-identidade entre uma e outro. Diz-nos Freud: "O complexo-coisa e o complexo-movimento nunca são totalmente idênticos" (Freud, 1895, p. 440), demarcando, assim, a incompatibilidade em termos de unicidade significantizada.

Na linha freudiana, o traumático não é o trágico, o dramático ou o violento. O traumático pode ser algo mínimo. Sua principal característica é ser da ordem do inesperado, do encontro perturbador, fora do sentido. Algo que é inassimilável. E que, portanto, insiste.

As questões centrais do caso: impasses para prosseguir

1. Um pouco de teoria: Édipo e castração

Ao tratar do naufrágio do Édipo infantil, Freud (1924) assevera que é a "ameaça de castração o que ocasiona a destruição da organização genital fálica da criança" (p.219), antecedida por duas experiências de perda de objeto: a do seio e a das fazes, oral e anal - respectivamente. Porém é "somente quando uma *nova* experiência lhe surge no caminho, que a criança começa a avaliar a possibilidade de ser castrada" (p.

220), assim a ameaça da castração ganha seu efeito adiado. O que não é sem efeitos no caso aqui discutido.

Do conflito que se instala, então, entre seu interesse narcísico pelo falo e a catexia libidinal dos objetos parentais, a criança volta as costas para o amor edípico.

“As catexias de objeto são abandonadas e substituídas por identificações. A autoridade do pai ou dos pais é introjetada no ego e aí forma o núcleo do superego, que assume a severidade do pai e perpetua a proibição deste contra o incesto” (Freud, 1924, p. 221).

Dessa operação, as tendências libidinais são dessexualizadas e sublimadas ou transformadas em impulsos de afeição, preservando o órgão genital e paralisando-o, com a entrada no período de latência. Freud chega a equivaler esse processo ao recalque, mas admite ser um processo maior que ele, pois equivale a uma “destruição e abolição do complexo” (p. 221), traduzido melhor por naufrágio, chegando a uma linha fronteira entre o normal e o patológico.

2. Repetição: o infantil em-cena

O jovem ao relatar que se “envolveu para matar” e “para que o outro visse o que ele viu”, diz de seu fracasso, de seu projeto falido. Fala que sua proposta de vingar a morte do primo é uma proposta que sempre deu errado, sempre dará: sempre foi preso, privado, desde o início. Assim ele atualiza, na repetição, esse encontro sempre traumático com a própria linguagem. Passou mais tempo na internação que fora dela. Nesse sentido, o seu envolvimento com a prática infracional pode ser lido a partir do referencial da culpa? Poderíamos pensar que esse jovem entra na série das atuações para ser preso? Ou algo da dimensão pulsional conecta-se, a partir da cena da morte do primo, com a criminalidade e se atualiza na posição de privado que aí se instala? Na medida em que está submetido a essa ordem fracassada, nos questionamos: ele é o morto?

Depois que ele entrou no crime nunca mais saiu. Quer sair. Mas, não é simples. Não é simples dizer não. Dizer não, para esse jovem, tem a dimensão de um consentimento com o desejo. No tráfico as coisas são complicadas: tem o comandante. E, muitas vezes, se disser “não”, vai ser morto, punido. Mas também entende que, se não sair do crime, vai acontecer o que sempre acontece: “cadeia, caixão, cadeira de rodas”. Não quer isso. Conhece apenas esses dois mundos.

É a segunda internação. Foram quatro anos internado. Lá dentro está protegido, mas privado. Lá fora “tem um tanto de coisa”. Se sair, não sabe se agüenta não continuar no tráfico. Difícil falar não.

Importante localizar a divisão que o jovem já de início demarca. Divisão essa que acompanha o que ele qualifica como “uma grande dificuldade de dizer não”. Não por acaso, o não aparece em seu discurso quando, na infância, deixa a mãe esperando para ir jogar futebol... É um não que consente com certa separação do Outro, a partir da qual uma causa se instala na relação com o desejo, tornada, então, possível. Mas “as coisas não estão claras”, diz ele. Algo o embaraça quanto à posição desejante. Por outro lado, algo é minimamente demarcado: o contexto dessa escolha forçada pelo crime e suas consequências.

3. Inscrição no Outro e a entrada no crime

Diz também que não tem registro de si antes da entrada no crime. Em relação à vida familiar, o adolescente diz à analista que não sabe nada do pai. Sabe apenas que ele morreu de cirrose. Fala que seu bairro é o que nomeia o Centro de Internação no qual se encontra. Ou seja, o jovem aparece aí identificado ao criminoso, alienado à instituição. Nesse sentido, nos perguntamos: a vida dele ganha registro no Outro apenas quando ele entra para o crime?

Retomando os significantes “privado–escolhido” perguntamo-nos sobre a sua posição face ao Outro: aquele que salva é quem vinga? – a vingança pela morte que se configura aí como uma vingança fracassada? Atuar como criminoso, atualiza a fixação pulsional? Ele fracassa para ser privado? É o ponto do impossível que aparece na repetição: a morte do primo, o impossível de recuperar. Ele é “escolhido” pelo percurso criminal intenso e também para fazer justiça à morte do primo. Ele faz uma formulação sobre seu ser – “*che vuoi?*” – a partir dessa resposta invertida à demanda do Outro?

A partir dessas articulações iniciais, ficamos inclinadas a pensar que, na cena da morte do primo, ele produziu um curto-circuito entre o instante de ver e o momento de concluir sua passagem adolescente: sou “privado”, congelando diferentes significações sobre seu ser e o impelindo ao crime.

4. *Aquele que é sujo tem direito ao amor?*

Um cisne de papel e a impossibilidade de dar o presente para a mãe. A analista marcar a castração dizendo a ele que às vezes é difícil mesmo, que nem sempre dá para atender ao que o outro espera. A mãe e o irmão revezam, semanalmente, as visitas.

Ele que tem que respeitar as normas da instituição para poder sair. Na instituição, não tem voz. Tem que pagar. Quer sair. O crime é sujo. A analista pontua. Diz que é muita sujeira: roubo, morte, droga. Quer casar, ter filho, ensinar uma vida melhor. Certa vez, um cara foi comprar a droga e deu em troca duas alianças. O crime é sujo. A noiva dele foi lá. Ele devolveu a aliança para ela. Impôs uma condição: que ela terminasse o namoro. Ela terminou. Ficou feliz com outro cara. A analista diz: "É sujo, tem uma sujeira aí. Como faz com isso que é sujo?".

Ele diz que vai jogar tudo fora, essa sujeira toda. Vai jogar fora. É dada a sujeira um lugar de destaque na medida em que ele sempre esteve envolvido com ela. Isso porque ora o jovem diz de seu envolvimento, ora de como limpa a sujeira do outro (retomo o caso que ele relata). A analista pontua que essa sujeira tem importância e que ele começou a falar dela.

Do sujeito em questão: Os recursos socioeducativos e o trabalho clínico da adolescência

O adolescente diz que se lembra que, quando era criança, gostava de futebol. Montava as traves do gol. A mãe chamava para o almoço, mas ele não ia. Sabia que tinha que ir, mas não ia. Gostava tanto do futebol que até deixava a mãe esperando, dizia que não. Hoje não diz não para a mãe, nem para o patrão. Esse jovem sempre tinha que atender a mãe, pois para mãe não se diz não. Mas, na hora do futebol, ele falava: "agora não". A analista retoma com ele a questão anteriormente assinalada: "não sei dizer não". Ou seja, há outra forma de tratar a demanda do Outro, que não se alienando ou tendo que responder prontamente a ela.

Temos aqui, no lugar da ação do Nome-do-Pai, uma indicação da mãe quando ela assinala o caminho para o sujeito seguir? Nesse sentido, não faltaria uma saída dialética para o sujeito, regulado pelo capricho da mãe? A intervenção consistiu em um assentimento do sujeito quanto à possibilidade de dizer não! Não, ao capricho materno. Entende-se que essa perspectiva pode abrir um campo de dialetização ao desejo materno. Seria essa dialetização um índice para o tratamento desses jovens? Ao capricho materno, o desejo do analista? É uma operação que concerne o analista como Outro, mas que o analista encarna sobre a forma de causa do desejo. Ou seja, se o sujeito vai sempre tender à repetição: alienação ao desejo/capricho do outro

materno, o analista responde perguntando pelo desejo, pois é o desejo que faz barra ao gozo.

O jovem afirma que o futebol tem para ele as “coisas da infância”. Pode-se ler que o futebol está associado ao desejo, diferentemente do tráfico, que parece associar-se à obrigação superegóica? Será que podemos hipotetizar que, com a morte do primo aos nove anos, houve uma interrupção “precoce” da infância com a instalação de uma obrigação de fazer vingança? Como se tivesse assumido ali, na cena da morte do primo, um compromisso inadiável que o instalou fora da infância bruscamente, sem o tempo da moratória, tempo de compreender, que a adolescência implica?

Como a presença intermitente do pai contribuiu para isso? O que havia antes dessa cena, seja em relação ao seu envolvimento com o crime, seja em relação à infância? Não era com esse primo que brincava, com quem era criança? O que se perdeu com a morte dele? O que restou irrecuperável?

Classicamente, freudianamente, o Édipo, nos meninos, naufraga quando, diante da angústia de castração, o menino opta narcisicamente pelo falo em detrimento do amor materno, identificando-se com o pai, identificação masculina. Aqui temos uma precipitação de conclusão diante da morte do primo, em relação à qual ele se culpabiliza/se responsabiliza. Um corte, se não antecipado, ao menos abrupto, antecipando uma conclusão sobre quem ele deve ser, congelado nesse significante “privado”.

E, na ausência do pai, ou melhor, no ir e vir do pai, parece não lhe restar um traço com o qual se identificar, tal como nos incita a pensar sua fala quando diz não saber muito de si e não saber nada do pai, não ter registro de nada “antes da entrada no crime”.

Em seu relato, no decorrer dos atendimentos, outra versão do pai aparece: “*Tem meu pai. Eu viajava com ele a trabalho. Não sei muito bem o que ele fazia. Acho que era marcenaria*”. O jovem ficava com sua irmã e outras crianças brincando. Em relação ao pai, era assim, ele aparecia, desaparecia, e tinha também seu primo que se escondia no armário e saía. A analista intervém: “ele também aparecia e desaparecia”. Estava ali, mas não estava ali. Se a mãe não assinala um sim ou um não, o pai, por seu turno, comparece pela intermitência de uma presença pouco esclarecida. É como se ele ficasse, na infância, entre o sim e o não.

A “fixação” e o desejo que retraça uma história

O adolescente, porém, recupera que o futebol tem para ele as “coisas da infância” e que “as coisas da infância são importantes”. Em sua leitura, criança faz bagunça e não tem escolha. Faz o que tem que fazer. Aí revela sua posição face ao Outro. Entretanto, ele marca uma diferença entre o tráfico (obrigação/gozo) e o futebol (prazer/desejo) e introduz o significante “sub-adulto”, dialetizando sua solução antecipada, reintroduzindo o tempo de compreender e assinalando um sim orientador.

Ele se reenlaçava ao que se apresentara como traumático (a voz da tia que ressoa conjugada ao impossível da morte) produzindo uma interpretação sobre seu ser como objeto privado, destinado à mãe. Daí a importância da dialetização do desejo materno tal como ele interpreta. Isso não significa que aja de fato uma presença excessiva dessa mãe, mas, sim, um excesso de gozo acoplado à frase da tia, que permitiu a esse adolescente ler seu lugar, de forma invertida, no desejo do Outro. A análise, que permite reler o “futebol” em sua vida, parece estar reintroduzindo o tempo de compreender, do reenlace do infantil.

O adolescente fala das aulas que têm na instituição. Diz que gosta de história, português e biologia. Gosta de história porque diz do passado e do presente, de português porque aprende a escrever e a pontuar, e de biologia porque estuda o corpo. A analista pontua: “O passado e o presente – a pontuação e o corpo lhe interessam. Parecem mesmo coisas importantes”.

Ele desenha no ar os termos de pontuação da língua portuguesa que conhece, a interrogação e a exclamação, e fala que conhece a vírgula, desenha o travessão, os dois pontos e o ponto e vírgula. Fala que fica na dúvida em relação a quem pontua. O ECA pontua que adolescente fica só três anos internado. E ele, fica na dúvida sobre quem pontua. No total, está há quatro anos internado.

Encaminhamentos

No campo socioeducativo o futebol foi um primeiro referente que, conjugado ao trabalho clínico, possibilitou a esse adolescente o trabalho de dialetização de seu lugar no desejo do Outro. Depois, ele pôde fazer uso dos recursos simbólicos apreendidos na sala de aula e localizar na vida a forma como vinha pontuando a sua história.

Outra articulação fundamental foi o curso de culinária que este jovem começou a frequentar. Foi a partir dessa nova inserção que ele começa a falar das formas de fazer e dos usos das coisas. Ele diz à analista: “você sabia que tem 100 maneiras de cortar uma batata? A gente acha que é só uma, mas são várias as formas. É como lá em casa

ou na internação: tem as coisas. São as mesmas. Eu é que estou diferente”. Ou, ainda: “existe na culinária algo que se chama “contaminação cruzada”. Ou seja: quando mistura, contamina”.

Esse adolescente vai, assim, temperando a sua forma de lidar consigo mesmo e com o outro. Localizamos que foi dado um tratamento ao Outro que insurgia como mestre tirânico, impossibilitando ao novo advir. Esse adolescente, atualmente, fala que se descobriu “curioso”. Que antes não podia saber. Agora, pode saber. Ele estava aprisionado no circuito pulsional que girava em torno de um ponto traumático que não lhe permitia modalizar o seu lugar de sujeito. A partir do momento em que o traumático vem sendo tratado, esse jovem pode começar a querer saber algo do seu desejo.

Notas

1. Este texto vincula-se ao projeto de extensão do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais - Projeto “Já é” -, coordenado pela professora Andréia Guerra em parceria com a SUASE – Superintendência de medidas socioeducativas de Minas Gerais. Articula-se também à pesquisa de doutoramento de Aline Bemfica, junto ao Programa de Pós-graduação em teoria psicanalítica/UFRJ – bolsista da Capes, sob orientação da Professora Tania Coelho dos Santos.
2. O adolescente foi convidado a participar do projeto de extensão acima citado.
3. A esse respeito ver Cristina Nogueira, dissertação de mestrado -“A questão do pai para o adolescente infrator e os impasses na transmissão do desejo”, UFMG, 2006.
4. A esse respeito ver Parte III, “Tentativa de representar os processos psíquicos normais”, em “Projeto para uma psicologia científica” – Esquema Geral. P. 347 (1895). Vol. I. Publicações pré analíticas e esboços inéditos.

Referências Bibliográficas

- FREUD, S. (1895). Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos, in **Obras completas de Sigmund Freud**. Escritos sobre a psicologia do inconsciente. Rio de Janeiro: Imago, vol. I, p. 420-420.
- FREUD, S. (1915). A história do movimento psicanalítico, in **Obras completas de Sigmund Freud**. Escritos sobre a psicologia do inconsciente. Rio de Janeiro: Imago, vol. XIV , p. 285-312
- FREUD, S. (1920). Além do princípio do prazer, in **Obras completas de Sigmund Freud**. Escritos sobre a psicologia do inconsciente. Rio de Janeiro: Imago, vol. XVIII, p. 13-75.

FREUD, S. (FREUD, S (1924). A dissolução do complexo de Édipo, in **Obras completas de Sigmund Freud**. Escritos sobre a psicologia do inconsciente. Rio de Janeiro: Imago, vol. XIX, p. 213-224.

FREUD, S. (1937). Análise terminável e interminável, in **Obras completas de Sigmund Freud**. Escritos sobre a psicologia do inconsciente. Rio de Janeiro: Imago, vol. XXIII, p. 225-270.

LACAN, J. (1963-64). **O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

Resumos:

Childhood trauma and adolescent changes: background for an offense

From a clinical case of teenager in fulfillment of a custodial sentence due to an infraction committed, we propose to discuss the participation of childishness and and trauma in adolescent construction, compared to the encounter with the real of puberty. We start from psychoanalytic theory and references to trauma, the Oedipus complex and the embarrassment of not knowing how to do with the actual sexual in logical adolescent time passage. We note, from the clinical discussion of the case, as the subjective position of the teen might be buoyed by the psychoanalytic work, which enabled another entry in the field of the Other, giving new meaning to their childhood experiences. Thus rearranging its position desiring through a dialectic organization of its of place object in the drive circuit.

Keywords: psychoanalysis, adolescence, trauma, Oedipus complex, offense.

Le trauma dans l'enfance et le passage adolescent: scenes d'une délinquance

D'un cas clinique d'une adolescente dans l'accomplissement d'une peine de prison en raison d'une infraction commise, nous proposons de discuter de l'incidence de l'enfantin et de traumatique dans la construction de l'adolescent, par rapport à la rencontre avec le réel de la puberté. Nous partons de la théorie psychanalytique et les références au traumatisme, le complexe d'Édipe et l'embarras de ne pas savoir comment faire avec le sexuelle réelle en temps logique adolescent de passe. Nous notons, de la discussion clinique de l'affaire, que la position subjective de l'adolescent pourrait être soutenue par le travail psychanalytique, ce qui a permis une autre entrée dans le champ de l'Autre, ce qui donne un nouveau sens à leurs expériences de l'enfance. Réorganisation de leur position désirante à travers la dialectisation de sa place d'objet dans le circuit de La jouissance.

Mots-clés: psychanalyse, adolescence, traumatisme, complexe d'Édipe, infraction.

Citação/Citation: BEMFICA, A.; GUERRA, A.M.C. O traumático na infância e a passagem adolescente: cenas de uma infração, in *Revista aSEPHallus*, Rio de Janeiro, vol. VII, n. 14, mai. a out. 2012. Disponível em www.isepol.com/asephallus

Editor do artigo: Tania Coelho dos Santos.

Recebido/Received: 21/01/2012 / 01/21/2012.

Aceito/Accepted: 14/02/2012 / 02/14/2012.

Copyright: © 2012 Associação Núcleo Sephora de Pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo. Este é um artigo de livre acesso, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte sejam citados/This is an open-access article, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the author and source are credited.

Os adolescentes desinseridos e seus sintomas nas instituições socioeducativas

Maria José Gontijo Salum

Doutora em Teoria Psicanalítica / UFRJ (Rio de Janeiro, Brasil)
Pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação / UFMG (Minas Gerais, Brasil)
Professora adjunta da Faculdade de Psicologia da PUC-Minas (Minas Gerais, Brasil)
Membro da Escola Brasileira de Psicanálise (Brasil) e da Associação Mundial de Psicanálise (Paris, França)
E-mail: mariajgontijo@gmail.com

Ana Lydia Santiago

Professora da Faculdade de Educação da UFMG
Doutora em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo
Psicanalista, membro da Escola Brasileira de Psicanálise e da Associação Mundial de Psicanálise
E-mail: a.lydia@terra.com.br

Resumo:

O artigo problematiza a aplicação da psicanálise nas instituições que se ocupam dos adolescentes em conflito com a lei, localizando uma mudança na forma como o sintoma se apresenta na atualidade. Destaca o sintoma como acontecimento de corpo, propondo o corpo desinserido como o paradigma do sintoma desses adolescentes. Considera-se que essa nova forma de sintoma faz obstáculo ao cumprimento do ideal institucional de inserção social. Ao final, o artigo apresenta duas vinhetas práticas para ilustrar uma possibilidade de contribuição da psicanálise de orientação lacaniana no coletivo.

Palavras-chave: psicanálise aplicada, adolescente em conflito com a lei, desinserção social, sintoma.

A prática da psicanálise nas políticas públicas é uma realidade em nossos dias e a sua aplicação nos diversos contextos institucionais leva o psicanalista a se deparar com sintomas distintos daqueles encontrados e teorizados por Freud. A característica da clínica freudiana era a ocorrência de casos que demonstravam a operação do recalçamento para a formulação do sintoma. Essa modalidade de sintoma se caracteriza pela veiculação de um sentido inconsciente, o que possibilita sua

interpretação pelo analista. Nos diversos espaços de aplicação da psicanálise, encontramos formas sintomáticas que se diferenciam dessa operação descrita por Freud. A prática nos leva a constatar uma insensatez nos sintomas contemporâneos; eles não veiculam um sentido inconsciente e não se abrem à interpretação. Simone Souto (2013) destaca que, na contemporaneidade, o sintoma está no corpo e se manifesta de várias formas: anorético, doente, obeso, agitado, despedaçado, desinserido.

Nesse artigo tomaremos a referência do corpo desinserido para abordar o modo como os adolescentes em conflito com a lei se apresentam no social. Mas, inicialmente, destacaremos os eixos teóricos que nos permitem considerar o sintoma na atualidade como um acontecimento de corpo.

O sintoma histórico como perda e o sintoma como acontecimento de corpo

Ao apresentar o tema do Encontro Americano de Psicanálise de Orientação lacaniana (ENAPOL) a ser realizado em novembro de 2013 em Buenos Aires, Eric Laurent (2013) ressalta a especificidade da forma contemporânea do sintoma. Ele destaca que os sintomas do tempo de Freud falavam por meio do sentido inconsciente; os de nossa época falam com o corpo. Laurent considera que essa modificação no modo como o sintoma se manifesta diz respeito à separação entre as palavras e os corpos, uma característica da atualidade. Por isso, hoje a linguagem da biologia é predominante para explicar as manifestações corporais. Laurent (2013) lembra-nos que, para a psicanálise, o sintoma era uma forma de relacionar as palavras com os corpos e essa relação permitia subjetivar as manifestações do gozo.

Sabemos que o sintoma histórico foi o marco para o desenvolvimento da clínica psicanalítica. Laurent (2013) retoma a histeria para ressaltar como seu sintoma porta uma marca identificatória, manifestando a presença do Outro no sujeito. O significante do Nome-do-Pai foi conceituado por Lacan como um instrumento para dar valor fálico ao desejo da mãe e a essa operação ele nomeou metáfora paterna. A partir da operação de metaforização, é possível atribuir um valor fálico às palavras e aos corpos. O Nome-do-Pai torna-se o instrumento para dar sentido ao gozo, inclusive, o sentido sintomático. Laurent também nos lembra que a relação entre sintoma e amor ao pai, tão presente na clínica freudiana, está em questão na nossa época. Por isso, os sintomas contemporâneos devem ser analisados mais além do horizonte do laço do sujeito à instância paterna. Ele conclui que, em nossa época, estamos sob a égide de um declínio dessa operação significativa.

Ao passar pela operação metafórica, o corpo sofre uma inscrição significativa e isso tem como consequência uma perda de gozo. Essa perda é demonstrada, especialmente, pelo sintoma histérico. As paralisias, as afonias ou a cegueira das históricas de Freud manifestavam uma perda inscrita no corpo. Em contraposição às formas tradicionais da histeria, Laurent traz a noção de histeria rígida, apresentada por Lacan, afirmando que se trata de uma forma mais atual de apresentação do sintoma histérico. Ele conclui que é preciso distinguir o sintoma histérico clássico dos sintomas contemporâneos que se apresentam como acontecimento de corpo. Na chamada histeria rígida temos a prevalência do corpo em detrimento do discurso endereçado ao Outro. Lembremos que Lacan, inclusive, propôs a histeria como uma das quatro modalidades de discurso, pois, com sua estrutura discursiva, a histérica faz laço com o Outro. Isso nos permite dizer que a histeria vincula seu sintoma ao Outro.

O uso do sintoma como laço com o Outro, fazendo discurso, é o que não encontramos nos sintomas contemporâneos. Eles não utilizam a ferramenta do Nome-do-Pai para manifestarem a inscrição do sujeito na significação fálica advinda do Outro. Essa inscrição é o que permite a entrada do sujeito na lei simbólica que inscreve a falta, instituindo o recalque como o mecanismo privilegiado para lidar com a satisfação pulsional. Sem essa operação, a pulsão deverá encontrar outro destino. No sintoma histérico clássico, o destino é o recalque inconsciente. Nos sintomas contemporâneos o destino é o corpo. Nos sintomas atuais, também chamados novos sintomas, o gozo se manifesta no corpo, muitas vezes como excesso, ultrapassando os limites que o princípio do prazer estabelece.

O recalque inconsciente era um destino que privilegiava o laço com o Outro em consonância com a moral da civilização, preconizadora da renúncia à satisfação. Na ausência do mecanismo subjetivo do recalque para dar um destino à pulsão, como nos ensinou Freud, a civilização recorre a novas tentativas de impor um limite a essas manifestações sintomáticas que atestam uma satisfação pulsional direta e sem limites. Visando barrar os excessos, a tendência de nossa civilização é fazer incidir a norma, além de formular novas políticas e criar novas instituições na tentativa de educar a pulsão.

No presente artigo, consideraremos os sintomas dos adolescentes em conflito com a lei, tomando o paradigma do sintoma como acontecimento de corpo. Interessa-nos discutir as contribuições da psicanálise de orientação lacaniana nas políticas públicas de atenção a esses adolescentes, especialmente, as instituições socioeducativas.

Em suas atuações, esses adolescentes apresentam em seus corpos a desinserção com as diversas instâncias encarregadas de civilizar a pulsão. Pode-se considerar a desinserção como uma forma de pensar o sintoma como acontecimento de corpo: um

corpo desinserido, não somente dos limites da lei social, mas da lei do desejo, pois a metáfora paterna é o que permitiria atribuir significação fálica às coisas, inscrevendo o desejo do Outro como lei. Ressaltamos que não fazer uso da metáfora paterna não equivale à sua forclusão, como acontece nas psicoses.

Nos adolescentes em conflito com a lei, a satisfação da pulsão de forma direta se manifesta nos corpos como violência e agressividade, trazendo consequência direta no campo social. Para conter esses acontecimentos que, na maioria das vezes, se traduzem em atos violentos, várias instituições são criadas com o objetivo de incluir o que se apresenta como segregado. Por isso, as políticas dirigidas a esses adolescentes são pensadas e formuladas seguindo o ideal da inclusão, como desenvolveremos na sequência.

Os corpos desinseridos dos adolescentes em conflito com a lei e o ideal da inclusão

Com o processo de democratização que se iniciou no país, no final dos anos 1980, passou-se a considerar os direitos de cidadania para os brasileiros. A Constituição de 1988 estabeleceu a gênese de uma nova concepção de políticas públicas: estas deveriam levar em conta a inclusão social em suas diferentes formas. Nesse contexto, a ação do estado deveria estar orientada pela perspectiva da universalização do acesso aos serviços, incluindo os diversos extratos da população, com programas específicos para os mais vulneráveis ou em situações de risco. Cada uma das políticas - saúde, educação, justiça e assistência - formulou legislações próprias com o objetivo de orientar as diretrizes para a execução das novas propostas.

Considerando a vulnerabilidade que acomete grande parte da infância e adolescência no Brasil, a Constituição brasileira preconizou que:

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e *opressão*” (Artigo 227 da Constituição Federal).

Em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) regulamentou esse artigo, estabelecendo os direitos fundamentais para crianças e adolescentes. Esses direitos começaram a ser discutidos após a Segunda Guerra Mundial, o que culminou na

ratificação, pelos países ocidentais, da Declaração Universal dos Direitos do Homem, em 1948.

De acordo com Ferrari e Gontijo Salum (2009), a Declaração tem como fundamento a concepção de que é preciso haver um esforço coletivo na busca pelo respeito, pela liberdade e pela igualdade, princípios que a fundamentam. Ela parte da constatação de que na sociedade há algo que fica à margem, por isso é necessário um esforço para a promoção dos direitos que deveriam ser de todos. A universalização dos direitos humanos, de certa forma, declara que a humanidade, em sociedade, segrega algo que precisa ser incluído. Por isso, a política de inclusão tornou-se o paradigma para a busca dos direitos e da cidadania.

Em discussões, em Belo Horizonte, com a Rede de Atendimento à Criança e ao Adolescente – representantes do Conselho Tutelar, do Juizado da Infância e Juventude, Saúde, Assistência Social, Educação, Defesa Social e outros - verificamos que alguns adolescentes circulam nas mais diversas instituições desde a infância, com queixas e denúncias recorrentes. Estes são os adolescentes considerados de risco social – um dos alvos das políticas de assistência. Grande parte dos que percorrem as políticas assistenciais, ao cometerem atos infracionais, passam a ser atendidos pelas políticas especiais, instância onde se executam as medidas socioeducativas. Quando isso acontece, tem-se a impressão de que as intervenções realizadas não provocaram nenhuma retificação na situação. Isso leva os técnicos que se ocupam dessas crianças e adolescentes, bem como de suas famílias, a uma posição de impotência. São os casos qualificados por eles como fracassados e que permanecem em situação de risco social (Gontijo Salum, 2009).

Longe de considerá-los exceções, constatamos que muitas dessas crianças acolhidas na rede de proteção, quando chegam à adolescência, migram das medidas protetivas para as medidas socioeducativas. Quer dizer, quando as intervenções das instituições encarregadas pela educação, saúde e assistência fracassam, os adolescentes encontram a justiça infanto-juvenil.

Segundo dados do Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional de Belo Horizonte (CIA – BH), a maioria dos adolescentes autores de ato infracional encontra-se entre as idades de 15 a 17 anos e grande parte deles evadiu da escola entre a 5ª e a 7ª séries. Ao praticar um ato infracional, o adolescente recebe uma medida socioeducativa determinada pelo juizado da infância e juventude. Na execução dessa medida são determinados alguns eixos de trabalho com o adolescente, a fim de promover sua inclusão social.

Talvez possamos estabelecer um paralelo entre as dificuldades enfrentadas pelos socioeducadores com os adolescentes no cumprimento das medidas socioeducativas e

os professores nas escolas. Embora seja uma sanção a um ato infracional praticado pelo adolescente, a medida tem, também, a finalidade educativa. A medida socioeducativa parte da premissa de que é necessário oferecer determinados instrumentos de socialização, sobretudo a escolarização, para que o adolescente possa ser incluído na sociedade, possibilitando a ruptura com a criminalidade.

Nos Centros Socioeducativos é possível localizar, no histórico dos adolescentes, uma trajetória escolar de dificuldades de inclusão devido aos seguintes problemas: agressividade, agitação, isolamento, sexualidade exacerbada, recusa ou contestação da autoridade, dentre outras formas de atuação. Sintomas da desinserção social que muitos tratam como comportamentos a serem eliminados. De forma distinta, em nossa perspectiva, buscar a inclusão dessas crianças e adolescentes passa, necessariamente, por incluir seus sintomas.

Jacques-Alain Miller (2009), no artigo "Sobre o desejo de inserção", faz algumas considerações sobre a psicanálise aplicada levando em conta os quadros que ele nomeia de desconexão social ou desinserção. Quando consideramos a aplicação da psicanálise na assistência às crianças e aos adolescentes em situação de risco, as observações de Miller são de suma importância. Inicialmente, é preciso partir da seguinte distinção: estamos considerando o termo inclusão no sentido universal da política e inserção na perspectiva do sujeito. Miller observa que o desejo de inserção é fundamental no ser falante. De acordo com ele, o ser falante deseja inserir-se, apontando as relações intrínsecas entre o sujeito e o coletivo, uma das formas de considerarmos o que Lacan nomeou como Outro. As observações de Miller remetem à definição de Freud (1921) no texto "Psicologia de grupo e análise do eu", no qual ele afirma que a psicologia individual é, ao mesmo tempo, grupal.

Esses apontamentos são importantes porque, como Miller (2009) ressalta, a aplicação da psicanálise nesses contextos de política pública não se fazia presente para Freud e Lacan. A aplicação da psicanálise tornou-se uma questão para nós, praticantes no Século XXI. Miller, então, convoca os psicanalistas de orientação lacaniana para formularem respostas para os sintomas que aparecem no coletivo.

Sabemos que vários praticantes trabalharam com a clínica psicanalítica nas instituições há tempos e isso era uma característica de vários psicanalistas conhecidos como pós-freudianos. Contudo, ao lermos suas experiências, observamos que eles faziam uma aplicação direta da clínica, equivalente, muitas vezes ao consultório. Nosso desafio, sobretudo, é intervir nas instituições buscando incidir no coletivo. Esse é o esforço de Miller para construir o que ele nomeia como uma pragmática da psicanálise, diversa da cura. Assim, para demonstrar esse esforço, gostaríamos de destacar duas iniciativas do Instituto de Psicanálise e Saúde Mental de Minas Gerais (IPSM-MG).

A primeira iniciativa, a criação do Ateliê de Psicanálise Aplicada¹. Ao ofertar o Ateliê como uma nova modalidade de trabalho, o IPSM-MG procurou promover um espaço para a elucidação da prática da psicanálise nas instituições, acolhendo as questões pertinentes ao trabalho desenvolvido pelos participantes, a partir da localização de um ponto de impasse para cada um no trabalho institucional, como podemos encontrar explicitado em seu projeto de apresentação. Por isso, as atividades do Ateliê foram desenvolvidas em torno do que se constituía como um real para cada um deles. Vários participantes, ao se dirigirem ao Ateliê, apostavam na possibilidade de saída de uma situação de impotência frente às normas institucionais.

O trabalho de Janaína Dornas (2013), diretora de atendimento de uma unidade socioeducativa de internação para adolescentes, nos mostra isso. Ela ressalta que sua questão, ao dirigir-se ao Ateliê, concernia à própria possibilidade do trabalho psicanalítico nas condições que ela encontrava. Ao final do Ateliê, ela destacou como a introdução do discurso analítico produziu efeitos importantes no aparato institucional; ele se intrometeu entre as “brechas” nos discursos dominantes. A partir do Ateliê, Janaína promoveu o dispositivo da Conversação com os agentes de segurança socioeducativos. A conversação se orientou em torno do que não ia bem e que insistia no âmbito da instituição, causando atuações as mais diversas, tanto dos adolescentes, quanto dos profissionais. Com a Conversação, o discurso da segurança, cristalizado pelo Procedimento Operacional Padrão (POP), pôde ser relativizado, dando abertura a um enigma: o que é ser socioeducativo, qual a função do agente no sistema socioeducativo.

Vamos a uma situação que aconteceu na Conversação coordenada por ela: um profissional serviu o jantar para os adolescentes; sobraram algumas marmitas que foram pedidas por eles. O funcionário, sem saber se o POP previa a autorização para servir o restante, resolveu não entregá-las. Em seu imaginário, ficou pensando que os adolescentes poderiam achar que ele as comeria. Então, voltou e jogou-as fora na frente dos adolescentes.

Ao final da Conversação sobre esse episódio, Janaína conseguiu destacar que: “a instituição pode ter a regra instituída, os procedimentos padrões e seu regimento, mas o que aparece na conversa, a partir das soluções e ideias compartilhadas é um saber que está do lado dos profissionais” (2013). Quer dizer, não a anomia da regra, mas a possibilidade de surgimento do desejo. Esse projeto, inicialmente piloto, hoje faz parte das atividades de extensão e pesquisa do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em Psicanálise e Educação (NIPSE) da Faculdade de Educação da UFMG, coordenado por Ana Lydia Santiago.

GONTIJO SALUM, M. J.; SANTIAGO, A. L. Os adolescentes desinseridos e seus sintomas nas instituições socioeducativas. *Revista aSEPHallus*, Rio de Janeiro, vol. VII, n. 14, mai. a out. 2012, p. 120-130. Disponível em http://www.isepol.com/asephallus/numero_14/artigo_08.html

A segunda iniciativa acontece no Núcleo de Psicanálise e Direito do IPSMMG, coordenado por Maria José Gontijo Salum. Trata-se da Entrevista de Orientação Psicanalítica com Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa. Inspirada na “apresentação de pacientes”, a entrevista com adolescentes é, também, uma tentativa de construir uma possibilidade para a psicanálise de orientação lacaniana intervir no coletivo. Para isso, são convidados para a entrevista os adolescentes que causam impasses na instituição. Ela é conduzida de forma que possam surgir efeitos para o sujeito e para a instituição, a partir da oferta da palavra. Sabemos que, em geral, os adolescentes encontram-se identificados por um significante que os aliena, submetidos a uma regra de ferro. O efeito da entrevista é nomeado como “o inusitado”, por Ana Lydia Santiago (2009), responsável pela condução da atividade. O inusitado é o que causa surpresa e vai permitir uma intervenção direta na situação do adolescente ou oferecer elementos para a instituição intervir.

Em nossa última entrevista, ao ser perguntado sobre o que o levou ao crime, o adolescente relata que foram três fatores: família, comunidade e embalo. Cada um desses fatores pôde ser destacado e verificou-se que eles eram mais uma tentativa do adolescente colocar um sentido a sua entrada na criminalidade. Esse sentido, geralmente, é ofertado pelo social e coloca quem recorre a ele numa posição de anomia em relação ao desejo. Com o adolescente entrevistado isso acontecia; a anomia exclui qualquer responsabilidade concernente à causalidade psíquica.

No decorrer da entrevista, foi possível localizar no objeto olhar, sua entrada no crime. Ele enuncia: “Em cima da minha casa já era uma boca de fumo... todo dia você já sai e vê a mesma coisa, sai e vê a mesma coisa, sempre a mesma coisa, nunca que vê nada diferente... , o dia inteiro os caras lá..., bolso cheio de dinheiro, mulher, carro, moto, aí você já espia ali...” A visão do homem com o bolso cheio de dinheiro, com carro, moto e mulher captou o olhar do jovem que entrou para o tráfico e, posteriormente, passou a assaltar casas lotéricas tornando-se o “menino do dinheiro”.

Esse adolescente estava cometendo uma série de atuações na instituição e se angustiava diante de sua divisão entre continuar na prática de atos infracionais, ou não. Na entrevista, ele racionaliza que poderia ser pedreiro como o pai, ou padeiro como um conhecido com quem já trabalhara antes da prática de atos infracionais. A entrevistadora ressalta que estava claro que esses dois trabalhos não tinham nada a ver com ele. Posteriormente, ele conta sua identificação infantil com um bombeiro que ele viu num filme.

Um mês após a atividade da entrevista, retornamos à instituição para recolher seus efeitos. Nessa ocasião, fomos informados que o adolescente havia começado a trabalhar, era ele quem lavava os carros da Unidade. Além disso, a instituição estava

viabilizando um curso de brigadista de incêndios para ele. Em notícias mais recentes, numa atividade no Núcleo de Psicanálise e Direito, soubemos que ele está em processo de desligamento da Unidade de Internação.

Não podemos atestar resultados em longo prazo, contudo, indubitavelmente, esse adolescente pôde demonstrar para a equipe uma mudança em sua posição subjetiva e isso norteou a conclusão de sua medida socioeducativa. Podemos apostar que a abertura para a palavra promoveu uma retificação na posição subjetiva do adolescente na unidade, e isso permitiu que os profissionais retificassem o olhar que lançavam sobre ele: o bandido, o menino do dinheiro.

Essas duas experiências nos permitem localizar pontos de contribuição da psicanálise nos impasses encontrados pelas políticas de atenção ao adolescente em conflito com a lei. Elas ilustram momentos de fracasso do universal que o ideal institucional preconiza. Nas duas vinhetas práticas, podemos localizar, de formas distintas, exemplos da intrusão da psicanálise nas instituições. As duas experiências nos permitem demonstrar como o impasse na instituição pode ser a via aberta no ideal para que a psicanálise possa se intrometer, possibilitando o aparecimento de um desejo não anônimo. O desejo, sempre do Outro, é o que permite a inserção do sujeito, tanto com o corpo, como com o outro social.

Nota

1. O IPISM-MG editou no ano de 2013 uma publicação sobre o trabalho realizado no Ateliê de Psicanálise Aplicada, como se pode ver nas referências bibliográficas abaixo. Trata-se de uma importante contribuição para o trabalho da psicanálise nas instituições.

Referências bibliográficas:

Almanaque de Psicanálise e Saúde Mental (2013) Edição especial: A prática da psicanálise nas instituições: o que o Ateliê ensina. Instituto de Psicanálise e Saúde Mental de Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora Scriptum.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988**. Diário Oficial [da] União, Poder Legislativo, Brasília, n. 191-A, 05 de out. 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

COELHO DOS SANTOS, T. & GONTIJO SALUM, M. J. (2009) Criminalidade e violência: contribuições atuais da Psicanálise à criminologia. **Revista de Psicologia Plural**. Belo Horizonte/Minas Gerais: Fumec, v.1, p.13-27.

DORNAS, J.A.S. (2013) Não recuar diante do trabalho nas instituições, in **Almanaque de Psicanálise e Saúde Mental**. A prática da psicanálise nas instituições: o que o Ateliê nos ensina. Mezêncio, M. (org.). Belo Horizonte: Editora Scriptum, 2013, p. 31-32.

FERRARI, I.F. & GONTIJO SALUM, M.J. Sociedade Inclusiva e psicanálise: do para todos ao cada um. In: **Avanços e desafios na construção de uma sociedade inclusiva**. CORRÊA, R. M.(org) Belo Horizonte: Editora Puc Minas, 2009. p. 37-49.

FREUD, S. (1921) "Psicologia de grupo e a análise do ego", in **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1969, Vol. XVIII, p. 89 – 179.

GONÇALVES, L.M.D. (1998) A Declaração Universal dos Direitos Humanos e os sujeitos de direitos. Uma tentativa de manutenção do pacto civilizatório, in **Opção Lacaniana**, São Paulo, n.22, ago. 1998, p. 91-95.

GONTIJO SALUM, M.J. (2012) Adolescência e drogas: um caso que atravessa toda cidade. **Revista Curinga**. Belo Horizonte, n. 34, p. 141-147.

LAURENT, E. (2013) Falar com seu sintoma, falar com seu corpo. VI ENAPOL - Encontro Americano de Psicanálise de Orientação Lacaniana. Buenos Aires, 2013. Disponível em www.enapol.com/pt/template.php

MILLER, Jacques-Alain. (2008) Sobre o desejo de inserção e outros temas (I), in **Correio**. São Paulo, n. 62, março / 2009, p.5-17.

aSEPHallus, Rio de Janeiro, vol. VI, n. 11, nov. 2010 / abr. 2011. Disponível em www.nucleosephora.com/asephallus

SANTIAGO, A.L. (2009) Efeitos da apresentação de pacientes frente às exigências do Mestre Contemporâneo, in **Revista Curinga 29**. Editora Scriptum, n. 29, dez. / 2009. p. 135-147.

SOUTO, S.A (2013) Insensatez do sintoma: os corpos e as normas, in **Agenda**. Instituto de Psicanálise e Saúde Mental. Belo Horizonte, 1º semestre / 2013, p. 31.

Resumos

Deviant adolescents and their symptoms in correctional facilities

This article deals with the use of psychoanalysis in correctional facilities, and points out to a change in the manner in which symptoms present themselves nowadays. Symptom is presented as an event of the body, which in its deviant manner is the paradigm of the symptom of such adolescents. This new form of symptom is considered an obstacle to the fulfilling of the main

goal of these facilities, which is social reinsertion. In the end, the article presents two cases that illustrate a possibility of contribution from Lacan oriented psychoanalysis to society.

Key-words: deviant adolescent, social deviance, symptom, applied psychoanalysis.

Les adolescents deviants et leurs symptômes dans les établissements correctionnels

Le document examine l'application de la psychanalyse dans les institutions qui s'occupent des adolescents en conflit avec la loi, de trouver un changement dans la façon dont le symptôme se présente aujourd'hui. Il convient de noter le symptôme comme un événement du corps, proposant le corps détaché comme le paradigme des symptômes de ces adolescents. Il est considéré qu

ce cette nouvelle forme de symptôme fait obstacle à l'exécution de l'inclusion sociale institutionnelle idéale. Enfin, le document présente deux vignettes pour illustrer une possibilité concrète de la contribution de la psychanalyse lacanienne dans le collectif.

Mots-clés: adolescent en conflit avec la loi, deviance, symptom, psychanalyse appliquée.

Citação/Citation: GONTIJO SALUM, M. J.; SANTIAGO, A.L. Os adolescentes desinseridos e seus sintomas nas instituições socioeducativas. *Revista aSEPHallus*, Rio de Janeiro, vol. VII, n. 14, mai. a out. 2012. Disponível em www.isepol.com/asephallus

Editor do artigo: Tania Coelho dos Santos.

Recebido/Received: 08/06/2012 / 06/08/2012.

Aceito/Accepted: 10/06/2012 / 06/10/2012.

Copyright: © 2012 Associação Núcleo Sephora de Pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo. Este é um artigo de livre acesso, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte sejam citados/This is an open-access article, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the author and source are credited.

Quando os desejos se tornam direitos¹

Quand les désirs deviennent des droits

When the wishes turn rights

Jacques-Alain Miller

Diretor da Universidade Popular Jacques Lacan (Paris, França)
Psicanalista, Membro da École de la Cause Freudienne (Paris, França)
Fundador da Associação Mundial de Psicanálise (Paris, França)
E-mail: jam@lacanian.net

A tradição vaticana pretende que, um pouco antes do Natal, o papa responda aos votos da Cúria romana, reunida na sala Clementina. O discurso deste ano, louvado pelo *L'Osservatore Romano* como "um dos mais importantes de um pontificado que não cessa de surpreender", denunciava "o atentado feito à forma autêntica da família, constituída do pai, da mãe e da criança". O soberano pontífice lamentava comentar a este propósito "o tratado cuidadosamente documentado e profundamente tocante" que o grande rabino da França havia publicado em outubro passado, sob o título: "Casamento homossexual, homoparentalidade e adoção: o que nos esquecemos de dizer".

Estas autoridades espirituais, uma falando em nome da "solidariedade que a liga à comunidade nacional da qual ela faz parte", a outra justificando-a pela preocupação pastoral estendida à "situação atual da humanidade", dão ao debate francês sobre o casamento para todos uma ênfase fundamental e verdadeiramente apaixonante. Seria mesquinho, utilizar a laicidade como cera para obturar as orelhas. Vejamos, sobretudo, o argumento.

Casar dois homens ou duas mulheres, e não mais apenas um homem e uma mulher é, nos dizem eles em uníssono, negar a diferença sexual. Ora, não é dito desde o primeiro capítulo do Gênesis "Ele os criou homem e mulher"? Esta dualidade é ao mesmo tempo um dom divino e um dado natural. Ela "pertence à essência da espécie humana" diz o papa, ela é constitutiva "de sua própria natureza". É "um fato de natureza, eivado de intenções espirituais", interpreta o rabino, que sustenta "a complementaridade homem-mulher" por "um princípio estruturante", essencial à organização da sociedade, e admitido por "uma grande maioria da população".

Uma animosidade perfura, veemente no judeu, distanciada no outro. Somos levados a crer, quando os lemos, que o projeto de lei socialista perturba o plano divino, e que ele é blasfematório, contra natural e anti social. É assim que Gilles Berheim empresta ao "militantes GLT" o objetivo de "explodir os fundamentos da sociedade". Joseph Ratzinger estigmatiza a pretensão do homem "*farsi da se*" se fazer por si mesmo: negação do criador que é negação da criatura, e que usa a mesma "manipulação da natureza que nós deploramos hoje no que se refere ao ambiente". *L'Osservatore* fala inclusive de proteger a "ecologia humana e familiar". Ninguém perdoa Simone de Beauvoir por ter escrito em 1949: "não se nasce mulher, nos tornamos mulher".

Esta fonte judaico-cristã, enraizada no mesmo relato bíblico da criação, mascara bem as fissuras. A lei judaica, na origem, fazia do casamento um ato profano, um contrato civil, antes que ele se tornasse uma cerimônia religiosa na época talmúdica. Existe, segundo São Tomás de Aquino, entre a *Lex naturalis* et a *Lex divina*, uma relação mais finamente articulada que no augustinismo papal. A doutrina luterana dos dois reinos torna difícil, apesar de Karl Barth, dar à natureza uma tradução em termos de lei positiva.

Os psicanalistas não estão menos divididos. Muitos deles acrescentam ao discurso religioso o ponto de vista de um Freud que subscreve o aforismo de Napoleão, "A anatomia é o destino". Quando M. Bernheim evoca "as estruturas psíquicas de base" necessárias à criança, é a Bíblia que o inspira? Ele pensa muito mais neste Édipo, do qual Lacan previa antigamente que ele serviria um dia para inflar novamente a imagem do pai deteriorada pelo capitalismo.

Diversamente, destacar a estrutura do drama edipiano apaga os personagens para ressaltar as funções. A função do desejo, em afinidade com a transgressão e desafiando toda norma, pois determinada pela lei (segundo a palavra de São Paulo: "Não conheci o pecado senão por meio da lei"). A função do gozo, que não vos captura pela primeira vez jamais que por meio da surpresa e da efração, vos deixando uma marca destinada a se repetir. Nada na experiência analítica atesta a existência de qualquer relação de harmonia preestabelecida entre os sexos. Esta relação de fio à agulha, sem dúvida a elucubramos de mil formas imaginárias, instituídas e individuais. Mas, em definitivo, o que o inconsciente grita a céu aberto, é que a relação sexual não existe.

Estamos neste ponto. Divinizar a natureza deixou de suscitar a crença. Depois que a sabemos escrita em linguagem matemática, o que ela diz conta cada vez menos, ela se retira, ele cede seu lugar a um real do tipo bóson de Higgs, que se presta ao cálculo, não à contemplação. O ideal da justa medida não é mais operatório. Se a ciência veicula a pulsão de morte que habita a humanidade, vocês acreditam que um comitê de ética, mesmo inter-religioso, possa contê-la? É isso hoje o patético da fé.

Escutemos, sobretudo o poeta, quando ele se chama Paul Claudel: "Existe outra coisa para dizer às gerações que virão além de 'tradição', esta palavra fastidiosa."

Tradução: Tania Coelho dos Santos

Nota:

1. O texto original encontra-se publicado no seguinte endereço eletrônico:
<http://www.causefreudienne.net/uploads/document/6678051611b5cb4b34b4cc92f0e2bffc.pdf>



III SIMPÓSIO DO INSTITUTO SEPHORA DE ENSINO E PESQUISA DE ORIENTAÇÃO LACANIANA

O LUGAR CERTO ONDE COLOCAR O DESEJO

Data: 08/06/2013

Local: Auditório do Hospital Copa D'Or (Rua Figueiredo Magalhaes, 875 – Copacabana, Rio de Janeiro).

Valor (incluindo o brunch): **Estudantes: R\$ 30,00 | Profissionais: R\$ 50,00**

Inscrições: Depósito bancário e remessa do comprovante para isepol.sephora@gmail.com

Banco Itaú, agência: 3870, c/c 14239-9 - Associação Núcleo Sephora, CNPJ: 09.390.265/0001-18

VAGAS LIMITADAS!

As inscrições no dia estarão sujeitas à disponibilidade de vagas!

Haverá emissão de certificados.

PROGRAMA

09:30 – Abertura: RACHEL AMIN FREITAS, psicanalista membro da EBP/AMP e do ISEPOL

QUANDO OS DESEJOS SE TORNAM DIREITOS – TANIA COELHO DOS SANTOS, presidente do ISEPOL

10:00 – Conferência: O DESEJO ATÓPICO DO ANALISTA E A INTERVENÇÃO DO INTELECTUAL – ANTÔNIO TEIXEIRA, psicanalista membro da EBP/MG

11:15 – Mesa redonda: O LUGAR CERTO ONDE COLOCAR O DESEJO: O PACIENTE DESOSPITALIZADO

Apresentação: MARIANA MEDRADO DIAS, psicóloga do Hospital Copa D'Or e LÚCIA HELENA CARVALHO DOS SANTOS CUNHA, psicanalista do ISEPOL

- **HOME CARE? HOME, NÃO QUERO!** – FERNANDA SABOYA, coordenadora do Serviço de Psicologia do Hospital Copa D'Or
- **CONSIDERAÇÕES MÉDICAS** - EMMANUEL SALGUEIRO, supervisor da Clínica Médica do Hospital Copa D'Or
- **CONSIDERAÇÕES JURÍDICAS** – FERNANDO CHARNAUX, consultor jurídico do Hospital Copa D'Or
- **CONSIDERAÇÕES BIOÉTICAS** – MARCELO GODOY, especialização em direito médico

12:30 – Intervalo: exposição de posters e um delicioso brunch**13:45 – Mesa redonda: O LUGAR CERTO ONDE COLOCAR O DESEJO: O CORPO SEXUADO**

Apresentação: KATIA DANEMBERG e MARIA LUIZA CALDAS, psicanalistas do ISEPOL

Debatedora: ANA MARIA RUDGE, psicanalista-didata da SPID

- **O DESEJO TRANSEXUALISTA E O DIREITO À PESSOA QUE SE É** – MARINA TEIXEIRA CALDAS, psicanalista
- **O DESEJO BISSEXUAL NA FANTASIA DE UMA MULHER** – MARIA CRISTINA ANTUNES, psicanalista do ISEPOL

15:00 - O LUGAR CERTO ONDE COLOCAR O DESEJO DO ANALISTA: A ERA DOS DIREITOS HUMANOS

Apresentação: ANDREA MARTELLO, psicanalista do ISEPOL

Debatedor: ANTÔNIO TEIXEIRA, psicanalista membro da EBP-RJ

- **O DESEJO DO ANALISTA E O DIREITO AO GOZO** – TANIA COELHO DOS SANTOS, presidente do ISEPOL
- **DO DESEJO AO DISCURSO DO ANALISTA** – ROSA GUEDES LOPES, psicanalista do ISEPOL

Sobre as relações entre ler, escrever e publicar

On the relations between reading, writing and publishing

Sur les relations entre lire, écrire et publier

Valeria Wanda da Silva Fonseca

Psicóloga clínica

Psicanalista

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica / UFRJ (RJ, Brasil)

Mestre em Teoria Literária / UFJF (MG, Brasil)

Membro do Instituto Sephora de ensino e pesquisa de orientação lacaniana/ISEPOL

E-mail: valeriawanda@uol.com.br

Resenha

ZAID, Gabriel. ***Livros demais! Sobre as relações entre ler, escrever e publicar.*** (Tradução Felipe Lindoso). São Paulo: Summus, 2004.

A ideia de termos *livros demais* nos espanta. Quem são os homens que se orientam pelo ideal de que em vida é preciso plantar uma árvore, ter um filho e escrever um livro?

O propósito de publicar uma resenha desse livro em uma revista eletrônica que trata de estudos em psicanálise justifica-se por identificar que, ao longo do seu texto, Gabriel Zaid desenvolve a ideia de que o mundo dos livros orienta as *conversações*. Além disso, de que precisamos lidar com a seguinte equação: “todo *comércio* é *conversação*: em outras palavras, é *cultura*, sempre correndo risco de virar blábláblá” (p. 47).

FONSECA, V. W. da S. Sobre as relações entre ler, escrever e publicar. Resenha. *Revista aSEPHallus*, Rio de Janeiro, vol. VII, n. 14, mai. a out. 2012, p. 136-140. Disponível em http://www.isepol.com/asephallus/numero_14/resenha_01.html

O contato com esse pequeno livro, em tamanho e número de páginas, permitiu-me refletir sobre como é bom ter uma obra que podemos levar conosco a qualquer lugar e lê-la com prazer.

Gabriel Zaid é um escritor mexicano, nascido 1934, com vários livros publicados e, atualmente, é colaborador da Revista *Letras Libres*. Neste registro, em particular, ele testemunha a capacidade de síntese fundamental àqueles que tratam, balizados por referências históricas, de temas árdios, como os dos “negócios editoriais”, ou seja, o circuito que envolve a produção, publicação, comercialização e a leitura de um livro. Nada romântico, ele mostra a disparidade entre o número de revistas e obras publicadas e a quantidade de leitores. Existem livros demais no mundo! Inclusive, ele se diverte com o tormento dos autores sobre a dúvida de quantos leitores lerão suas publicações.

Ele é um poeta, ensaísta, crítico cultural que com humor e grande experiência reflete sobre as relações entre ler, escrever e publicar. Cada etapa precisa ser pensada em suas particularidades. Do autor ao leitor há um longo caminho a ser percorrido. Afirmo que há uma desproporcionalidade aritmética entre a paixão crescente por escrever e a leitura desses textos. O desespero dos autores é descobrir quem são seus leitores. Como chegar até eles?

No Brasil, particularmente, o mercado editorial é muito grande. A maioria é de livros escolares e de leitura compulsória. A média de obras por leitor alfabetizado ainda é baixa. Precisamos de mais livros e, também, de criar meios mais eficientes para que eles cheguem às mãos dos leitores a quem se destinam e, ainda, que estes desenvolvam o hábito e a cultura para leitura de livros literários e científicos, revistas escritas e eletrônicas, entre outros. Observamos que um grande aliado, no século XXI, tem sido o interesse na mídia digital. Ela impõe uma comunicação através da Web que fascina os jovens. Um exemplo são os sites de relacionamentos que incentivam a comunicação escrita e, conseqüentemente, a necessidade de ordenação num código linguístico de um grupo social.

Conforme Zaid, nos países com altos índices de analfabetismo, a maioria dos ensinamentos da sociedade segue a modalidade de transmissão oral. A resistência ao texto escrito é uma consequência da dificuldade de conter, em algumas palavras, complexos pensamentos. Ao se escrever, registra-se a história dos limites, dos erros, da castração mesmo que se insista em uma "historia oficial" da humanidade, das religiões, das artes e da ciência. A torre de babel é um fato.

O livro e o leitor

Engana-se quem considera que o livro é um objeto em extinção. "Com cada nova invenção, profetizou-se o fim do livro, e cada vez mais livros foram publicados, com maior facilidade e sobre os mais variados assuntos" (p. 27).

Há uma "grafo mania universal", são milhões de títulos por ano, com tiragens de milhares de cópias. Poucas obras são reimpressas, menos ainda traduzidas. A rapidez com que se publicam livros nos torna exponencialmente ignorantes. "A humanidade escreve mais do que pode ler" (p. 28). Zaid crítica, ao longo das suas reflexões, a posição narcisista de muitos autores que não escrevem para leitores e, sim, para recheiar currículos e há ainda aqueles que escrevem para o mercado, vendem modalidades de informações e ganham dinheiro educando, informando ou entretendo. Os livros pelos quais se tem um tratamento amoroso são exceção, são registros antigos, clássicos, e alguns contemporâneos escritos na mesma tradição. "Os livros representam a colheita, não o processo criativo" (p. 31).

Alguns indivíduos aspiram ser cultos e se angustiam diante da imensidão de livros existentes nas bibliotecas e nas livrarias. O imperativo "ler e ser culto" exige um esforço de cada leitor que tem sua biblioteca como uma sala de troféus. Diverte-nos narrando situações cômicas e indicando estratégias de como leitor pode se livrar das demandas de autores que insistem em pedir opinião e/ou presenteiam os amigos logo perguntando: você gostou do livro? O

excesso deles numa biblioteca muitas vezes se confunde com excesso de erudição, crítica que se dirige em particular aos meios universitários. “O tédio é a negação da cultura. Cultura é conversação, vivacidade, inspiração” (p. 36). A leitura de bons livros permite conversas criativas, discussões sobre a história que foi registrada e nos permite, hoje, saber o que pensavam nossos antecessores. “Graças aos livros, sabemos que Sócrates não confiava neles. Ele os comparava com a conversação e acreditava que os livros eram inferiores” (p. 31).

A função dos livros e revistas eletrônicas

Zaid apresenta uma crítica bem humorada sobre a função dos livros e revistas eletrônicas. A tecnologia digital, cita o pioneirismo da Amazon, atraiu a atenção e confiança do leitor mais especializado. Ela oferece um serviço de informação sobre os clássicos, livros usados, incorpora rapidamente os novos títulos e ainda oferece permanente disponibilidade de estoque. São virtudes que estão sendo incorporadas pelos bons livreiros. Ao contrário do que muitos pensam, a versão eletrônica democratizou o acesso ao texto, quase em tempo real tem-se uma via que ajuda a selecionar os livros que o leitor quer comprar e ter em sua biblioteca. Editores, distribuidores, livreiros, críticos, professores, parentes e amigos são os intermediários. Eles “filtram o caos e criam constelações significativas, facilitando a troca do escritor com o leitor” (p. 104). O truque é assegurar que não se perca dinheiro demais com a imensidão de títulos a serem publicados, e que alguns tenham sucesso suficiente, de preferência seja um *best-sellers*, para tornar lucrativa toda essa operação.

Uma conclusão que interessa à psicanálise:

O livro foi o primeiro meio de comunicação de massa na história, e continua ser o mais nobre. A cultura se espalha através deles, e é preciso pensar o quanto são caros nos países pobres. Porém, não é só preciso ter dinheiro para

se comprar livros, é preciso entendê-los. É preciso aprender a ler. A humanidade demorou a aprender a ler em silêncio, apreender o significado da escrita diretamente, sem antes convertê-la em som. Partilhar de um número mínimo de leituras comuns – particularmente dos clássicos – ajuda o *diálogo*.

Para participar de um grupo é preciso ter leituras comuns do mundo. Zaid afirma que “o desejo de acompanhar uma conversa que não se compreende é um sinal saudável, e não uma indicação de falta de preparo”. E dá a dica: “a disciplina é boa a serviço do desejo, não no lugar do desejo. Sem desejo, não existe cultura viva” (p. 37).

**aSEPHallus**

Revista eletrônica do ISEPOL - INSTITUTO SEPHORA DE ENSINO E PESQUISA DE ORIENTAÇÃO LACANIANA

ISSN 1809-709X

Volume VII, N. 14 –mai. a out./2012**INSTRUÇÕES AOS AUTORES****Normas para Publicação de Trabalhos****I. Objetivo**

A Revista eletrônica **aSEPHallus** é uma publicação semestral do Instituto Sephora de Ensino e Pesquisa de Orientação Lacaniana, cuja missão de contribuir para o desenvolvimento do ensino e da pesquisa em psicanálise de orientação lacaniana. Devota-se, por conseguinte à divulgação artigos originais, nacionais ou estrangeiros, tais como: relatos de pesquisa em psicanálise pura e aplicada, ensaios sobre a formação do psicanalista e do pesquisador em nossa área de atuação, relatos de casos clínicos aprovados pelo comitê de ética da instituição de origem do pesquisador, resenhas e textos relativos à atualidade da teoria, clínica e política de orientação lacaniana.

Todos os manuscritos enviados para publicação devem seguir as normas e critérios de publicação descritos abaixo.

II. Critérios para publicação de contribuições

Os artigos teóricos ou clínicos, bem como ensaios ou resenhas e textos sobre a atualidade deverão ser inéditos e serão apreciados pelo Conselho Editorial, segundo o rigor epistemológico, a pertinência clínica e a relevância política para o ensino da psicanálise na universidade e a formação de psicanalistas. O Conselho poderá fazer uso de consultores *ad hoc* a seu critério. Os autores serão notificados da aceitação ou recusa de seus artigos em um prazo médio de três meses.

Caso sejam recomendadas modificações no texto, o autor será notificado e encarregado de providenciá-las, devolvendo o trabalho reformulado no prazo máximo de quarenta e cinco dias.

III. Ineditismo do material e direitos autorais

A inclusão de um manuscrito na revista **aSEPHallus** implica a cessão imediata e sem ônus dos direitos de publicação nesta revista, a qual terá exclusividade de publicá-las em primeira mão. O autor continuará, no entanto, a deter os direitos autorais para publicá-lo posteriormente na íntegra ou reproduzi-lo parcialmente.

IV. Envio do material

O autor deverá enviar o trabalho preferencialmente pela Internet para o editor – Tania Coelho dos Santos - pelo seguinte endereço eletrônico: taniacs@openlink.com.br ou revista.asephallus@gmail.com

Ou, ainda, pelo correio convencional, também aos cuidados do editor:

Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de psicologia, UFRJ.

Avenida Pasteur, 250 - Fundos, Urca, Rio de Janeiro-RJ.

CEP: 22.290-902.

No caso de envio pelo correio convencional, deverá vir acompanhado de uma cópia impressa e a mesma versão gravada em CD.

Todos os artigos deverão ser acompanhados de uma carta de encaminhamento, assinada por um dos autores, atestando que o artigo é inédito e que não fere as normas éticas da profissão. Os autores são inteiramente responsáveis pelo conteúdo dos seus artigos publicados.

Os autores serão imediatamente notificados, preferencialmente por e-mail, sobre o recebimento do manuscrito pelo Conselho Editorial.

Orientação para a organização do material:

Folha de rosto identificada – Título em português e também em inglês e francês, compatível com o título em português. Nome do(s) autor(es), seguido de créditos acadêmicos e profissionais. Endereços postal e eletrônico do(s) autor (es), números de telefone/fax.

Folha de rosto sem identificação – Título em português e título em inglês, compatível com o título em português.

Folha de resumo – Todos os originais devem conter uma página com três resumos de mesmo teor, em português, francês e inglês. Caso o manuscrito seja originário de outro idioma que não esses, deverá conter também o resumo na língua de origem. O resumo deve apresentar o trabalho com clareza, esclarecer o leitor sobre o objetivo, metodologia/material e método, resultado/considerações finais, quando for um manuscrito que atenda a essa categoria. Deve conter entre 90 e 150 palavras, em letra tipo Verdana, tamanho 10, espaçamento simples. As palavras-chave, expressões que representam o assunto/conceito tratado no trabalho, devem ser de três a cinco, separadas por vírgula, nos idiomas dos resumos.

Texto – O texto deverá começar em nova página e o título do trabalho estar centrado no topo da mesma. As páginas deverão estar numeradas seqüencialmente. Cada subtítulo deverá ser separado do período anterior por um parágrafo apenas. O texto integral poderá ter o tamanho entre 10 e 30 laudas, espaçamento entre linhas simples, em letra do tipo Verdana, tamanho 11.

Quando o artigo for um relato de pesquisa, além das páginas de Rosto e Resumos, o texto deverá apresentar ainda Introdução, Metodologia, Resultados, Discussão e Referências. Outros subtítulos poderão ser acrescentados, se necessário. Do mesmo modo, em alguns casos, resultados da pesquisa e a discussão sobre eles poderão ser apresentados juntos, embora não recomendemos esta estratégia como regra geral. Informe, no texto, a inserção de figuras e tabelas que deverão ser apresentadas em anexo.

Resenhas – Esta seção abrigará resenhas, revisões bibliográficas, resumos de dissertações de mestrado e teses de doutorado, além de outros relatos.

As resenhas não deverão ultrapassar o tamanho de 6 laudas, com espaçamento entre linhas simples, em letra do tipo Verdana, tamanho 11. Não necessitam vir acompanhadas de resumo e palavras-chave. No entanto, seu título deverá ser traduzido para as línguas inglesa e francesa. É importante mencionar o título, o autor e todas as referências do livro resenhado, inclusive o número de páginas. No caso de utilização de citações e referências bibliográficas, as normas serão as mesmas usadas para os artigos.

As revisões bibliográficas, os resumos de dissertações de mestrado e de teses de doutorado e os outros tipos de relatos deverão seguir o padrão estabelecido acima para os textos.

Padrão das notas – As notas poderão ser utilizadas em número mínimo, quando forem indispensáveis. Elas serão indicadas por algarismos arábicos no corpo do texto utilizando o modo "sobrescrito" do Word e listadas ao final do texto, antes das Referências Bibliográficas, sob o título "Notas".

Anexos – Figuras, grafos, desenhos, ilustrações, fórmulas, etc., poderão ser anexadas ao texto. Eles devem ser preparados de forma clara e precisa para a editoração, contendo todos os traços, sinais e barras devidamente dispostos.

V. Citações e referências no corpo do texto

Observe as normas de citação abaixo, dando crédito aos autores e às datas de publicação dos estudos referidos.

Citações

- **Literais até 3 linhas:** devem ser inseridas no parágrafo entre aspas duplas, sem alterações do tipo de letra, e acompanhadas do nome do autor, ano e página do trabalho de onde foi copiada.

Ex.:

Em 1892, Freud afirma que "transforma-se em trauma psíquico toda impressão que o sistema nervoso tem dificuldades em abolir por meio do pensar associativo ou da reação motora" (Freud, 1892, p. 216).

- **Com mais de três linhas:** devem ser colocadas em parágrafo diferenciado, alinhadas à direita, com recuo de dois centímetros à esquerda, entre aspas duplas, em Verdana, tamanho 11. Também deverão ser acompanhadas do nome do autor, ano e página do trabalho de onde foi copiada.

Ex.:

“O desenvolvimento do eu consiste num afastamento do narcisismo primário e dá margem a uma vigorosa tentativa de recuperação desse estado. Esse afastamento é ocasionado pelo deslocamento da libido em direção a um ideal do eu imposto de fora, sendo a satisfação provocada pela realização desse ideal” (Freud, 1914, p. 117).

- **Artigo de mais de um autor:**
Artigo com dois autores: cite os dois nomes sempre que o artigo for referido;
 Ex: (Miller et Laurent, 1997)
Artigo com três a cinco autores: cite todos na primeira vez em que mencioná-lo; daí em diante use o sobrenome do primeiro autor seguido de *et al.* e da data. No entanto, na seção Referências bibliográficas, todos os nomes dos autores deverão ser relacionados.
 Ex.: (Sarter, Bernston e Cacioppo, 1996) e (Sarter et al, 1996).
Artigo com seis ou mais autores: cite apenas o sobrenome do primeiro autor, seguido de *et alli* e data. Porém, na seção Referências Bibliográficas, todos os nomes dos autores deverão ser relacionados.
- **Referência a autor sem citação:** deverá ser feita no corpo do texto, mencionando somente o sobrenome do autor, acrescido do ano da obra e da página, se houver citação literal do autor.
 Ex.: (Freud, 1985), (Freud, 1920, p. 56).
- No caso de textos ou obras cuja edição seja importante de ser assinalada para diferenciar de outras edições utilizadas pelo próprio autor, colocar o ano do texto ou da obra seguido do ano da edição utilizada, acrescentando a página, se houver citação literal do autor.
 Ex.: (Freud, 1914/2004), (Freud, 1914/2004, p. 117).
- No caso de haver coincidência de datas de um texto ou obra, distinguir com letra (Freud, S., 1895a, 1895b...), respeitando a ordem de entrada no artigo.
- No caso de compilação de textos de um mesmo autor em uma obra, colocar o ano do texto seguido do ano da edição da obra utilizada, bem como da página, se houver citação literal do autor.
 Ex.: (Lacan, [1965] 1996, p. 864).
- **Citação secundária:** trata-se da citação de um artigo mencionado em outra obra consultada, sem que o original tenha sido utilizado no texto.
 Ex.: “Freud (1914, *apud* Eiquer, 1998)...”. No entanto, na seção de Referências Bibliográficas, citar apenas a obra consultada (no caso, todas as informações sobre Eiquer, 1998).

VI. Referências Bibliográficas utilizadas

Devem ser colocadas ao final do texto e vir em ordem alfabética, começando pelo último nome do autor em maiúscula, seguido apenas das iniciais do nome ou do nome escrito somente com a primeira letra em maiúscula. Ex.:

FOULCAULT, M.

FREUD, Sigmund.

Referência a Livros – sobrenome do autor em caixa alta, iniciais do primeiro nome seguidas de ponto, ano em que foi escrito ou ano da edição entre parênteses, título em negrito. Cidade: editora, ano da edição (se não foi citado no início). Ex.:

LACAN, Jacques. (1969-70) **O Seminário, livro 17: o avesso da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1991.

CANGUILHEM, G. (1977). **Ideologia e racionalidade nas ciências da vida**. Lisboa: Edições 70.

Artigo de livro – sobrenome em caixa alta, iniciais do autor, ano da edição entre parênteses, título sem aspas, seguido de vírgula e da palavra In: (sem itálico) e o título do livro em negrito, nome do coordenador/organizador entre parênteses, cidade, editora, ano da edição. Ex.:

COTTET, S. Efeitos terapêuticos na clínica psicanalítica hoje, in COELHO DOS SANTOS, T. (Org.) **Efeitos terapêuticos na psicanálise aplicada**, Rio de Janeiro: Contracapa, 2005, p. 11-40.

Apenas no caso de um artigo cuja edição seja importante, colocar o ano do texto ou da obra seguido do ano da edição utilizada. Ex.:

FREUD, S. (1914/2004). A guisa de introdução ao narcisismo, in **Obras completas de Sigmund Freud**. Escritos sobre a psicologia do inconsciente – 1911-1915. Rio de Janeiro: Imago, vol. 1, p. 97-131.

Artigo de revistas – sobrenome do autor em caixa alta, iniciais do autor, ano da edição entre parênteses, título sem aspas, nome da revista em negrito, cidade: editora, número, volume (se tiver), ano, páginas (usar "p." para o singular e o plural). Ex.:

LACAN, J. (1967) Proposição de 9 de outubro de 1967 – primeira versão, in **Opção Lacaniana**, São Paulo: Eólia, n. 16, 1996, p. 5-12.

Se a revista for paginada por fascículo, incluir o número do fascículo, entre parênteses, sem sublinhar, após o número do volume.

Artigo de revista no prelo – sobrenome do autor em caixa alta, iniciais do autor. No lugar do ano, indicar que o artigo está no prelo. Incluir o nome do periódico em negrito, após o título do artigo. Não mencionar data e número do volume, fascículo ou páginas até que o artigo seja publicado.

Capítulo ou parte de livro – sobrenome em caixa alta, iniciais do nome do autor, ano do capítulo ou da parte do livro entre parênteses, título da parte sem aspas, em autor ou organizador do livro (maiúscula), título do livro em negrito, cidade: editora, ano da publicação do livro, intervalo de páginas no qual o capítulo está publicado. Ex.:

LOPES, R.G. (2007) Adotar ou tornar a parentalidade responsável?, em COELHO DOS SANTOS, T. **A cabeça do brasileiro no divã**. Rio de Janeiro: Sephora, 2008, p. 97-112.

Trabalho apresentado em congresso, mas não publicado:

Ex.:

FERES-CARNEIRO, T. (1998, dezembro). **A transformação das relações familiares no mundo contemporâneo**. Trabalho apresentado no II Encontro sobre Direito de Família em Discussão, Rio de Janeiro, RJ.

Trabalho apresentado em congresso com resumo publicado em anais:

Ex.:

RUDGE, A.M. (2000) Pressupostos da "nova" crítica à psicanálise, in Sociedade Brasileira de Psicologia (Org.), **Psicologia no Brasil: diversidade e desafios, XXX Reunião de Psicologia**. Brasília: Universidade de Brasília, p. 27).

Teses ou dissertações não publicadas:

Ex.:

ANTUNES, M.C.C. (2002). **O discurso do analista e o campo da pulsão: da falta de gozo ao gozo com a falta**. Tese de doutorado. Curso de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. RJ.

Obras retiradas de meios eletrônicos (CD-ROM, disquetes, etc.) – sobrenome em caixa alta, iniciais do nome do autor, ano da edição entre parênteses, título da obra em negrito, acrescidos das informações relativas à descrição física do meio eletrônico.

Ex.:

KOOGAN, A.; HOUAISS, A. (Ed.) **Enciclopédia e dicionário digital 98**. Direção geral de André Koogan Breikmam. São Paulo: Delta: Estadão, 1998. 5 CD-ROM.

Obras consultadas on line – sobrenome em caixa alta, iniciais do nome do autor, ano da edição entre parênteses (se houver); título da obra em negrito, acrescidos das informações relativas ao endereço eletrônico apresentado entre os sinais <>, precedido da expressão Disponível em: e a data de acesso ao documento precedida da expressão Acesso em:

Ex.:

ALVES, Castro. (2000) **Navio negroiro** [S.I]: Virtual Books. Disponível em <<http://www.terra.com.br/virtualbooks/freebook/port/Lport2/navionegroiro.htm>>. Acesso em: 10/01/2002.

Comunicação pessoal - cite apenas no texto, dando o sobrenome e as iniciais do emissor e data. Não inclua nas referências.

Outros casos – deverão ser citados em conformidade com as normas da ABNT contidas na NBR 10520 e NBR 6023, de 29/09/2002.

VII. Procedimento referente à recepção de um manuscrito

A apreciação inicial estará a cargo do Conselho Editorial. Se estiver de acordo com as normas e for considerado como publicável pela revista **aSEPHallus**, será encaminhado para Consultores *ad hoc*. Estes recomendarão sua aceitação para publicação (eventualmente condicionada a modificações que visam melhorar a clareza e objetividade do texto) ou sua rejeição. Cabe ao Conselho Editorial a decisão final sobre a publicação de um artigo. Esta decisão será comunicada ao autor, bem como a data em que será publicado. O Conselho Editorial reserva-se o direito de fazer pequenas modificações não substanciais no texto dos autores sempre que isso contribuir para agilizar o processo de submissão ou de publicação dos manuscritos. Os textos poderão sofrer correções gramaticais, adequações estilísticas e editoriais ou, ainda, inserção de notas - Notas de Redação (N.R.) ou Notas do tradutor (N.T.), no caso de textos traduzidos. Os originais e o disquete e/ou CD enviados pelos autores não serão devolvidos.

VIII. Reformulação do manuscrito e processo para submissão final

Quando os manuscritos forem recomendados para aceitação com modificações, seus autores deverão enviá-lo reformulado para o editor, pela Internet, para o seguinte endereço eletrônico: taniacs@openlink.com.br ou revista.asephallus@gmail.com, acompanhado de um informe sobre as alterações realizadas.

Caso o autor não queira realizar as modificações sugeridas, deve justificar sua decisão. Esta mensagem e o manuscrito reformulado serão encaminhados a um dos Conselheiros Editoriais, juntamente com os pareceres dos consultores *ad hoc* e a versão original do manuscrito para uma avaliação final.

IX. Roteiro para a emissão de parecer Ad Hoc

Título do trabalho _____

O título é pertinente?

sim não o item não é adequado

Sugestões: _____

O resumo é adequado?

sim não o item não é adequado

Sugestões: _____

As palavras chave são adequadas?

sim não o item não é adequado

Sugestões: _____

A linguagem é clara e sem ambigüidades e jargões?

sim não o item não é adequado

Sugestões: _____

As articulações teórico-clínicas são precisas?

sim não o item não é adequado

Sugestões: _____

A revisão da literatura é suficiente e as referências corretas?

sim não o item não é adequado

Sugestões: _____

A metodologia de investigação é adequada ao objeto?

sim não o item não é adequado

Sugestões: _____

As conclusões são pertinentes e bem fundamentadas?

sim não o item não é adequado

Sugestões: _____

O trabalho está de acordo com as normas da nossa publicação?

sim não

Sugestões: _____

O trabalho é original ou relevante?

sim não

Justificativa do parecer _____

O trabalho deve ser:

aceito aceito com reformulações recusado

Justificativa do parecer _____
